KAPINAWÁ

TERRITÓRIO, MEMÓRIAS E SABERES

KAPINAWÁ

TERRITÓRIO, MEMÓRIAS E SABERES

PROFESSORAS E PROFESSORES KAPINAWÁ

2016

ISBN 978-85-92710-01-9

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

HISTÓRIA KAPINAWÁ 7

A ORGANIZAÇÃO É A UNIÃO E A FORÇA DO POVO 33

FESTAS E RITUAIS 45

A CIÊNCIA DO NOSSO POVO 57

O TEMPO E A TERRA KAPINAWÁ 69

O DIA A DIA ONTEM E HOJE 99

A EDUCAÇÃO NAS ALDEIAS 105

APRESENTAÇÃO «

Estamos muito felizes em apresentar este livro! Somos de três gerações de indigenistas que trabalharam juntamente ao bravo povo Kapinawá. Podemos dizer, pois, que o livro é resultado indireto de mais de trinta anos de atuação e de, aproximadamente, vinte anos de trabalho em Educação Escolar Indígena com esse povo que, a partir da retomada de seu Território Tradicional, também retomou o seu processo de escolarização.

Apoiados pela Constituição de 1988, os povos indígenas em Pernambuco iniciaram um novo processo na educação escolar, pautados pela ideia da Educação Específica, Diferenciada e Intercultural, apropriando-se de suas escolas, com professores e professoras das aldeias, e construindo seus projetos de educação escolar que trazem suas próprias pedagogias.

Nesse caminho, o povo Kapinawá iniciou uma longa trajetória de pesquisa sobre seu Território, memórias e saberes para serem trabalhados nas escolas indígenas, sempre contando com as parcerias do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) e da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anaí). Ao longo dos anos, recorreram aos anciãos e às anciãs para elucidarem, através da oralidade, suas histórias, produzindo em 2006 um vídeo e um CD, *Meu Povo Conta* e *Meu Povo Canta*, respectivamente, onde contam e cantam o seu viver.

Nos anos seguintes, continuaram sua luta, forjando sua autonomia, qualificando-se na academia e em outros espaços educativos, dentro no povo e no Movimento Indígena. Esse trabalho foi extraordinário, possibilitou aos professores e às professoras produzirem, pela primeira vez, instrumentos didáticos próprios com registros de sua história, de forma a ser repassada para as novas gerações.

Este livro, *Kapinawá: Território, memórias e saberes,* representa, portanto, mais um importante passo desse longo trabalho de forta-

lecimento da memória do povo. Sua elaboração contou com a participação dos/as mais de 150 professores/as indígenas Kapinawá que, através de oficinas, apoiadas pela Fundarpe/Funcultura desde 2013, procuraram organizar esse conhecimento oral em forma de textos, ilustrações e mapas.

Também foi importante para a construção deste livro, a participação dos/as professores/as Kapinawá no processo de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Kapinawá (CCLF/Fundo Clima/MMA/Funai apoiado pelo PNUD), que desenvolveu suas ações entre os anos de 2015 e 2016 e que teve como objetivo realizar diagnósticos participativos focados no mapeamento territorial, visando a reflexão sobre o contexto e os cuidados com o Território do povo Kapinawá. É a partir dessas atividades que são consolidados os mapas e as informações sobre o ambiente e o Território.

Se, em outros contextos, foi fundamental cortar arames para garantir o direito ao Território Tradicional, hoje, escrever essas memórias e transformá-las em livro para ser trabalhado nas escolas indígenas, consolida a luta por uma educação específica, diferenciada e com a cara do povo Kapinawá.

Parabéns aos/às professores/as e lideranças Kapinawá que estiveram envolvidos/as nessa empreitada!

Olinda, novembro de 2016

Heloisa Eneida Cavalcante
José Augusto Laranjeiras
Lara Erendira Almeida de Andrade

HISTÓRIA KAPINAWÁ

A COLONIZAÇÃO ENTRE AS RIBEIRADAS DOS RIOS MOXOTÓ E IPANEMA «

Com a chegada dos portugueses há mais de quinhentos anos atrás, umas das primeiras terras a serem invadidas foram as dos povos indígenas que moravam no litoral das regiões brasileiras que hoje são conhecidas como Nordeste e Sudeste. Foi assim que iniciou-se a colonização. Nos tempos iniciais, os colonizadores ficaram principalmente na costa litorânea, exploraram o pau-brasil, depois começaram a plantar a cana-de-açúcar. Tudo isso nas terras dos índios e das índias que já moravam nessas regiões. Para intensificar as lavouras de cana-de-açúcar, além de explorarem a mão de obra indígena, trouxeram pessoas de vários povos da África, obrigando-as a trabalhar forçosamente. Retiraram os povos africanos de suas terras e os transformaram em escravos e escravas no Brasil. Assim como os/as africanos/as, os/as indígenas foram capturados/as e obrigados/as a trabalharem nas terras que foram roubadas de seus povos e, por resistirem, muitos/as foram exterminados/as ou fugiram para outras regiões.

No fim do século XVI e também no século XVII, os colonizadores começaram a invadir e a roubar as terras do Sertão. Foram expandindo sua invasão seguindo o curso do rio Opará, denominado pelos colonizadores de *São Francisco*. Historiadores e historiadoras explicam que enquanto a exploração da zona litorânea abastecia o comércio internacional de açúcar e de pessoas escravizadas, na região do São Francisco, a colonização confrontou os povos indígenas em busca de ouro, salitre (nitrato de potássio) indispensável na fabricação da pólvora, e gado (POMPA, 2003)[1]. Um projeto do invasor, necessário para o desenvolvimento do capitalismo colonial.

Na história oficial, os registros demonstram que as primeiras explorações desse Sertão, no século XVI, caracterizaram-se também pela presença da Igreja Católica representada pelos jesuítas. Depois de-

1 POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: Edusc, 2003.

les, vieram várias outras ordens religiosas: Capuchinhos, Franciscanos, Oratorianos, entre outras.

Em relação ao gado, apesar da escassez hídrica dificultar sua fixação nessa região, a presença de barreiros naturais de salinas ao longo da região do semiárido – fundamental para a alimentação do rebanho – possibilitou a instauração desse tipo de atividade (PIRES, 1990)[2].

E foram aproximando-se das terras dos nossos antepassados e das nossas antepassadas...

Com o tempo, foram surgindo vilas e paróquias, e as fazendas de gado foram se fixando. Os colonizadores expulsaram os/as antigos/as e tradicionais moradores/as indígenas para apoderarem-se de suas terras e da Natureza Sagrada. Roubavam as terras dos nossos antepassados e das nossas antepassadas por um lado e, por outro, os padres agrupavam indígenas de origens culturais e linguísticas diversas, em localidades que denominaram de *aldeamentos*, com a justificativa de catequizá-los para "salvar" as suas almas. Em nosso entendimento, ca-

2 PIRES, Maria Idalina. **Guerra dos Bárbaros: r**esistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1990.

tequizar significa *amansar*, *dominar as mentes* e, desse modo, diminuir a resistência indígena e facilitar a invasão da região.

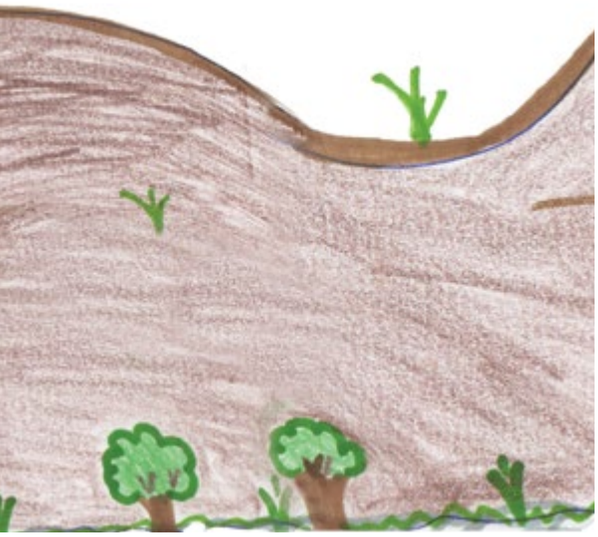
Foi subindo o curso do Médio São Francisco que os colonizadores chegaram aos rios Moxotó e Ipanema, seus afluentes. Chegando nas ribeiras desses rios, aproximaram-se das áreas habitadas por nossos antepassados e nossas antepassadas, dando origem ao Aldeamento Macaco As pesquisas realizadas com as pessoas mais velhas do povo, reafirmam o que está na memória Kapinawá, a informação de que a aldeia Macaco é muito antiga, os primeiros registros oficiais sobre sua existência são de 1746 e 1749 (SAMPAIO, 2011)[3]. Inicialmente, foram reunidos/as índios/as Parató, seguidos/as dos/as índios/as Carninjó (SANTOS JÚNIOR, 2015)[4]. Esse aldeamento existiu na localidade que denominamos *Serra do Macaco*, como explicaremos de forma mais detalhada a seguir.

A colonização foi muito violenta, como já falamos. Nesse processo, nossas terras foram roubadas, fomos deslocados/as para aldeamentos, em pequenos trechos de terra. Indígenas foram escravizados e escravizadas. A mulheres indígenas sofreram violências muito particulares – elas eram "pegas a dente de cachorro", como costumam falar – forçadas a trabalhar nas cozinhas e até mesmo a servirem de "esposas" para os brancos invasores. Fomos forçados e forçadas a aderirmos a uma religião que não era a nossa, com seus rituais, como o batizado das crianças. O argumento para tal imposição era o de que se os pequenos e as pequenas não fossem batizados/as, virariam bichos, pois a nossa espiritualidade e os nossos próprios rituais eram considerados inferiores para eles.

Por isso, surgiram outros nomes que não eram indígenas dentro dos povos, assim como modos de viver e de se relacionar bem diferentes dos praticados na nossa cultura da época. Com essas várias imposições, muitos de nossos costumes foram sendo esquecidos, pois havia a proibição de praticá-los e ensiná-los às crianças. Apesar disso, conseguimos manter de forma escondida vários outros elementos da nossa cultura, e recriamos vários outros a partir da memória das pessoas mais velhas do povo. Nossa resistência possibilitou a existência da nossa história e da nossa identidade até hoje.

3 SAMPAIO, José Augusto. **De caboclo a índio:** etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no nordeste do Brasil; o caso Kapinawá. Vol. 3, nº 2, p. 88 – 191. Jul./dez. 2011, Campina Grande: Cadernos do LEME, 2011.

4 SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. **Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco:** historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História /CFCH /UFPE, 2015.



MACACO: A ORIGEM

A história é testemunha da luta e resistência das/os indígenas em todo o Território que veio a se tornar *Brasil*. Semelhante às/aos demais indígenas nesse continente, os/as Kapinawá também possuem origem em processos de resistência, e começa no chamado *Aldeamento Macaco*. Nesse local, foram reunidos/as inicialmente os índios e as índias Paratió, que nos documentos da historiografia oficial, são chamados/as de *Paraquió*, *Prarto*, *Pratto*, *Pratió* e *Prakió*[5].

SÉC. XVIII

1746

Fundada a Missão do Macaco

Câmara de Penedo referiu-se à rebeldia de indígenas Carnijó, Xocó e Paraquió contra fazendas na ribeira do rio Ipanema

1749

Documentos afirmam que não existiam mais representantes da Igreja Católica no aldeamento e que a população era de 182 famílias

1746

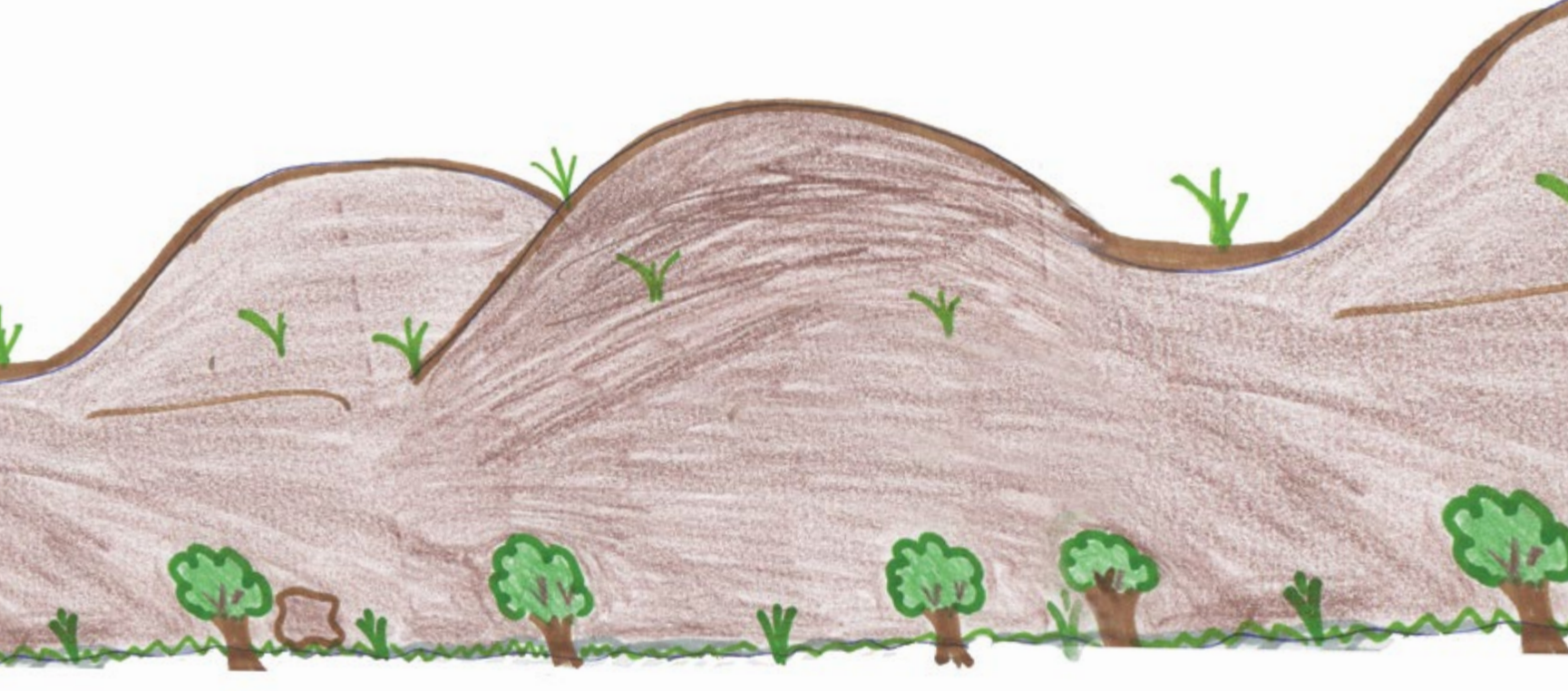
O Aldeamento Macaco foi criado em 1746 e reuniu índios e índias Paratió, assim como revela-se em documentos:

> *A Missão do Macaco, fundada em 1746 para reunir os índios Paratiós que habitavam uma parte do Sertão. (COSTA, v. 5, 1987a, p. 167)*[6].

O aldeamento era situado onde hoje é a aldeia Macaco, entre as ribeiradas dos rios Moxotó e Ipanema.

Outros documentos históricos mostram que, no mesmo ano, os/as índios/as Paratió encontravam-se na ribeira do rio Ipanema, como registra a documentação de uma delegacia que notificou ataques de indígenas Carnijó, Xocó e Paraquió às fazendas de gado:

> *Uma representação da Câmara do Penedo, de 02.08.1746, refere-se à rebeldia, mesmo dos índios aldeados, e sua "barbaridade", que tem levado ao despovoamento e destruição de fazendas, como ocorre na ribeira do Ipanema,*



1760

Índios e índias Carnijó da Vila de Águas Belas refugiaram-se em Macaco

sob a ação dos Carnijós, Xocós e Paraquiós. (ROSA, 1998, p. 10-11)[7].

1749

Poucos anos mais tarde da criação do aldeamento, no ano de 1749, outro documento afirma que já não existem mais representantes da Igreja Católica no aldeamento, e que nesses arredores tinham 182 famílias. Vejam o que dizem os documentos:

Aldeia de Macaco, não tem missionário, e o que teve era sacerdote do hábito de Sam Pedro, tem uma nação de Tapuios Paraquióz, e 182 pessoas. ("Informação...", 1749: 422)[8].

1760

Dez anos depois, em 1760, índios/as Carnijó refugiaram-se em Macaco, vindos/as da Vila de Águas Belas:

Em 1760, os índios Carnijó da Vila de Águas Belas foram responsabilizados pela morte do seu diretor, e após esse fato, se refugiaram no Sítio do Macaco onde estavam os índios Paratió. Tanto os Carnijó, quanto os Paratió, resistiram às determinações do Diretório, pois ambos se recusaram a se unir aos Xukuru de Cimbres, que, por sua vez, serviam como soldados do governo na perseguição às "nações de corso" (AZEVEDO, 2004, p. 112-113). Dessa forma, Carnijó e Paratió optaram pela resistência armada, construindo uma aliança contra os brancos e seus aliados indígenas. (SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 64)[9].

5 Os etnônimos dos grupos indígenas, bem como os nomes de lugares, aldeamentos e pessoas aparecem de formas diferentes de acordo com os documentos. Lembramos que alguns desses documentos são de séculos anteriores ao nosso e as formas de escrever eram também diferentes. Aqui, neste texto, optamos por mantê-los tal como citados nas respectivas fontes.

6 COSTA, F. A. Pereira da. **Anais pernambucanos 1701-1739**. Recife: arquivo público estadual, v. 5, 1987.

7 ROSA, Hildo Leal. **A Serra Negra: refúgio dos últimos "bárbaros" do Sertão de Pernambuco**. Monografia do bacharelado em história /CFCH /UFPE. Recife, 1998.

8 ANÔNIMO. 1908 [1749]. **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**. Anais da Biblioteca Nacional, XXVIII. Rio de Janeiro: 1-534.

9 SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. **Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco**: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História/ CFCH/UFPE, 2015.

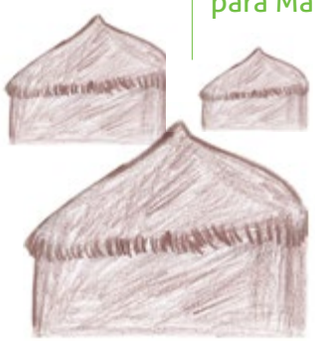
SÉC. XIX

1802

Indígenas oriundos/as de Cacalancó foram levados/as para Macaco

1850

Lei de Terras



1802

Um outro documento sobre Macaco data de 1802, mais de 50 anos dos primeiros registros. Trata-se de uma carta do morador Joaquim Inácio Siqueira Barbosa, enviada para Manuel José de Siqueira, comandante da ribeira do Moxotó[10]. A carta fala sobre a seca que assolava a região e diz ter levado índios e índias para o sítio Macaco. O pesquisador Carlos Fernando Santos Júnior (2015)[11] explica essa carta assim:

> *[Joaquim] detalhou o contato com os indígenas. Ao serem informados sobre a presença de índios, pelo vaqueiro Manuel Machado e pelo Vigário de Cabrobó, Joaquim Inácio e seu irmão Luis (Luis Rodrigues de Siqueira), juntamente com os citados vaqueiro e Vigário, foram falar com o 'gentio brabo', no lugar chamado* Cacalancó *[hoje cidade de Ibimirim].*
>
> *Os quatro foram "com grande geito e amor a falar com eles [...]", e acompanharam os índios até o local onde moravam e permaneceram até a noite. No dia seguinte, os índios foram à casa de Joaquim para pedir terras e o mesmo concordou que seriam as terras do Sítio do Macaco – pois se tratavam de terras doadas anteriormente para aldeamento [...] Joaquim descreveu que, ao transferir os índios para as terras doadas, despejou um morador residente na Serrinha e atendeu mais outro pedido dos índios, ao autorizar que o vaqueiro Manuel Machado fosse morar junto com eles no local doado e o mesmo se tornou o responsável por aldea-los. Joaquim e seu irmão se tornaram padrinhos de algumas crianças indígenas, um fato que aproximou esses dois moradores aos nativos através do laço de compadrio.*
>
> *[...] Joaquim informou que, regularmente, visitava a aldeia passando dois dias, onde residiam 79 índios entre adultos e crianças e, entre esses, 28 foram batizados. Ainda existiam índios pelos 'matos', mas os que estavam aldeados prometeram que havia de sair todos dos 'matos' para morar na aldeia.*
>
> *[...] No entanto, a vigilância continuava, pois esse morador deixou aos cuidados do vaqueiro Manuel Machado, o zelo sobre os 79 índios aldeados e convidar aqueles que permaneciam nos 'matos' a morarem na aldeia junto com os demais (p. 109 e 110).*

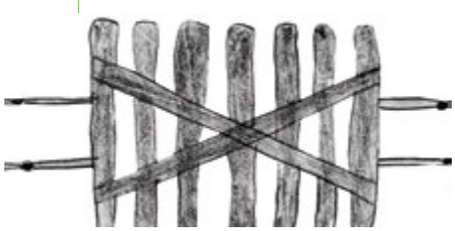
Pelo que falamos até agora, podemos ver que nesse pequeno espaço de tempo de 56 anos, entre a criação do aldeamento, em 1746, até essa carta de 1802, foram juntados e juntadas indígenas de diferentes origens na localidade onde foi feito o Aldeamento Macaco. Primeiro, os/as Paratió, em 1746. Depois, os/as Carnijó, em 1760 e, por fim, os índios e as índias vindos/as de Cacalancó, em 1802. Nesse percurso, também nos relacionamos com a população local, muitas vezes por imposição dos próprios colonizadores e colonizadoras. Isso explica, por exemplo, muitas famílias do nosso povo hoje levarem os sobrenomes das famílias e dos vaqueiros referidos na carta acima: Siqueira e Machado.

1850

Quase 50 anos depois, quando o Brasil já era Império, em 1850, foi feita a Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850). Essa lei foi uma estratégia covarde de regularizar a propriedade em nome dos fazendeiros que enriqueceram e ganharam prestígio político

1872

Os aldeamentos indígenas foram extintos em Pernambuco



1874

Documento de doação da propriedade "Macaco dos Índios"

10 APEJE. **Correspondência para a corte**, CC 12. *Carta, Jardim 15/03/1802. Carta de Joaquim Inácio Siqueira Barbosa para Manoel José de Siqueira, Comandante da Ribeira do Moxotó. O contato com o Gentio Bravo que vivia em Cacalancó e queriam terras. Foi permitido que fossem aldeados na aldeia do Macaco*, fls. 270-271.

11 SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. **Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco**: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em história / CFCH /UFPE. 2015.

através do roubo das terras dos índios e das índias. É com essa lei que as fazendas vão ter os títulos legais de suas terras.

A partir daí, por todo o Brasil, os governos das províncias – que é como eram chamados os estados naquela época – vão declarando como extintos os antigos aldeamentos indígenas.

Os fazendeiros – invasores das terras dos índios e das índias, beneficiados com a posse da terra assegurada por lei – logo providenciaram a retirada dos/as indígenas dos aldeamentos, afirmando que eles estavam misturados/as, ou seja, que eles não eram mais índios e índias, e, por esse motivo, não existiam razões para a continuidade dos aldeamentos. Dizer que os índios e as índias estavam misturados/as e não eram mais indígenas foi o argumento que eles encontraram para roubar também as terras dos vários outros aldeamentos. A partir de então, seus Territórios Tradicionais e os que foram formados pelos aldeamentos foram incorporados por eles, os quais as parcelaram e as comercializaram.

1872

Os aldeamentos em Pernambuco foram formalmente extintos em 27 de março de 1872.

1874

Dois anos depois da extinção dos aldeamentos pelo governo, os casais de indígenas que moravam em Macaco receberam o título de seu terreno. A doação das terras dos antigos aldeamentos para os/as indígenas que nelas habitavam aconteceu em alguns casos, muitos deles como recompensa pela participação indígena na Guerra do Paraguai (1865-1870).

No documento de doação, são nomeados os nomes dos "herdeiros dos índios", bem como as localidades de moradia e os marcos de divisa da terra, vejamos no trecho de documento que segue:

> *Levo ao conhecimento desta data escritura do ano antepassado de 30 de julho de mil e oitocentos e setenta e quatro (1874) dos limites cercados da propriedade 'Macacos', do município de Buíque, Estado de Pernambuco, a passar por pública forma. Essa escritura índia dos herdeiros: [cita o nome dos casais] [...] do Sítio Brejo de Fora e Lagoinha a Julião, Palmeira e Macacos, Mina Grande e Queimada Velha, [...] [descreve todos os limites do terreno] os próprios herdeiros da propriedade 'Macacos' que são sempre donos da herança dos seus próprios avós e pais, nesta data são ainda vivos e assistiram todos estes trabalhos escriturados pelo tabelião público de Garanhuns e Buíque deste Estado de Pernambuco. E pedem sempre direitos aos herdeiros futuramente que também são outorgantes proprietários pelos avós e pais por firmas reconhecidas da declaração 30 de Julho do ano de mil oitocentos e setenta e quatro. (Escritura da propriedade Macaco dos Índios).*

Esse trecho da escritura acima citado é difícil de entender, pois foi escrito há muito tempo atrás. Entre os casais citados na escritura estão os bisavôs e as bisavós das pessoas mais velhas das nossas aldeias. Inclusive, alguns anciãos e anciãs que já morreram sabiam decorado todos os limites que constavam na escritura.

O TEMPO DO CORTE DOS ARAMES «

Depois da doação no final do século XIX, nossos anciãos e anciãs continuaram a morar nas terras, e com o crescimento da população, começaram a criar novos espaços de moradia. Eles e elas contam que desse tempo até os conflitos que surgiram no fim da década de 1970, nossos/as parentes não identificavam-se como índios e índias, era uma forma de protegerem-se da perseguição. Éramos vistos/as como "caboclos e caboclas" pelas pessoas não índias da região, que percebiam nossa diferença em relação aos demais camponeses e camponesas.

No fim da década de 1970, grileiros e fazendeiros como Nelson Caribar e o coronel Totonho de Aquino tentaram cercar nossas terras e assim o fizeram. Mas não concordamos com essa atitude, pois se nossas terras fossem cercadas, os fazendeiros não permitiriam nosso livre acesso por elas. A partir desse momento, demos início a um novo período de luta e resistência. Retomamos a nossa organização interna, cuja finalidade era defender o espaço de onde retirávamos nossos alimentos e sustentávamos nossos filhos e filhas. Não esperamos muito, agimos de imediato, arrancamos todas as cercas e colocamos fogo em todo o arame. Por isso, esse tempo ficou conhecido como o *Corte dos Arames*: "os coronéis queriam tomar as nossas terras de todo jeito, mas não deixamos eles as tirarem de nós. Pois é aqui que estão nossas crenças e memórias", afirma Mocinha, liderança, aldeia Mina Grande.

Uma das vantagens a nosso favor nessa luta contra os grileiros foi os conhecimentos que nós tínhamos sobre a mata, uma vez que os capangas dos coronéis desconheciam completamente os caminhos e a passagem que nós, Kapinawá, conhecíamos. No entanto, os capangas usavam armas de fogo de alto calibre. Já nós, índios e índias, utilizávamos armas de madeiras.

Foi assim que começou nossa luta recente, que nossos anciãos e anciãs começaram a se organizar e reivindicar a identidade indígena e o direito à regularização do nosso Território.

VAMOS CONHECER MAIS DA HISTÓRIA...

ZÉ ÍNDIO E DÔCA AJUDAM A LEVANTAR A ALDEIA NA MINA GRANDE «

Nos anos 1970, durante a construção da "rodagem de Paulo Afonso" (a BR-110 que passa dentro da Terra Indígena Kambiwá), algumas pessoas de Macaco foram trabalhar na região. Nesse tempo que trabalharam lá, construíram, pouco a pouco, relações mais estreitas com os Kambiwá, e foi aí que souberam da existência do documento de doação de terra do Aldeamento Macaco.

Pouco depois, agravaram-se os conflitos de terra na Mina Grande. Foi então que os nossos anciãos e nossas anciãs procuraram Zé Índio e Pedro Manoel (Dôca), que eram índios que já haviam trabalhado no *levantamento da aldeia*[12] Kambiwá. Nessa época, os dois já estavam desaldeados, vivendo nas proximidades da cidade de Ibimirim.

As pessoas mais velhas do povo contam que com a chegada de Zé Índio e Dôca na Mina Grande, as coisas mudaram muito e a luta teve mais força, pois eles trouxeram o documento de comprovação da doação das terras do Macaco. Contam que o documento foi obtido através do filho de Dôca, que o copiou de uma certidão que estava em posse de um pequeno proprietário na cidade de Tupanatinga. Ele, por sua vez, o obteve por meio de seu pai em um cartório da cidade de Garanhuns. Sobre a história desse documento, que passou por várias mãos, contam as pessoas mais velhas que, por volta da década de 1920, uma família de pequenos/as proprietários/as buscava regularizar suas posses junto àquela cidade, então vila. A família guardou a certidão por simples curiosidade, já que nela falava-se em "terras de índios" e também citava nominalmente todos os beneficiários e as beneficiárias da "doação", no caso, os nossos bisavós, as nossas bisavós e seus antecessores e antecessoras.

Apesar das pessoas mais velhas da nossa comunidade não terem a cópia do documento até aquele momento, muitas delas, que hoje já são falecidas, sabiam de forma decorada as delimitações de terras e os beneficiários e as beneficiárias existentes no referido documento, um deles era o Senhor Firmino Gomes da Silva.

12 Os/as indígenas utilizam a expressão *levantar aldeia* para se referirem ao momento político de reivindicação da identidade e direito ao seu Território Tradicional.

Quando Zé Índio e Dôca chegaram na aldeia Mina Grande, fizeram uma reunião com todas as pessoas, falando de um documento que referia-se à existência de índios e índias nesses arredores, depois incentivaram a prática do Toré. O Toré era desconhecido por nós Kapinawá. Até então, praticávamos a ciência divina e os trabalhos espirituais eram realizados em casa. Também dançávamos o samba de coco, tanto para festejar, como também era uma forma de aterrar o piso das casas de barro construídas.

Foram Zé Índio e Dôca as pessoas que nos ensinaram como fazer para *levantar a aldeia* e procurar a Funai para defender nossas terras. Eles tornaram-se os primeiros pajé e cacique do povo Kapinawá. Com o estímulo deles, o Toré passou a ser algo importante e fortalecedor para as nossas reivindicações. No dia 15 de janeiro de 1979, foi levantado o *cruzeiro da jurema* no centro do terreiro da Mina Grande, preparado para os rituais. Foi assim que nós aprendemos a reverenciar, realizando ali o nosso ritual do Toré, prática que transmite muita força dos Encantados para que pudéssemos enfrentar aquela difícil situação.

O NOME *KAPINAWÁ* SURGIU A PARTIR DA PRÁTICA RITUAL DO *TORÉ*. NO MOMENTO DO TORÉ, REUNIRAM-SE AS PESSOAS PRESENTES PARA A ESCOLHA DO NOME QUE REPRESENTARIA O POVO. O NOME FOI REVELADO NESSE RITUAL, ELE SIGNIFICA "ÁGUA E CAROÁ", PORQUE, NA ÉPOCA E AINDA HOJE, O POVO É RICO EM ÁGUA E CAROÁ.

OS CONFLITOS «

Depois de praticar o Toré, começamos a unir mais forças contra posseiros e assim a luta se fortalecia cada vez mais. Os Encantados estavam nos dando força e coragem para vencermos os grileiros e conquistar nossos direitos como povo indígena.

Nós nos identificamos como índios e índias Kapinawá através de rituais e símbolos, como também por meio das terras nas quais vivemos, ou seja, a terra, para nós, é a representação de nossa identidade. Explicando com outras palavras, é no Território Tradicional que se localizam os lugares sagrados, espaços de organização do grupo, onde nós, índios e índias, nos juntamos para fortalecer e unir forças contra a ambição de qualquer elemento.

Como já dito acima, nossa luta pela terra começou há muitos anos. Além das agressões físicas, houveram as derrubadas de casas, destruições de objetos e queimadas de roças, isso por parte dos grileiros, que queriam tomar nossas terras. Isso aconteceu por volta dos anos de 1979 a 1982, e se concentrou na Mina Grande. A partir desse período, houve uma grande luta pela conquista da terra, onde ocorreram vários conflitos com os fazendeiros da região. Eles estavam interessados nas riquezas existentes em nosso Território.

Diante da situação, Dôca, Zé Índio e outras lideranças procuraram o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – órgão da Igreja Católica que apoia as causas indígenas. Nesse tempo, também buscaram a Fundação Nacional do Índio (Funai), que é o órgão oficial responsável pelo processo de regularização dos Territórios Indígenas. Junto à Funai, foram reivindicar o reconhecimento da identidade enquanto indígenas, bem como o direito à posse da terra que tradicionalmente ocupavam.

Depois de muitas lutas, o "reconhecimento" finalmente chegou no ano de 1983, através da instalação do Posto Indígena na Mina Grande. Nós, Kapinawá, já tínhamos praticamente ganhado so-

zinhos a disputa com os grileiros, não sem traumas e tragédias para a comunidade, que poderiam ter sido evitados. Em 1982, após mais de três anos de conflitos, com vários cercos e tiroteios na aldeia Mina Grande, nós, Kapinawá, levamos a melhor em um audacioso ataque na Vila do Catimbau. Nesse local, estávamos proibidos pelo grileiro de fazer feira. Nossa ação guerreira foi o suficiente para acovardar Zuza Tavares, líder dos grileiros, e afirmar nossa fama de "caboclos de coragem", que mantemos na região até os dias de hoje. Mas, tal fama muito nos custou, externa e internamente, em função da grande tensão a que fomos submetidos e submetidas.

A LUTA CONTINUA «

Em 1983, o Posto Indígena Kapinawá foi estabelecido na Mina Grande e no ano seguinte, em 1984, a Funai fez o estudo que identificou a primeira proposta territorial. Após os conflitos de 1982, Dôca e Zé Índio saíram da área e, em 1983, ficamos então sob a liderança do cacique João Soares Monteiro, mais conhecido como Santo de Vidal.

A luta não parou. Entre os anos de 1983 e 1987, as políticas de assistência ficaram concentradas na Mina Grande, que era a aldeia-sede do posto. A Funai, então, listou como posseiras as famílias indígenas das aldeias que não estavam situadas nessa sede do posto. Nesse tempo, essas famílias se mobilizaram e foram em busca de seus direitos.

A terra que foi estudada em 1984 só veio ser regularizada no fim da década de 1990 e os verdadeiros posseiros colocados para fora. Além disso, a terra que foi demarcada tomou como referência de limites dois principais riachos que banham nosso Território, os riachos do Macaco e do Catimbau, mas a maioria das famílias usava as duas margens dos riachos, então a terra demarcada deixou muita área de fora.

O CACICADO DE ZÉ BERNARDO FOI FORÇA PRA NOSSA LUTA «

Em 1993, José Bernardino Barbosa, o Zé Bernardo, foi empossado cacique do povo Kapinawá. Foi no cacicado de Zé Bernardo que tivemos grandes conquistas e o acesso às políticas públicas foi ampliado.

A partir desse período, Zé Bernardo deu continuidade à luta em favor de nosso povo, buscando sempre melhorias e uma qualidade de vida. Vendo a necessidade de alimentos básicos para a comunidade, a primeira providência como cacique foi a ida até a Funai, na capital pernambucana. Nessa ida à Recife, trouxe muitas cestas básicas, alimentando seu povo.

Estava sempre em busca de algo novo para garantir uma boa qualidade de vida para toda a comunidade, por isso, o cacique Zé Bernardo conseguiu, junto à Funai, um gerador para puxar água da nascente, como também abastecer a lavanderia comunitária na Mina Grande. O gerador também dava suporte ao rádio amador, que permitia o funcionamento do rádio por mais tempo sem que a bateria descarregasse – primeira forma de comunicação do povo. A principal função dessa rádio amadora era a comunicação com a Funai.

Logo depois, nosso cacique conseguiu a instalação de energia elétrica na aldeia e, junto à Funasa, também conseguiu encanar a água da nascente para algumas residências, melhorando, assim, a qualidade de vida das pessoas. Sempre que havia necessidade, o cacique Zé Bernardo viajava para Brasília em busca de melhorias para o seu povo, como também lutava ao lado dos demais caciques pela demarcação dos Territórios Indígenas em nossa região.

Até então, a assistência à saúde estava sob a responsabilidade dos municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim. Uma de suas lutas junto com o Movimento Indígena foi pelo direito ao atendimento médico dentro do nosso povo. Cada conquista o deixava contente, pois sabia que suas lutas não estavam sendo em vão.

A educação passava por momentos difíceis, pois além dos professores e professoras não serem bem remunerados/as, não havia estrutura física adequada nas escolas e elas existiam em péssimo estado de conservação. A merenda também era de má qualidade e não chegava material didático necessário para o desempenho das práticas pedagógicas. E esses foram apenas alguns dos problemas enfrentados pela Educação Escolar Indígena nos Kapinawá. O cacique Zé Bernardo, vendo esses problemas, saiu à luta juntamente com os caciques de todas as etnias de Pernambuco e com a Comissão de Professores/as Indígenas de Pernambuco (Copipe): conseguiram com que as escolas fossem estadualizadas, e a Educação Escolar Indígena passou, assim, a ser específica e diferenciada, e com os problemas básicos resolvidos.

Foi no cacicado de Zé Bernardo que nossos e nossas parentes e parentas começaram a se identificar como Kapinawá, colocando, dentro das reivindicações de demarcação territorial, as demais aldeias que ficaram fora da área demarcada em 1984. Esse processo de reivindicação ocorreu em virtude do aumento de nossa população e pela necessidade de termos livre acesso às matas, às furnas encantadas, à caça e à pesca. Outros motivos foram a falta de acesso a algumas localidades importantes, tanto para a prática dos rituais, como para extrair, sem causar danos à natureza, as matérias-primas necessárias à confecção do artesanato. Buscamos estar sempre em harmonia com nossa terra, pois índio e índia sem terra é como filho e filha sem mãe.

ÁREA NOVA «

Em 1998, nossos parentes e parentas que residiam na aldeia Malhador, procuraram o cacique Zé Bernardo para falar da possibilidade de serem reconhecidos e reconhecidas como Kapinawá, uma vez que as famílias residentes na referida comunidade tinham pertencimento também com as pessoas Kambiwá, mas, principalmente, com os índios e as índias Kapinawá. Sempre que ele encontrava alguém do Malhador, falava

sobre o assunto, e as pessoas sempre tinham o mesmo objetivo. Certo dia, ele foi até o Malhador para saber quais famílias tinham parentesco com Kapinawá e quais tinham com Kambiwá. Quão grande foi sua surpresa ao saber que a maioria das famílias residentes na aldeia pertenciam aos dois povos! Então, ele ficou sabendo que a aldeia Malhador é formada por famílias que vieram de Kambiwá, e das aldeias Kapinawá de Riachinho, Tabuleiro, Ponta da Várzea e Pau-Ferro Grosso.

O cacique Zé Bernardo também foi informado que as famílias indígenas do Malhador possuem parentes e parentas espalhados/as por várias outras localidades do Território, como no Caldeirão, Colorau, Batinga e Cumbe. Partindo dessas informações, ele deslocou-se até as referidas comunidades e, certificando-se de que tratava-se de

famílias Kapinawá que há muito tempo habitavam o Território, prometeu fazer um documento e enviá-lo a Funai. Essa área passou a ser chamada de *Área Nova*.

A partir de então, Zé Bernardo passou a frequentar o Malhador. Quem também ia com frequência era o Manoel Bento. Assim, começou essa troca de diálogo e confiança entre a Área Nova e as lideranças das aldeias importantes na história Kapinawá.

No ano de 2003, a Funai terminou o relatório do levantamento das famílias da Área Nova. Esse processo foi como um cadastro da Funai e Funasa.

ALDEIAS NA LUTA PELA TERRA DA ÁREA NOVA

A luta pela regularização das aldeias da Área Nova como Terra Indígena vem de muito longe sendo conduzida principalmente pelas aldeias Malhador, Caldeirão, Batinga, Dor de Dente e Colorau.

Entre os anos 1977 a 1980, parte das terras que compreendem a Área Nova foram vendidas, e hoje temos muitos problemas em decorrência disso. As pessoas que venderam foram: João Pedro, Leonardo (Lunardo), Pedro Carlota, Sebastião de Xiquinha, Martins Raimundo e Goveia Anjo. As famílias indígenas que habitavam nas referidas localidades começaram a se preocupar, pois iniciava-se a perca das moradias, das roças e da caatinga onde servia de pastagem para os animais.

Essas terras foram sendo vendidas da seguinte forma: toda essa área era terra devoluta, Terra da União, como chamamos aqui. Nesse tempo, algumas pessoas começaram a titular seus terrenos pelo recurso do usucapião, pois esse caminho jurídico era mais fácil, não tinha controle. Em alguns casos, serviu para proteger as terras, mas em outros, foi usado de má-fé e para interesse pessoal, não da comunidade e de seus vizinhos e vizinhas. Algumas pessoas fizeram usucapião de terras que eram coletivas, e as tornaram terras individuais. Titularam

por usucapião terras que eram usadas por mais de uma comunidade como terra particular, como as nossas caatingas, que é onde os bichos são criados soltos. Depois de fazerem o título particular, venderam as terras para os fazendeiros.

Essas terras foram negociadas com não índios. A exemplo de Zominho Batateira, que depois vendeu para o Sr. Gilson Siqueira, dono do armazém Baiaca, em Arcoverde. Esse Gilson também comprou terra ao índio Sebastião Viturino (Terto Frazão), em 1980, e à Senhora Dioclécia (Dió), em 1981. Sem as terras, famílias dessas comunidades foram obrigadas a enfrentarem fazendeiros e seus aliados na tentativa de defesa da terra. Das cinco aldeias, só as famílias da Batinga e da Dor de Dente não tiveram que sair de sua terra. Caldeirão, Malhador e Colorau, mesmo perdendo a maior parte de suas terras, abrigaram algumas famílias.

Com a posse das terras, o Gilson Siqueira retirou todas as famílias de dentro das terras que comprou, mas, antes, ele comprou uma pequena parte de terra do Caldeirão e também do Colorau para assentar as famílias que foram retiradas da propriedade. Com a venda das terras, as famílias que moravam no local onde virou fazenda tiveram que derrubar suas casas e abandonar seus locais de moradia e trabalho. Assim, as famílias de: João Flor, Zé Flor, João Cariri, Zé Guilé e Dedé Guilé foram para o Caldeirão. As famílias de: Miguel Raimundo, Zé Gracia, Engraça, Joãozinho Alexandre, Marieta, Zé Cariri e Tutú fixaram residências nas margens da estrada de acesso à Vila do Catimbau – elas formaram o arruado que hoje se chama Colorau. E as famílias de Zuquinha Cariri e Zé de Rita foram morar no Malhador. Em 1986, Gilson Siqueira ainda vendeu parte dessas terras para Romildo Mariano.

As aldeias Caldeirão, Malhador e Colorau, além de perderem moradia, perderam também os locais onde criavam animais e botavam suas roças. As famílias da Batinga perderam os locais de roça e de criação. As famílias da Dor de Dente tiveram à frente da luta os senhores Manoel Bento e Nezinho Anjo, que defenderam as terras daquela comunidade, impedindo que a demarcação do limite da terra da fazenda chegasse até lá.

O PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU FOI CRIADO EM CIMA DE NOSSAS TERRAS «

Passados alguns anos, nos vimos diante de uma grande ameaça e da necessidade de enfrentarmos uma luta mais árdua em defesa do nosso Território: a criação do Parque Nacional do Catimbau (Parna), um tipo de Unidade de Conservação que proíbe moradia e usufruto das comunidades, o que veio atrapalhar a vida das pessoas nascidas e criadas nessa terra.

O parque foi criado no ano de 2002 (Dec. s/nº de 13 de dezembro de 2002) sem nenhuma consulta prévia às comunidades habitantes da área. As negociações para sua criação ocorreram no período da administração municipal de Arquimedes Guedes Valença, o qual, junto a outras pessoas participantes da política do estado de Pernambuco, realizaram várias reuniões apenas com a comunidade da Vila do Catimbau e circunvizinhança, a fim de conseguir apoio para a criação do referido parque.

Essas reuniões fizeram parte de uma estratégia política, por isso as comunidades indígenas foram excluídas. Apesar disso, algumas pessoas das aldeias, ao saberem do dia das reuniões, participaram, porém, não concordaram com a criação do parque, pois isso implicaria na retirada das famílias indígenas.

Nessa mesma época, enfrentamos outro problema: a organização chamada *Amigos do Bem* tentou negociar com a comunidade a saída das famílias das aldeias para uma vila que iriam construir, porém, essa ideia não vigorou, pois a liderança do Malhador e o cacique José Bernardo disseram às famílias para não saírem. A orientação das lideranças se deu contrária à iniciativa da Amigos do Bem, pois consideravam um complô contra as famílias em favor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). E estavam certos! Algumas das famílias que saíram voltaram totalmente arrependidas. Ao invés de ganhar, só perderam, uma vez que venderam o pouco que tinham e depois voltaram sem nada.

Após várias ameaças de desapropriação das terras pelo representante do Ibama, pedimos a presença do antropólogo da Associação Nacional de Ação Indigenista – Anaí, José Augusto Laranjeiras, também do advogado do Cimi, Sandro Calheiro Lobo, e da socióloga do Centro Luiz Freire, Heloisa Eneida. Instituições parceiras da luta Kapinawá que estiveram presentes em reunião com as famílias das aldeias, prejudicadas pela criação do Parna, explicando os direitos em relação às terras e aos deveres enquanto indígenas. Em seguida, foi marcada uma audiência com o superintendente do Ibama, na qual participaram representantes das aldeias Malhador, Caldeirão e Colorau. Nessa audiência, o superintendente garantiu que nenhuma família seria retirada das terras e ficou claro que os Kapinawá não participariam de nenhuma reunião convocada por representantes do Ibama fora da aldeia. Acordamos também que qualquer decisão a ser tomada deveria consultar as lideranças das comunidades indígenas. Ao voltar da audiência, foi feito o repasse das discussões e decisões à comunidade.

Contudo, em 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que passou a ficar responsável

pela gestão do parque. Nesse mesmo ano, aconteceu uma reunião na escola da aldeia Malhador, com representantes do ICMBio, instituições aliadas do nosso povo e representantes das aldeias Quiridalho, Lagoa, Batinga, Caldeirão, Colorau, Tabuleiro, Ponta da Várzea e Malhador. Nessa reunião, tratamos sobre as questões referentes às reivindicações territoriais das aldeias da Área Nova.

A RETOMADA DAS NOSSAS TERRAS «

Passaram-se alguns anos e as ameaças de tomar posse do nosso Território Tradicional pelo ICMBio tomaram novos rumos. As famílias sentiram-se ameaçadas de não poderem continuar morando nas aldeias e foram informadas de que uma pousada seria construída nas dependências da casa grande – sede de uma fazenda instalada no nosso Território. Decidimos, então, fazer a retomada do Território que, por direito, sempre foi nosso.

Foi combinado com o cacique Zé Bernardo e planejado o momento sob a proteção dos Encantos de Luz. No dia 11 de agosto de 2011, às quatro horas da manhã, foi iniciada a retomada. À frente, estava a comunidade da aldeia Malhador, seguida das aldeias Caldeirão, Colorau e Batinga. Em seguida, chegaram as aldeias Baixa da Palmeira, Pau-Ferro Grosso, Tabuleiro, Mina Grande, Coqueiro, Julião, Maniçoba, Ponta da Várzea e Carnaúba, todas da área já demarcada, para somar forças. A chegada de uma aldeia chamava as outras e força na luta aumentava. Chegaram as pessoas das aldeias Quiridalho, Marias Pretas e Santa Rosa que juntaram-se, trazendo, com elas, pessoas das comunidades Lagoa, Cumbe, Serrota e Mudumbi. Todas reivindicando a demarcação da Área Nova como parte do Território Tradicional Kapinawá.

Durante as primeiras semanas de retomada, parentes e parentas de outros povos estiveram presentes em nosso povo para nos dar força e apoio, como: Dimas Fulni-ô, advogado e assessor jurídico da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas

Gerais e Espírito Santo (Apoinme); Zé de Santa Xukuru do Ororubá, como coordenador da Apoinme; Alexandre Pankararu, que veio fazer os registros audiovisuais dos momentos na comunidade. Recebemos apoio político, religioso e ajuda dos povos indígenas de Pernambuco: Xukuru, Kambiwá, Pipipã, Pankararu, Pankaiwká, Atikum, Pankará, Tuxá e Truká, que nos forneceram gêneros alimentícios para que pudéssemos alimentar os guerreiros e as guerreiras que estavam conosco em retomada.

Além da presença dos povos, o Movimento Indígena realizou encontros na retomada, como o Encontro Estadual de Mulheres Indígenas de Pernambuco, no qual foram discutidas as questões referentes às terras para os povos indígenas e que estiveram presentes antigos aliados, do tempo das primeiras lutas Kapinawá na década de 1980, como Fábio (Fabião), Zé Karajá e José Augusto Laranjeiras (Guga). Também compareceram parceiros e parceiras das lutas mais recentes, da década de 1990 em diante, como Sandro Calheiro Lobo e Saulo Feitosa, integrantes do Cimi; Lara Erendira, Heloisa Eneida e Caroline Leal, então indigenistas do Centro de Cultura Luiz Freire; Frederico Vasconcelos, na época coordenador regional da Funai; e lideranças indígenas importantes em Pernambuco, como D. Zenilda

TEXTOS, DOCUMENTOS E VÍDEOS CONSULTADOS

ANDRADE, Lara Erendira Almeida de. **Kapinawá é meu, já tomei, tá tomado**: organização social, dinâmicas territoriais e processos identitários entre os Kapinawá. Dissertação de mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Antropologia – PPGA /UFPB, 2014.

BARBOSA, Adnalda; NASCIMENTO, Leonildo Gomes do. **A história de luta do povo Kapinawá**. Trabalho de conclusão do curso em Licenciatura Intercultural. Caruaru: Centro Acadêmico do Agreste – UFPE, 2012.

Vídeo Meu Povo Conta. Conselho de Educação Escolar Kapinawá – CEIK e Cantadores Locais. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2007. 51min59s.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. **Notas sobre a formação histórica, etnicidade e constituição territorial do povo Kapinawá**. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T. de; FRY, P. (Orgs.) Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1995.

_____. **De caboclo a índio:** etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no Nordeste do Brasil – o caso Kapinawá. Cadernos do LEME, local: vol.3, nº 2, p. 88-191. Jul./dez., 2011.

_____. **Terra Indígena Kapinawá e Parque Nacional do Catimbau:** notas para discussão da sua superposição. (Local: editor, 2007).(digitado).

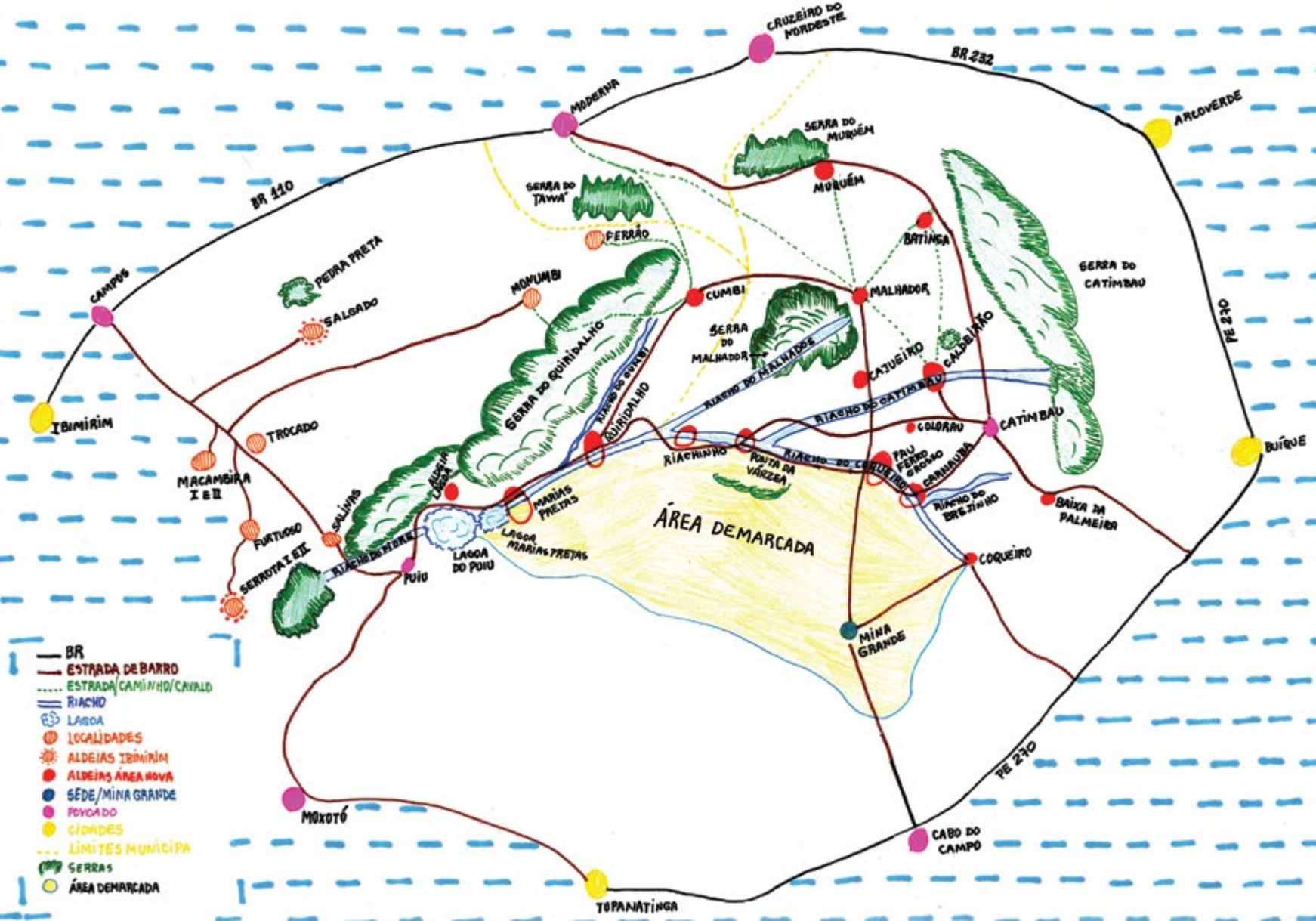
SILVA, Leonilson G. **Relatório técnico do levantamento da Terra Indígena Kapinawá, próxima ao Parque Nacional do Catimbau**. MS., 30/01/2003.

Xukuru, cacique Marcos Xukuru e José Edson, grande guerreiro Kapinawá que, na época, morava em Xukuru, mas que veio participar e dar força na luta que ele tanto defendeu.

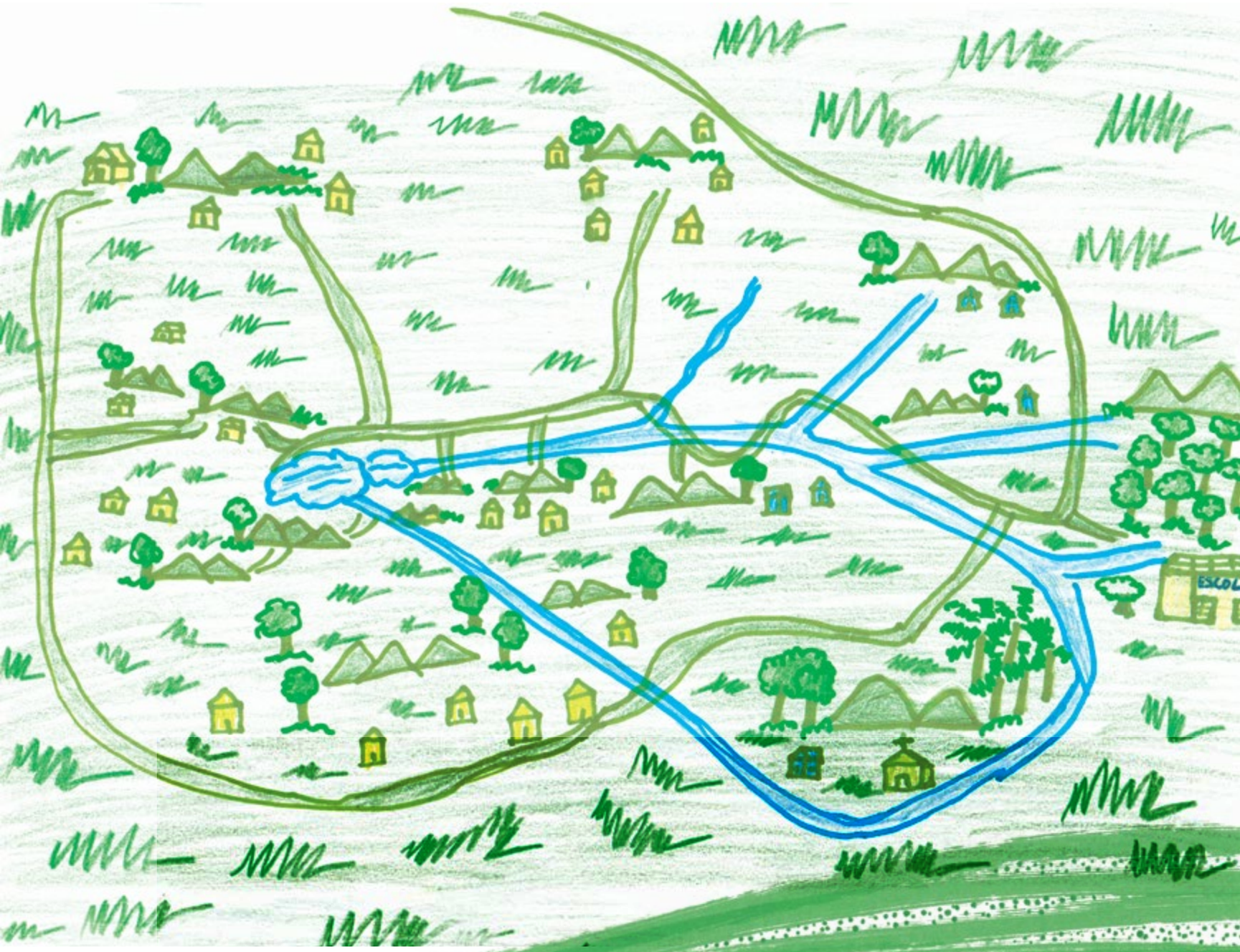
Depois dessa retomada, as famílias que anteriormente tinham sido expulsas do Território e que tinham passado muitos anos confinadas em um pequeno espaço, voltaram a plantar em suas terras. A sede da fazenda foi transformada num espaço comunitário, o Espaço Sagrado Anjuká. Lá funcionam salas de aula e também o Museu Kapinawá.

SOBREPOSIÇÃO TERRITÓRIO KAPINAWÁ E PARNA DO CATIMBAU

ÁREA NOVA


CRUZEIRO DO NORDESTE
BR 232
MODERNA
ARCOVERDE
SERRA DO MURUÉM
MURUÉM
SERRA DO TAWÁ
PERRÃO
BATINGA
BR 110
PEDRA PRETA
SALGADO
CAMPOS
MONUMBI
CUMBI
MALHADOR
SERRA DO CATIMBAU
PE 270
SERRA DO MALHADOR
CAJUEIRO
CALDEIRÃO
SERRA DO QUIRIDALHO
RIACHO DO MALHADOR
RIACHO DO CATIMBAU
IBIMIRIM
TROCADO
QUIRIDALHO
COLORAU
CATIMBAU
BUÍQUE
MACAMBIRA I E II
RIACHINHO
POUTA DA VÁRZEA
RIACHO DO CARNAUBA
TAU FERRO GROSSO
CARNAUBA
RIACHO DO BREJINHO
BAIXA DA PALMEIRA
SALINAS
LAGOA DA PEDRA
MARIAS PRETAS
PORTUDO
SERROTA I E II
RIACHO DO POIU
LAGOA DO POIU
LAGOA MARIAS PRETAS
ÁREA DEMARCADA
POIU
COQUEIRO
MINA GRANDE
MOXOTÓ
PE 270
CABO DO CAMPO
TOPANATINGA
BR
ESTRADA DE BARRO
ESTRADA/CAMINHO/CAVALO
RIACHO
LAGOA
LOCALIDADES
ALDEIAS IBIMIRIM
ALDEIAS ÁREA NOVA
SEDE/MINA GRANDE
POVOADO
CIDADES
LIMITES MUNICIPA
SERRAS
ÁREA DEMARCADA

A ORGANIZAÇÃO É A UNIÃO E A FORÇA DO POVO



O critério para participar da organização é não negar a identidade Kapinawá. É participar dos movimentos, do Toré, ter respeito e compromisso com o povo. O compromisso com a terra, para nós, indígenas, é cuidar e reconhecer que ela é nossa mãe, que nós dependemos dela para nossa sobrevivência. Quando cuidamos e preservamos a terra, estamos fortalecendo nossos direitos e, ao mesmo tempo, tendo responsabilidade de preservar a natureza e também conscientizado as pessoas a preservarem também. Porque índio e índia sem seu Território, ficam enfraquecidos/as.

A nossa organização é representada por Conselho de Lideranças, pajé e cacique. Vamos explicar qual a importância de cada um no dia a dia no nosso Território.

CONSELHO DE LIDERANÇAS «

Após a conquista da demarcação da Terra Indígena, surgiu a necessidade de criar um grupo para acompanhar o/a cacique nas viagens em busca dos outros processos de legalização da terra e dos demais direitos. Chamamos esse grupo de *Conselho de Lideranças*, o qual foi formado incialmente por Pedro Vicente, Antônio de Zé Preto, Zezinho de Zé Preto, Ulisses Fortunato, Calixto Juvenal, Inaldo Silvestre, José Elias e Zé de Júlio, para citar alguns desses mais velhos.

Hoje, temos mais aldeias e, assim, surgiu a necessidade de aumentar o grupo de lideranças. Com isso, foi sendo criado um grupo local de lideranças em cada aldeia. A intenção é conscientizar as pessoas e conversar para viver melhor dentro de cada comunidade. Assim, fortalecemos a organização do povo, respeitando as decisões dos grupos locais, sabendo ouvir e também falar, participando das reuniões, dos movimentos de luta, e também dos rituais.

Assim, o Conselho serve para conscientizar politicamente e orientar o povo a viver melhor, mais unido e, quando for necessário organizar um movimento, dentro ou fora do povo, o Conselho estará

sempre junto, orientando para que tudo saia bem. Tem que sempre fazer reunião com a comunidade para que todo mundo tenha ciência das decisões e dos demais acontecimentos, dentro ou fora do Território. Tem que aconselhar aquela pessoa que está mais distante da compreensão do coletivo, ou que está passando por alguma dificuldade. Esse grupo que faz parte do Conselho tem que trabalhar junto com cacique e pajé, para poder resolver as questões mais complicadas, que somente o conselho local não poderia resolver. Nesse caso, se junta com o/a cacique e juntos analisam a melhor providência a ser tomada.

É preciso respeitar a comunidade, para o povo respeitar a liderança. Tem que ter respeito, aconselhar quando acontecer qualquer equívoco. A liderança é, além de tudo, para ensinar à pessoa mais nova como é a religião, o ritual, o que é o significado da tradição indígena, o que é dançar o Toré, beber a jurema junto com os Encantos de Luz. A liderança é para participar de reuniões dentro de sua etnia e em outras etnias aliadas do povo. A liderança é uma autoridade para dar

conselho e, por isso, tem que ter respeito e dignidade tanto dentro do povo, como diante das pessoas não indígenas.

PAJÉ «

Pajé é uma liderança no ritual do Toré e tem a missão de manter a união no povo. É uma figura muito importante dentro das aldeias, por deter saberes espirituais e conhecer a história, responsável por passar adiante a cultura, as histórias, os rituais e as tradições.

É uma liderança de extrema importância em nosso povo por ser o/a indígena mais experiente. Também é a pessoa que possui a função de curar, pois conhece diversos rituais e também o poder de cura pelas ervas e plantas. É responsável por benzer as pessoas de seu povo.

O/a pajé também possui a função de liderança espiritual, de puxar o ritual do Toré. Também conhece os meios de entrar em contato com os/as ancestrais, Encantados de Luz e deuses e deusas protetoras do povo, como o nosso Pai Tupã.

Em alguns povos, acredita-se que o/a pajé tem poderes capazes de fazer chover e melhorar a capacidade dos índios e índias durante a caça e a pesca. Durante a pajelança, o/a pajé entra em contato com os Encantos de Luz e com os/as ancestrais, com o objetivo de promover curas, resolver problemas pessoais dos índios e índias ou problemas gerais do povo. É a pessoa encarregada da garantia de união do seu povo.

CACIQUE «

É nossa liderança política. É quem puxa a nossa luta. Também fica em contato com as lideranças das aldeias. É a pessoa que, junto com as outras lideranças, resolve as questões internas do nosso povo e dialoga com os outros povos nas nossas lutas por direitos.

AS ALDEIAS KAPINAWÁ «

Nosso Território se organiza espacialmente por aldeias. Cada aldeia é um conjunto de famílias que formam uma comunidade. As aldeias estão ligadas entre si por relações de parentesco, ritual, economia e afinidade. Cada aldeia tem uma ou mais lideranças que fazem parte do Conselho e trabalham juntamente com o/a cacique e o/a pajé. Hoje, nosso Território tem mais de vinte e cinco aldeias.

ALDEIAS KAPINAWÁ

E tem ainda mais alguns que começaram a se identificar como Kapinawá nos últimos dez anos e ficam no município de Ibimirim. Entre elas, estão: Serrota I e II, Gerônimo, Igrejinha, Ferrão e Mudubim.

O nome da maioria das aldeias é dado por conta da natureza. Elas levam nome de animais, árvores, formações geográficas. Também tem algumas que têm o nome da pessoa mais velha do lugar, ou um apelido que ficou conhecido através do tempo.

VAMOS CONTAR AGORA UM POUQUINHO DA HISTÓRIA DE ALGUMAS DELAS

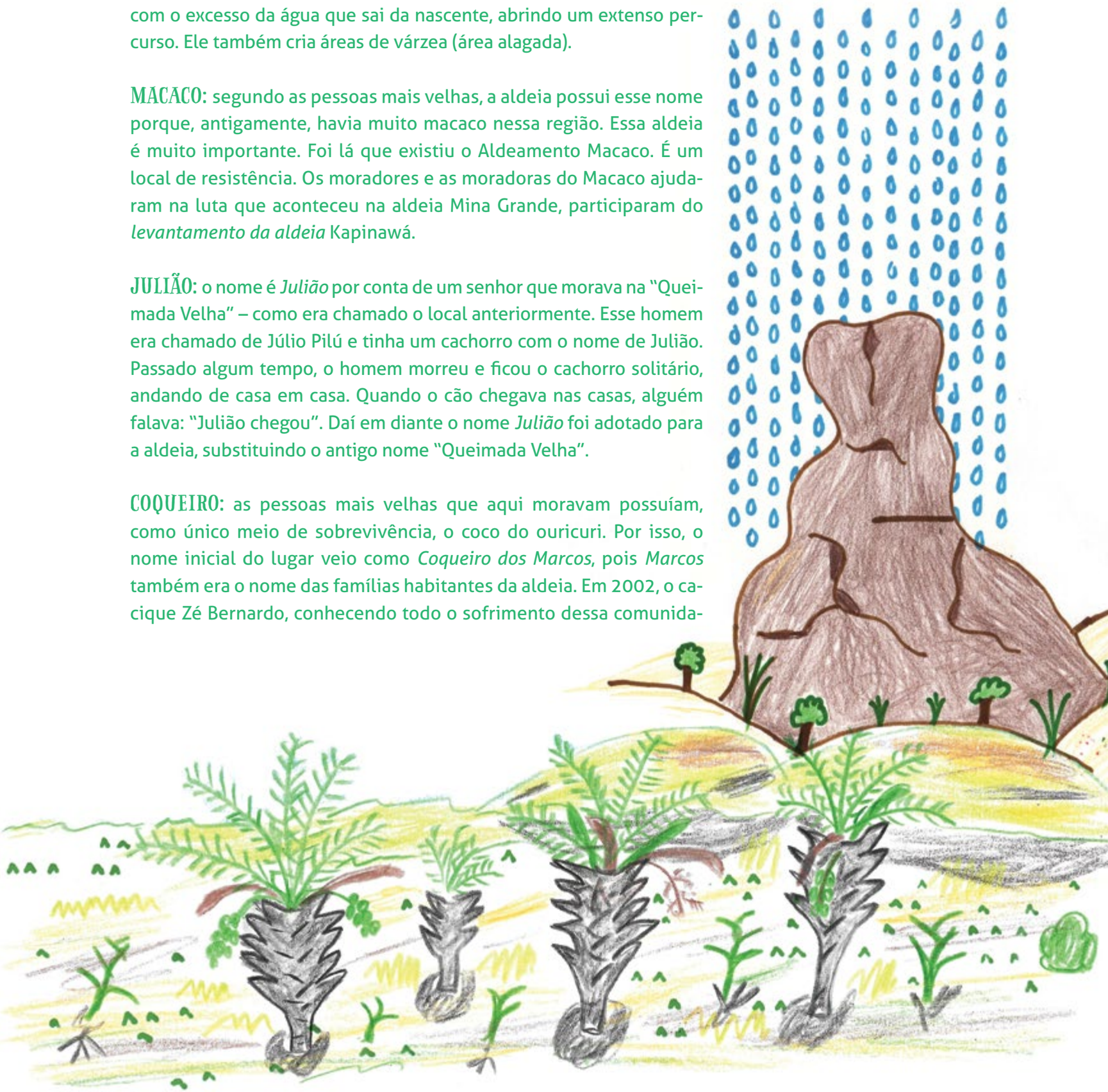
MINA GRANDE: a origem do nome da aldeia como *Mina Grande*, deu-se por causa da presença de água mineral. Quando a nascente que abastece a aldeia foi descoberta, minava bastante água, tanto no período do inverno, como no período do verão. Até hoje, nos tempos de chuva, forma-se um riacho, que tem uma extensão de quase dez quilômetros

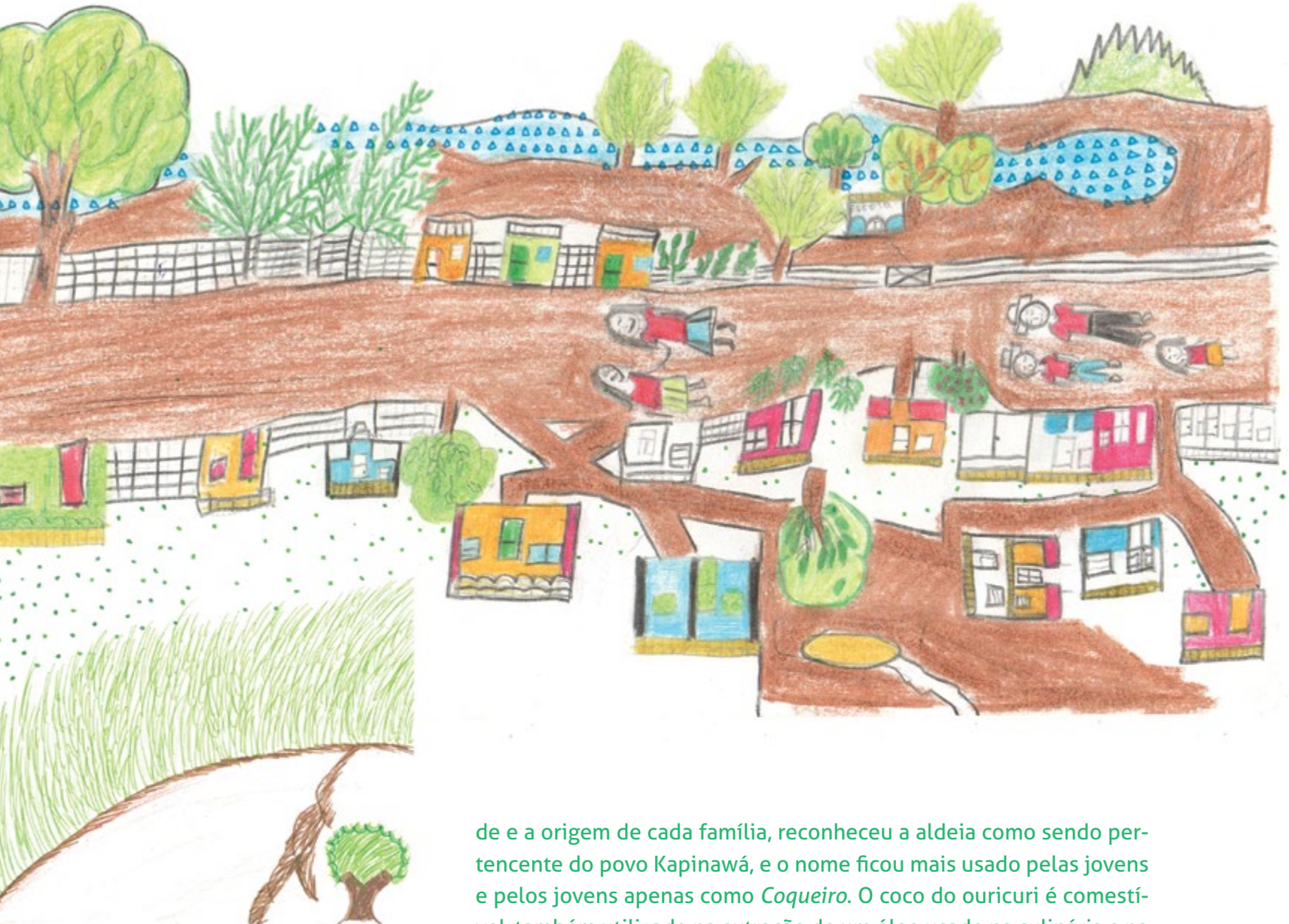
com o excesso da água que sai da nascente, abrindo um extenso percurso. Ele também cria áreas de várzea (área alagada).

MACACO: segundo as pessoas mais velhas, a aldeia possui esse nome porque, antigamente, havia muito macaco nessa região. Essa aldeia é muito importante. Foi lá que existiu o Aldeamento Macaco. É um local de resistência. Os moradores e as moradoras do Macaco ajudaram na luta que aconteceu na aldeia Mina Grande, participaram do *levantamento da aldeia* Kapinawá.

JULIÃO: o nome é *Julião* por conta de um senhor que morava na "Queimada Velha" – como era chamado o local anteriormente. Esse homem era chamado de Júlio Pilú e tinha um cachorro com o nome de Julião. Passado algum tempo, o homem morreu e ficou o cachorro solitário, andando de casa em casa. Quando o cão chegava nas casas, alguém falava: "Julião chegou". Daí em diante o nome *Julião* foi adotado para a aldeia, substituindo o antigo nome "Queimada Velha".

COQUEIRO: as pessoas mais velhas que aqui moravam possuíam, como único meio de sobrevivência, o coco do ouricuri. Por isso, o nome inicial do lugar veio como *Coqueiro dos Marcos*, pois *Marcos* também era o nome das famílias habitantes da aldeia. Em 2002, o cacique Zé Bernardo, conhecendo todo o sofrimento dessa comunida-





de e a origem de cada família, reconheceu a aldeia como sendo pertencente do povo Kapinawá, e o nome ficou mais usado pelas jovens e pelos jovens apenas como *Coqueiro*. O coco do ouricuri é comestível, também utilizado na extração de um óleo usado na culinária e na confecção de uma pasta muito saborosa, usada na alimentação, seja natural ou com mistura da mandioca no preparo do beiju.

COLORAU: no começo, essa aldeia era uma parte da aldeia Ponta da Várzea. Nessa época, existiam funcionários/as da antiga Superintendências de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) que falavam que as mulheres do lugar gostavam muito de usar roupas vermelhas e, por isso, passaram a chamar a aldeia de *Colorau*. As pessoas concordaram – até gostaram – e foi assim que nasceu o nome da aldeia.

CALDEIRÃO: o nome da aldeia *Caldeirão* tem origem nos "caldeirões" de pedra que existem no lugar. São buracos que se originaram naturalmente com a ação do vento e das chuvas existentes nos serrotes. Eles enchem de água no período das chuvas, e essa água, antigamente, era usada para o consumo das pessoas mais velhas da aldeia.

MALHADOR: o nome da aldeia Malhador ficou conhecido porque, na época das pessoas mais velhas, o gado era criado solto no baixio do alto. Ao chegar a noite, o gado subia o alto para dormir e ficava amontoado em um único lugar, conhecido pelas pessoas mais velhas de *Malhador do Gado*, e, daí em diante, surgiu a aldeia, que ficou conhecida apenas como *Malhador*.

QUIRIDALHO: o nome *Quiridalho* é uma referência à aldeia Quiri, onde existe um lugar sagrado chamado *Serra do Pico*. Nessa serra, existe a moradia dos índios e das índias que, com o passar do tempo, passaram a chamá-la de *aldeia Quiridalho*.

RIACHINHO: a aldeia Riachinho surgiu a partir da chegada de algumas pessoas que, aos poucos, foram formando uma pequena comunidade. São elas: Toinho, Cazuza, Maria de Pretinha, Mônica, Prejentina, Ernane, João Machado, Zozinha, Zé Caju, Vitalino, Nestrina, Joaquim, Caboclo, Dodó, Zé Fira, Vicente, Dalino, Sirino, Zefa Balai, Lô Balai e Zezinho. A casa de João Machado foi uma das primeiras construídas na localidade. Ele também passou um tempo morando na furna da aldeia Julião. Depois, retornou para Riachinho novamente, fez outra morada, de palha, perto de Bastião e até hoje tem a marca no chão onde ficava a casa, que era perto de um pé de jiquiri.

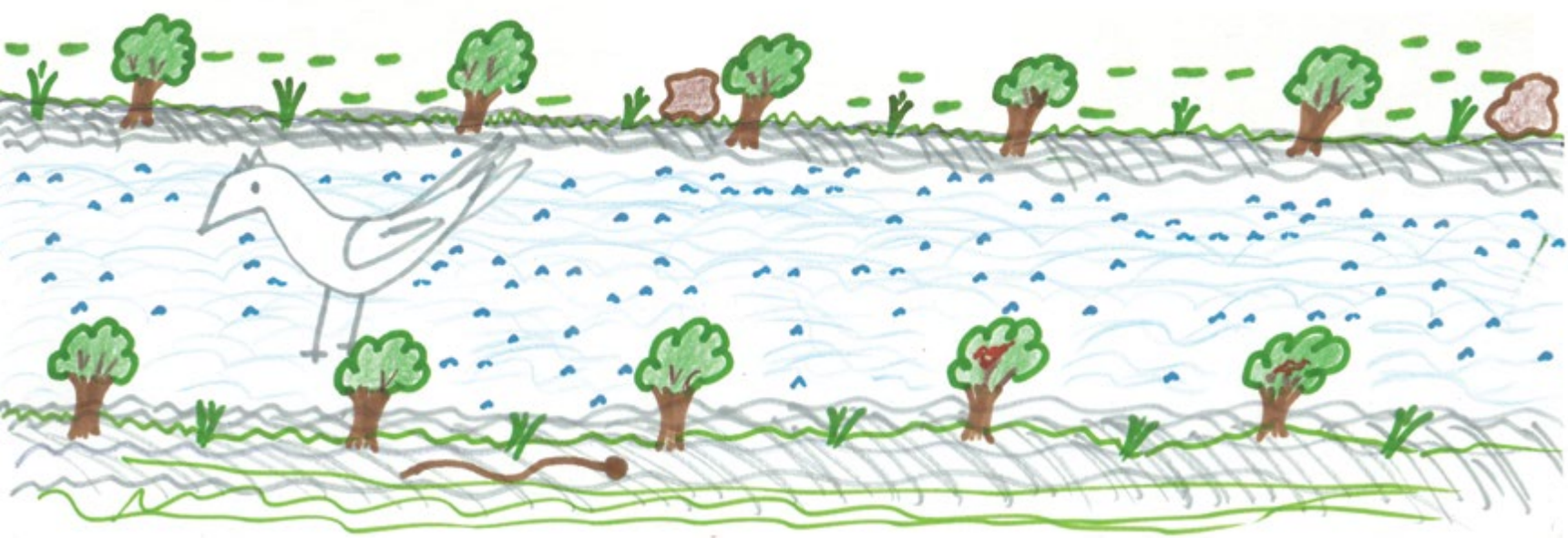
BATINGA: o nome da aldeia está relacionado à árvore batinga, planta típica da região, presente em abundância na referida aldeia.

PAU-FERRO GROSSO: a origem do nome dessa aldeia está relacionada à existência de uma árvore grande chamada pau-ferro. Daí a aldeia recebeu o nome de *Pau-Ferro Grosso*. Sendo assim, todos/as que já tinham muito

respeito pela natureza, passou a cuidar e a preservar ainda mais aquela árvore que deu origem ao nome da aldeia. O pau-ferro-grande-dos-índios é uma árvore centenária, pertencente à nossa paisagem, guarda muitas histórias de nosso lugar, pois lá serviu de cenário para grandes rituais sagrados para o povo dessa localidade. Entre os moradores e as moradoras mais tradicionais daquela época, que moravam na parte que hoje é Pau-Ferro, eram Eugênio, João Eugênio, Mané Eugênio Cassiano, que era filho desse último, Ana, Sabrina e Delmira, esposa de João Eugênio.

TABULEIRO: as pessoas mais velhas contam que, antigamente, Pau-Ferro Grosso e Tabuleiro formavam uma única aldeia. No processo de povoamento, não havia Tabuleiro. Quem atribuiu essa nomeação foi a Funai no período que vieram fazer estudos de identificação do Território.

BAIXA DA PALMEIRA: a aldeia Baixa da Palmeira é a aldeia de Manoel Bento, que lutou muito no tempo o Corte dos Arames junto com suas filhas. Mesmo tendo participado fortemente do *levantamento da aldeia* Kapinawá, a Baixa da Palmeira ficou fora da demarcação inicial e hoje reivindica a regularização do Território.



ALDEIAS IBIMIRIM

- Aldeias
- Povoados
- Estrada de terra
- Rodovia pavimentada (BR-110)
- Estrada de areia
- Hidrografia
- T.I. Kapinawá
- Parque Nacional do Catimbau

0 2 4 6 km

SERROTA II: antigamente, na Serrota II era apenas caatinga e, no ano de 1928, começaram a chegar as famílias que hoje se encontram na aldeia. Antônio Modesto de Araújo foi o primeiro. Com o tempo, chegaram também as famílias de Domingo, Pedro Raimundo e Pedro Rodrigues.

IGREJINHA: Alfredo André de Souza foi um dos fundadores da aldeia Igrejinha. Conta que desde menino ouvia seu pai falar de índios e índias na região. Ao passar do tempo, com a perseguição dos fazendeiros, foram fugindo para a Serra dos Campos e Serra Negra. O restante permaneceu no local, e ainda continuam.

GERÔNIMO: no ano de 1920, Manoel Jorge, para chegar no Gerônimo, abriu roças e veredas desmatando. Ao passar do tempo, ele construiu sua casa, que foi uma das primeiras, e casou-se com Dorvigem Maria Izabel, com quem teve sete filhos e filhas. Naquela época, não existiam as coisas que têm hoje. As comidas eram pão de macambira, pão de mucunã, palmito de coqueiro, caça do mato e pão de alastrado – assim foi como criou seus filhos e filhas. Também havia um umbuzeiro conhecido como baixa da furninha. Nesse umbuzeiro, tinha um pilão que Seu Manoel falava que foram os índios e as índias que deixaram lá. As índias e os índios de antigamente foram embora para a Serrote dos Campos, onde era sua moradia, e onde até hoje existem letreiros, pinturas rupestres, entre outras marcas.

FESTAS E RITUAIS

FESTAS E NOVENÁRIO «

As festas e as novenas sempre foram tradição desde os nossos antepassados e nossas antepassadas.

As festas de antigamente eram forró com sanfona, violão, berimbau de lata, reco-reco de madeira, pífano, pandeiro, triângulo, zabumba, radiola de maleta. Samba de coco nas tapagens de casas. E em alguns lugares também o são-gonçalo para pagar promessa e ciranda.

As festas eram em comemoração aos casamentos ou batizados, festas juninas, homenagens a outros padroeiros. O período dessas fes-

tas era demorado, sempre acontecia nos finais de semana e quando as pessoas mais velhas estavam de folga.

As novenas eram realizadas todo ano, participava muita gente, todos iam de cavalo e também a pé. Antigamente, eram muito valorizadas. Eram alumiadas com murrão feito de cera de várias abelhas: branca, arapuá, tubiba, rajada e uruçu.

Hoje, as novenas são menos apreciadas pela juventude, mas muito frequentadas pelas pessoas mais velhas, que dizem que essas novenas de antigamente eram muito divertidas, além de contarem com a presença de uma pessoa tocando zabumba.

Além da novena, tem o terço no mês de maio, por exemplo, lá no Quiridalho, na Serra do Pico. Antigamente, fazia-se procissão para rezar o terço e pagar promessas. Muitas pessoas subiam a serra de joelhos para pagar suas promessas. Por exemplo, se fosse uma dor no peito, fazia a promessa e quando recebesse a graça, mandava fazer um peito de madeira, levando-o até a serra para colocar no pé do cruzeiro. Cruzeiro esse que existe até hoje.

Ainda hoje, as novenas são acompanhadas com instrumentos de zabumba, triângulo, pífano, dentre outros.

No período da luta do Corte dos Arames, na aldeia Mina Grande, começou a novena de São Sebastião.

O SAMBA DE COCO NO NOSSO DIA A DIA «

O samba de coco está presente na vida do povo Kapinawá desde o tempo das pessoas mais velhas e continua nos dias atuais. Hoje, o samba não é dançado com a frequência de antigamente. Ele era dançado no processo de tapagem das casas, nos casamentos, festas juninas, ou ainda quando se juntavam as pessoas da comunidade e tinha quem puxasse o samba. Formava-se uma

CALENDÁRIO DAS FESTAS E RITUAIS

roda para dançar o coco, que ia até o dia amanhecer. O samba de coco também estava presente nos trabalhos nas roças e nas casas de farinha.

As pessoas mais antigas contam que, nas tapagens das casas, primeiro fechavam de vara. Os homens carregavam o barro nos banguês e as mulheres carregavam água nos potes. Enquanto os homens traçavam o barro, outras pessoas puxavam cantigas de samba:

Ô Amaro, ô Amaro!
Eu vou te passar no rio.
Ô Amaro, ô Amaro!
Do lado que eu te deixar.
Ô Amaro, ô Amaro!
A mulher de Mané Amaro mora no Alto do Bode,
Deixou de dançar pagode porque ele não deixou.
Roubaram seu amor, lhe deixaram no desamparo.
A mulher de Mané Amaro, Mariano carregou.

Após a tapagem, "apilavam" os cômodos das casas com o samba, que só parava pela manhã do dia seguinte. Já nos casamentos, o samba de coco estava presente no "aterro da latada". Quando ia haver festas, era colocado o barro, espalhava e dançava o coco em cima para "apilar".

Nas festas juninas, o samba de coco também estava presente. As pessoas mais velhas faziam novenas ou terço em comemoração a Santo Antônio, São João e São Pedro. Ao término do terço, ou novena, elas se divertiam com o samba de coco. Os agricultores e as agricultoras se reuniam em batalhão, também chamado de *adjunto*, para trabalhar na roça. E, enquanto trabalhavam, eles/as cantavam as cantigas de coco, e depois da empreitada, eles/as comemoravam com um grande samba de coco.

Nos momentos de lazer, nos fins de semana, as pessoas combinavam para ir em outras aldeias dançarem o samba de coco, e cantavam as músicas conhecidas dos dias de hoje.

MESTRES, PISADORES E PISADORAS

No samba de coco, para a dança fluir, são necessárias as atuações de um/a puxador/a, que é o mestre ou a mestra que puxa as cantigas na voz, e também de pessoas que respondem ao refrão, formando um coral. E também dos pisadores e das pisadoras que são os/as dançadores/as do samba de coco. Os puxadores ou as puxadoras cantam as cantigas de composição própria ou de outros/as compositores/as, mas para ficar bonito, é preciso que haja um coro de vozes respondendo os versos que formam o refrão. Se a cantiga é bem cantada e respondida, facilita para os/as pisadores/as acertarem o passo, e a dança do coco acontecer.

OS INSTRUMENTOS DO SAMBA DE COCO

O povo Kapinawá, para dançar o samba de coco, usa, desde o tempo das pessoas mais velhas, vários instrumentos de percussão. Contudo, a base sonora é a batida dos pés, que oferece ritmo ao samba. São vários os instrumentos usados para dançar o samba de coco, tais como: pandeiro, taró, berimbau, reco-reco e ganzá. Com o passar do tempo, o ganzá foi sendo substituído pelo maracá.

VAMOS CONHECER CADA INSTRUMENTO DO SAMBA DE COCO:

- O **pandeiro** é feito de couro de animal, de madeira de mucunã e com umas tampinhas de garrafas.
- O **taró** é feito de couro de tamanduá, onça e veado, com pedaços de arame e tronco de imburana. Uma pessoa conhecida que faz o taró é Cícero, da aldeia Baixa da Palmeira.
- O **berimbau** também foi um instrumento tocado no samba de coco, contudo, com o passar do tempo, foi deixado de ser usado. Sua confecção era à base de um pedaço de arame, cipó de rego, dois quengos de coco e um pedaço de madeira de 30 centímetros.
- O **reco-reco** é feito com uma mola de arame e um pedaço de madeira.
- De uma forma geral, o instrumento mais usado no samba de coco foi o **ganzá**, que também é conhecido como **malinha**. É feito de cuia e cipó. Também existe outro tipo de ganzá, aquele feito de lata de óleo,

preenchido com milho e feijão. Algumas das pessoas que faziam o ganzá, era Zé de Alta, já falecido, da aldeia Quiridalho, José Maria e Félix Izidoro, da aldeia Coqueiro. Atualmente, para se dançar o samba de coco, é usado o maracá, que é uma transformação do ganzá.

- O **maracá** é feito de coité, chumbo, madeira e coco. As pessoas que fabricam o maracá hoje, são: Ronaldo, Senildo, Romildo e Giovane, todos da aldeia Malhador; também Araci e Milton, da Mina Grande; Juscelino, da aldeia Santa Rosa; José Cláudio, da aldeia Quiridalho; Cícero, da aldeia Baixa da Palmeira; Albério e Geraldo, da aldeia Tabuleiro; e José Ailton, da aldeia Riachinho.

VÁRIAS PESSOAS, JÁ FALECIDAS, DA ALDEIA MINA GRANDE, FABRICAVAM ESSES INSTRUMENTOS USADOS PARA DANÇAR O SAMBA DE COCO. SÃO ELAS: ZÉ DE VIDAL, MANOEL NOVO, GALDINO, JOÃO MARIANO, CRISTÓVÃO, JOÃO BERNARDINO E JOÃO SALUSTIANO.

AS CANTIGAS DO SAMBA DE COCO FALAM SOBRE O NOSSO DIA A DIA

As cantigas de coco são muitas, e foram compostas por vários/as compositores/as e puxadores/as da época, tendo como base o sentimento de cada pessoa e a lida do dia a dia na vida da aldeia. Elas relatam paixão, momento de caçada, desafio entre os/as puxadores/as, através de rimas e versos (provocações para o samba não parar), entre outros temas.

Hoje, as pessoas mais velhas lembram com saudade das cantigas, dos/as cantadores/as, dos índios e das índias que pisavam o samba de coco com prazer. Dona Helena da aldeia Malhador recorda desses tempos e diz:

"Eu sinto muita saudade do meu tempo, quando eu dançava samba de coco mais minha turma e quando ficava aqui, recordando mais João, as cantigas de coco. Quando a saudade aperta, eu canto, canto, canto todas as músicas que eu lembro!"

E ela ainda cita o nome de algumas pessoas que, juntas, dançavam o samba de coco:

"Comadre Lilia, Ovídio, Apolinário, Chico Machado, Nero, Cazuza, João Vicente, Nélio, Toinho, Lô Balaio, Presentina, Arnande, Rosa, Maria, Biar, Ozina, Antônio Nunes, Júlia, Lia, Carmelita, Zé Nunes, Cícero Nunes, Sá Luiza Frazão, Pipiu, Rosa de Alves, Joaquim Glória, Mininha, Arnestina, Vicente, Alexandrina, Anunciada, Nezinho, Nazárea, Clarindo, a turma do Caldeirão, que era dos Carlos, João Mariano, Maria de João Mariano, Ocíça, uma turma da Mina Grande que eu não vou dizer o nome porque era muita gente. Ali, a turma toda gostava do samba de coco".

Já Dona Lia, da aldeia Malhador, relata sua saudade:

"Eu sinto saudade. Quando ela chega, eu canto, principalmente na cozinha. Canto as músicas que eu lembro, mas nem sempre me lembro de todas".

Ela também fala das pessoas que ela conheceu, as quais ela até hoje não esquece:

"Eu me lembro de tio João Rosa, Antônia Caiana, tio Félix Constantino, Antônio Constantino, João Amâncio (irmão de Manoel Amâncio), tio Mané Amâncio – também cantava samba de coco –, Seu Avelino, Félix Braz, João Carro-Véi, e outros que ajudavam cantando versos. Tio Antônio Nunes gostava de cantar loa, mas puxar samba eu não lembro, sei que ele dançava muito. Félix Constantino morava na Pedra do Urubu, perto do Caldeirão, mas essa família era de Quebrângulo, em Alagoas. Félix Braz era da Mina Grande, casado com a irmã de tia Vitalina. Já tio João Rosa era filho de tia Angélica, irmã de tio Manoel Ricardo. Ele também era de Quebrângulo".

Elas, D. Lia e D. Helena, se lembram de alguns puxadores e de uma puxadora – mestres e mestra na arte de cantar o samba de coco. Por exemplo, Dona Helena diz:

"Tinha muito, mas eu não lembro todos. Lembro de Antônio Nunes, João Rosa, Cazuza e João Mariano. Esse sim, fazia samba porque sabia!". Já Dona Lia, relata: "Eu lembro de tio João Rosa, Félix Constan-

tino, Félix Braz, Antônia Caiana, João Ricardo, João Mariano, João Amâncio Velho, Mané Amâncio, João Carro".

Os compositores João Rosa, Félix Braz, João Mariano, Cazuza, e a compositora Antônia Caiana, que eram das aldeias Ponta da Várzea, Mina Grande e Maniçoba, escreveram algumas músicas falando de seca, caçada, vida amorosa, humor, provocação.

Segundo nossos anciãos e nossas anciãs, entre as músicas mais cantadas na época, algumas tiveram repercussão até os dias de hoje, como "O cabo da vassoura", "Os índios Kapinawá", entre outras.

O SAMBA-TORÉ «

Segundo o relato das pessoas mais velhas, o samba de coco era cantado, dançado e tocado como folguedo há muito tempo, como nós já falamos. Quando Dôca e Zé Índio chegaram na Mina Grande para ajudar a *levantar a aldeia,* ensinaram o Toré, um ritual sagrado, com melodia diferente do samba de coco. Porém, já acostumados/as com o ritmo do samba de coco, alguns compositores e compositoras começaram a compor letras que traduziam para o Toré. A partir dessa tradição, alguns sambas foram introduzidos no ritual sagrado.

Nos dias atuais, é comum no meio do ritual ser dançado o samba de coco que passou a ser conhecido como *Samba-Toré.*

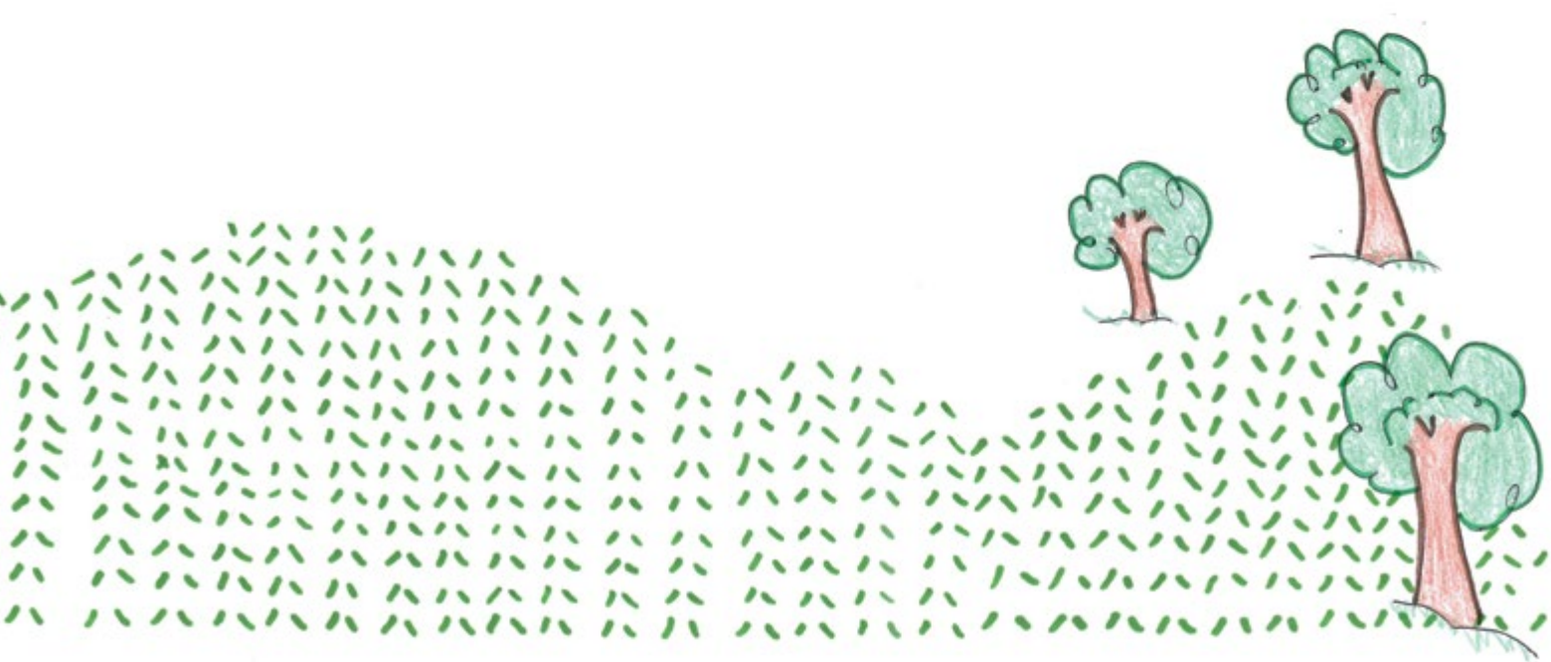
CABOCLA PAULINA
Eu tava no meio da mata,
no tôco tirando o mé,
chegou cabocla Paulina,
Paulina Reis Canindé.
Tapuia, minha tapuia,
Tapuia, meus Canindé
Vou chamar meus dois caboclos,
caboclos Reis Canindé.

RITUAL SAGRADO DO POVO KAPINAWÁ

O ritual sagrado do nosso povo é o Toré. Ele foi a primeira força pra gente *levantar a aldeia* Kapinawá. É um ritual sagrado para o povo e, antigamente, era segredo, era praticado escondido por causa da perseguição que o povo sofria. Hoje, é uma linda tradição que pode ser praticada livremente. Representa um grande laço de união quando dançado e cantado para reafirmar a nossa cultura e tradição.

Os anciãos e as anciãs ensinam que o ritual do povo é sagrado, e exige muita concentração das pessoas envolvidas. Não pode ter pessoas com pensamentos negativos, é uma concentração de força, onde somos fortalecidos através dos Encantados.

O ritual é puxado pelo/a pajé e pessoas com dom espiritual, e ocorre em lugares sagrados. É uma forma de pedir forças e proteção aos Encantados, e reforço para vencer qualquer dificuldade. O ritual é também para pedir força e trazer cura.



A CIÊNCIA DO NOSSO POVO

Em nosso povo tem gente com muita ciência que recebeu das pessoas mais velhas. São conhecimentos que passam de pais e mães para filhos e filhas. Essas pessoas herdaram essas sabedorias das pessoas mais velhas, orientadas pelos Encantos de Luz. Elas, ao longo da nossa história, ajudaram a curar, trazer gente para o mundo, cuidar dos males físicos e espirituais. É o caso das parteiras, benzedeiras e benzedores nas nossas aldeias. As parteiras têm o dom de trazer ao mundo as novas pessoas Kapinawá, ajudando as mães grávidas a darem à luz. As rezadeiras e os rezadores curam as doenças do corpo e da alma com os segredos das plantas.

AS PARTEIRAS «

O trabalho das parteiras compõe uma tradição secular, que é repassada de geração para geração. Essas mulheres adquirem experiência através de suas mães, em seu o próprio dom e concentram todos esses conhecimentos e essa sabedoria no intuito de suprir as necessidades de cada gestante do povo.

Algumas parteiras fazem poucos partos. Muitos sem muita complicação por conseguirem ser normais. Poucos são os relatos de partos complicados. No passado, quando a parteira percebia que a mulher corria o risco de perder o criança, recomendava para ela tomar chá de umbuzeiro, chá de gergelim e também água do feijão de corda, cru e pisado. No desenvolvimento dos partos, as parteiras usavam o chá de plantas medicinais e a massagem sobre a barriga da gestante para aliviar o nervosismo e as dores, além de contarem com a fé. Geralmente, os chás eram de camomila para acalmar, erva-doce para quem sente ânsia de vômito, gengibre e pimenta do reino para aumentar a dilatação e, assim, acelerar o parto.

Após o nascimento da criança, a mãe precisa repousar, sendo orientada pela parteira a não levantar da cama por três dias, e até trinta dias o ideal é ficar sem pegar peso e sem comer alguns tipos de comida, como, por exemplo: carne de peru ou jerimum de leite. E, antes

dos seis meses, não pode comer nem manga, nem mel. Essas comidas são consideradas "carregadas". Durante os quinze primeiros dias, é recomendado banho morno com plantas medicinais, tais como: cajueiro-roxo, aroeira, e, umburana de cambão.

As parteiras antigas contam que sentiam ansiedade, mas também felicidade ao realizarem os partos. Ajudar a trazer uma criança ao mundo, é uma felicidade muito grande, dizem. E, ao mesmo tempo, compartilham esses sentimentos todos com a preocupação de que, tanto a mãe, quanto a criança, estarem sob sua responsabilidade. Por isso, a atenção era redobrada, pois se houvesse um pequeno erro, poderiam perder a mãe, a criança ou as duas.

Nos dias atuais, por falta de uma reflexão coletiva do povo sobre a importância do parto natural ao invés do hospitalizado, as mulheres não procuram mais as parteiras, vão diretamente ao hospital e, muitas vezes, são conduzidas a abrirem mão até do parto natural, submetendo-se às cirurgias cesarianas. Infelizmente, os órgãos de saúde se abstêm da discussão e incentivam as mulheres a buscarem mesmo o hospital e/ou a submeterem-se às cirurgias, mesmo não sendo necessárias. Mas, em Pernambuco, vários povos indígenas têm repensado esse modelo, como os parentes e as parentas Pankararu, que valorizam o parto pelas mãos das parteiras tradicionais do povo. Esse é um diálogo que precisamos construir mais amplamente, pois as parteiras fazem parte dos sistemas tradicionais de saúde dos povos, faz parte da tradição e cultura indígena.

O parto natural, conduzido por parteira, promove uma relação mútua de respeito e também de construção familiar – entre a parteira e entre mãe e filho/a nascido/a. Essa é uma das vivências mais relatadas e sentidas pelas parteiras que contaram suas experiências: a parteira que ajuda em um parto acaba sendo chamada de *mãe* ou *madrinha* pela criança que ela ajudou a nascer. Já os pais e as mães, criam uma relação de compadres e comadres com as parteiras.

REZADORAS/ES «

Para nós do povo Kapinawá, para ser rezadeira ou rezador tem que ter o dom. As pessoas que recebem o dom adquirem os conhecimentos da reza através da observação, da experiência, vendo as pessoas mais velhas benzer, auxiliando as pessoas que as procuram.

Essas pessoas são valorizadas no nosso povo, pois desde o tempo das anciãs e dos anciãos, até os dias atuais, que possuem o dom de curar. Essa prática é repassada pelas pessoas mais velhas para seus filhos e filhas, e também para outras pessoas que têm fé em Deus e

acreditam na força da oração, que procuram aprender para fazer o bem. Dessa forma, são mantidas vivas a tradição e a memória, que não irão se perder no tempo.

As rezadeiras e os rezadores atuam desde o tempo que tínhamos muitas dificuldades para ir ao médico por causa do difícil acesso. Essas pessoas contribuem até hoje em suas comunidades, rezando para curar várias doenças. Elas ocuparam e continuam ocupando um espaço muito importante em nossas aldeias, são tão procuradas hoje como eram antigamente.

PLANTAS MEDICINAIS «

A medicina tradicional do nosso povo é formada por um conjunto de saberes e práticas utilizadas para manter a saúde, prevenir e tratar doenças, realizar partos. Toda cultura indígena dispõe de sua própria medicina tradicional, fundada no conhecimento do/a pajé, das pessoas mais velhas, rezadeiras, rezadores, parteiras, garrafeiros/as e outros, sobre plantas e procedimentos que correspondem às enfermidades existentes, porque as plantas têm uma importância muito especial para a vida dos povos indígenas.

No povo Kapinawá, as plantas medicinais mais utilizadas para a cura de doenças e mal-estar, são:

ERVA-CIDREIRA: serve para dor de barriga e falta de apetite. Utilizamos a madeira e a folha para fazer chá. Quando pronto, é adoçado com pequena quantidade de açúcar e abafado. Tomado somente quando estiver morno.

ERVA-DOCE: serve para intoxicação e irritação no corpo. Dessa planta utilizamos a semente para fazer chá: pega a semente e *pisa* bem. Coloca a semente amassada em um copo de água fervente, acrescenta um pouco de açúcar e abafa. Somente tomar quando estiver morno.

ROMÃ: serve para todos os tipos de inflamações. Pica a romã e coloca no liquidificador junto com o vinho jurubeba e bate. Após esse processo, coloca a mistura em um recipiente fechado. Tomar em pequenas porções, três vezes ao dia, sempre antes das refeições.

JUREMA-PRETA: é uma planta encontrada com abundância na mata e serve para ferimento inflamado. Nesse caso, a casca é o que utilizamos. Após descascar, põe uma parte da casca dentro de uma vasilha com água para tomar durante o dia, outra parte põe no sol para secar. Depois de seca, pisa bem a casca até formar um pó, e vai colocando sobre o ferimento.

JENIPAPO: é uma planta que não é encontrada em quintal, somente nas matas. Ela serve para "triadura", ou seja, quando uma pessoa leva um machucado forte. Utiliza-se a raspa da madeira: coloca a raspa em cima do machucado e amarra levemente com um pedaço de pano limpo. Repetir esse processo por alguns dias e esperar o resultado que será excelente. A fruta do jenipapo tem grande utilidade para o povo. Ela é preparada para o uso na pintura corporal, prática que ajuda a fortalecer a identidade cultural Kapinawá.

QUIXABEIRA: serve para vários tipos de inflamações. Utilizamos a casca, que é somente colocada na água, para se fazer o remédio. Ingerir em pequenas porções. Outra forma de preparo da casca, é cozinhar um pouco junto com outras ervas, coar e esperar. Quando estiver morna a essência, fazer um banho de assento.

CAPIM-SANTO: serve como calmante para os nervos, cólica menstrual e pressão alta. Dessa planta utiliza-se a folha para fazer chá. Depois de pronto, espera um pouco e toma quando ainda estiver morno.

ALECRIM DE CACO: serve para cólica abdominal. É feito o chá da folha e da madeira. Depois de pronto, espera um pouco e toma quando ainda estiver morno.

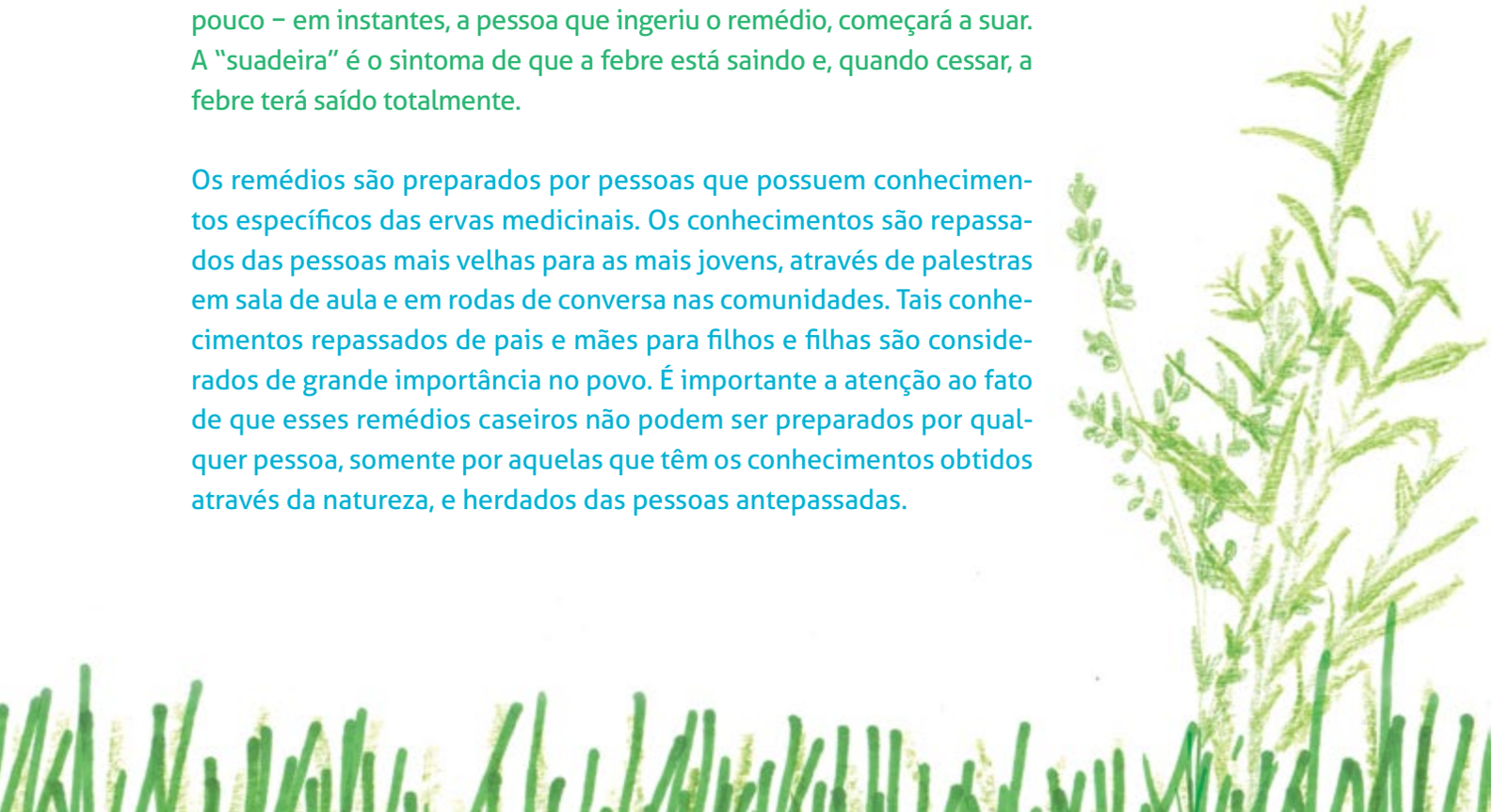
ARRUDA: serve para uma dor, que as pessoas mais velhas chamam "dor de mulher". Quando a mulher paria, caso sentisse alguma dor, logo era feito o chá de arruda: esmagava-se as folhas, colocava-se água fervente e deixava-se em infusão.

ARRUDA, ALECRIM, PIÃO, MANJERICÃO, MANJEROBA, entre outros, são utilizados para banho de limpeza.

MASTRUZ: é uma planta que tem grande serventia e cura várias doenças e ferimentos, pois é cicatrizante. Serve para úlcera, verme, feridas externas. No caso de úlcera e verminoses, bate a planta no liquidificador com leite gelado e toma em jejum. Para demais ferimentos, amassa bem a folha, aquece, coloca sobre o machucado e amarra levemente com um pedaço de pano limpo. Repete-se o processo quantas vezes for preciso. O ferimento será cicatrizado em pouco tempo.

MELANCIA: serve para tirar febre do intestino. Nesse caso, é utilizada a semente. Depois de muito pisada a semente, coloca o pó resultante em um copo com chá de eucalipto ainda bem quente para fazer a infusão, depois, adoça e coa. Tomar ainda morno e, depois de ingerir, deitar um pouco – em instantes, a pessoa que ingeriu o remédio, começará a suar. A "suadeira" é o sintoma de que a febre está saindo e, quando cessar, a febre terá saído totalmente.

Os remédios são preparados por pessoas que possuem conhecimentos específicos das ervas medicinais. Os conhecimentos são repassados das pessoas mais velhas para as mais jovens, através de palestras em sala de aula e em rodas de conversa nas comunidades. Tais conhecimentos repassados de pais e mães para filhos e filhas são considerados de grande importância no povo. É importante a atenção ao fato de que esses remédios caseiros não podem ser preparados por qualquer pessoa, somente por aquelas que têm os conhecimentos obtidos através da natureza, e herdados das pessoas antepassadas.



ÍNDÍGENAS EM PERNAMBUCO

DADOS SOBRE A POPULAÇÃO INDÍGENA

BRASIL – NORDESTE – PERNAMBUCO[13]

O Território Kapinawá está localizado em Pernambuco, na Região Nordeste – a segunda região mais numerosa do país em termos de população indígena – segundo os dados do IBGE 2010, contando com uma população de 232.739.

POPULAÇÃO INDÍGENA POR REGIÃO – BRASIL/2010*

Grandes regiões	População indígena total
Norte	342.836
Nordeste	232.739
Centro-Oeste	143.432
Sudeste	99.137
Sul	78.773
Brasil	896.917

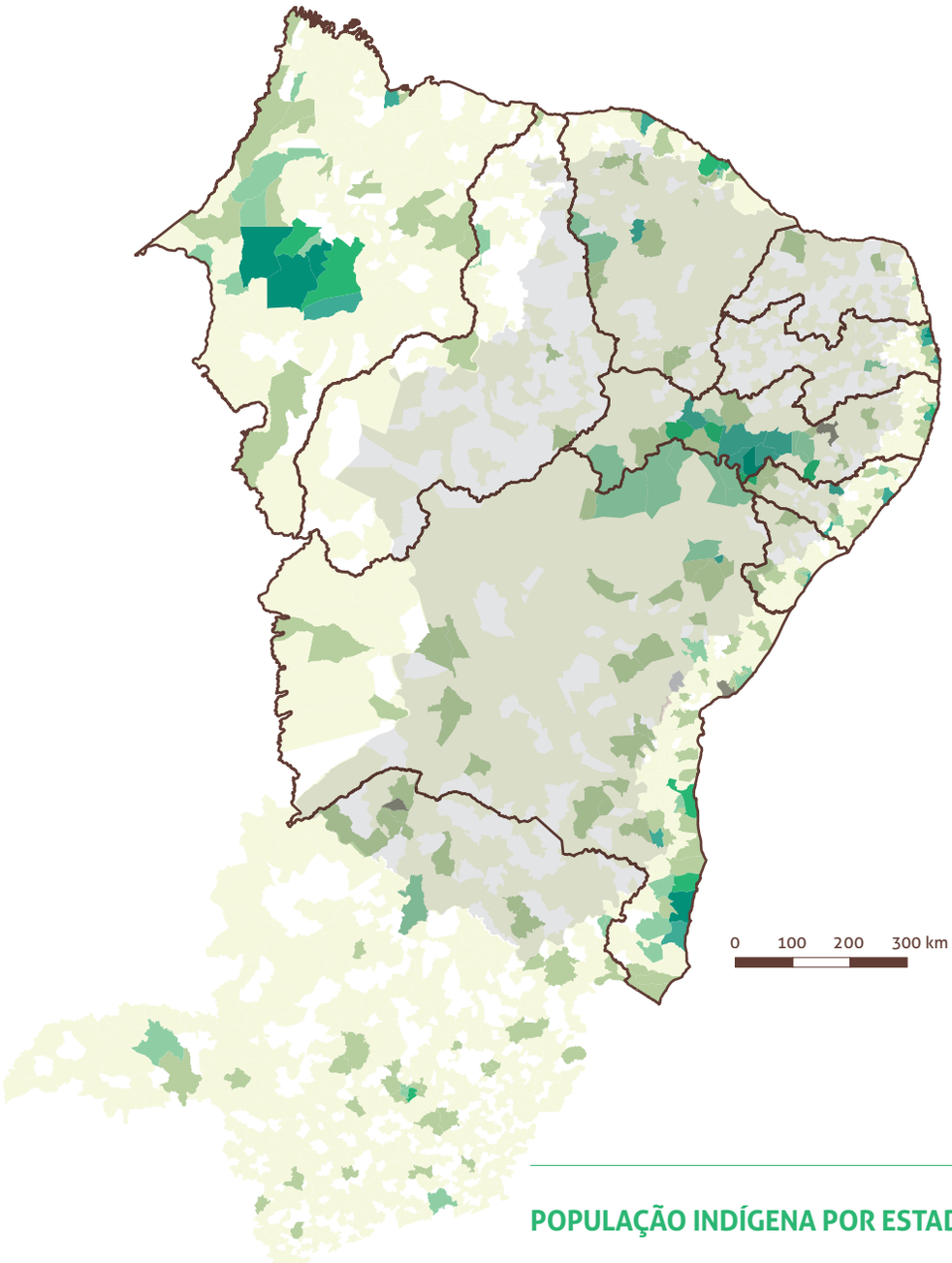
*Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

[...] Grande parte da população indígena[14] no Nordeste brasileiro (cerca de 40%) habita a região abrangida pelo semiárido[15]. Caracterizada por uma combinação entre regime irregular de chuvas, alto grau de incidência solar e por ocorrência frequente de secas, um dos principais desafios para as populações dessas áreas é o acesso a fontes de água que garantam sua sobrevivência, bem como a viabilidade de suas atividades produtivas. No caso dos povos indígenas, esses processos são ainda agravados pela questão fundiária, uma vez que suas terras, quando demarcadas, representam apenas uma fração de seu Território Tradicional, esbulhado desde os tempos coloniais [...].

13 Trechos do documento: ANDRADE, L. E.; DANTAS, M. **Mapeamento Territótio Kapinawá** (Produto 2). Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, janeiro de 2016. Pgs 22-23; 54-55.

14 Segundo dados do censo IBGE 2010, disponíveis em http://indigenas.ibge.gov.br. Informação calculada também a partir de dados do Instituto Nacional do Semiárido (SIGSAB, 2016).

15 O semiárido brasileiro abrange áreas do Sertão nordestino e alguns municípios do norte de Minas Gerais, conforme critérios definidos na portaria 89/2005 do Ministério da Integração Nacional.



POPULAÇÃO INDÍGENA NO SEMIÁRIDO

Limites dos estados

Semiárido

HABITANTES INDÍGENAS

- 0
- 1 - 100
- 100 - 500
- 500 - 1500
- 1500 - 2500
- 2500 - 4000
- 4000 - 6000
- 6000 - 9335

Com informações de: IBGE, INSA, MMA.
Projeto cartográfico: Marcelino Soyinka.
Setembro, 2016.

POPULAÇÃO INDÍGENA NA REGIÃO DO SEMIÁRIDO: 93.400

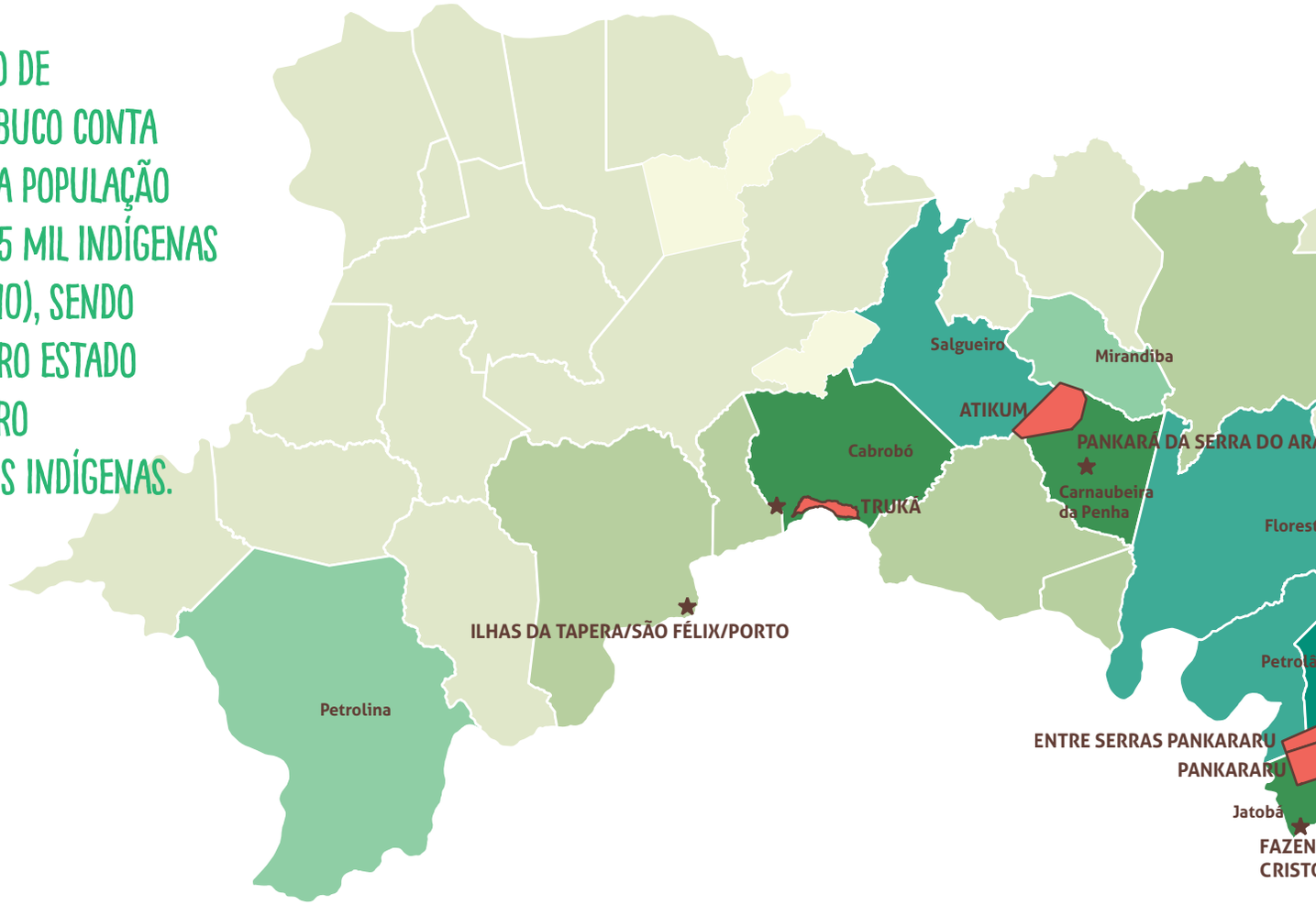
POPULAÇÃO INDÍGENA EM OUTRAS ÁREAS DO NORDESTE: 139.339

POPULAÇÃO INDÍGENA POR ESTADO (UNIDADES DA FEDERAÇÃO)

Estados	População indígena total
Pernambuco	60.995
Bahia	60.120
Maranhão	38.831
Paraíba	25.043
Ceará	20.697
Alagoas	16.291
Sergipe	5.221
Piauí	2.944
Rio Grande do Norte	2.597
Total	232.739

*Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O ESTADO DE PERNAMBUCO CONTA COM UMA POPULAÇÃO DE 60.995 MIL INDÍGENAS (IBGE 2010), SENDO O TERCEIRO ESTADO BRASILEIRO COM MAIS INDÍGENAS.



POPULAÇÃO INDÍGENA POR T.I. EM PERNAMBUCO

★ Terra Indígena em estudo

Terra Indígena

HABITANTES INDÍGENAS

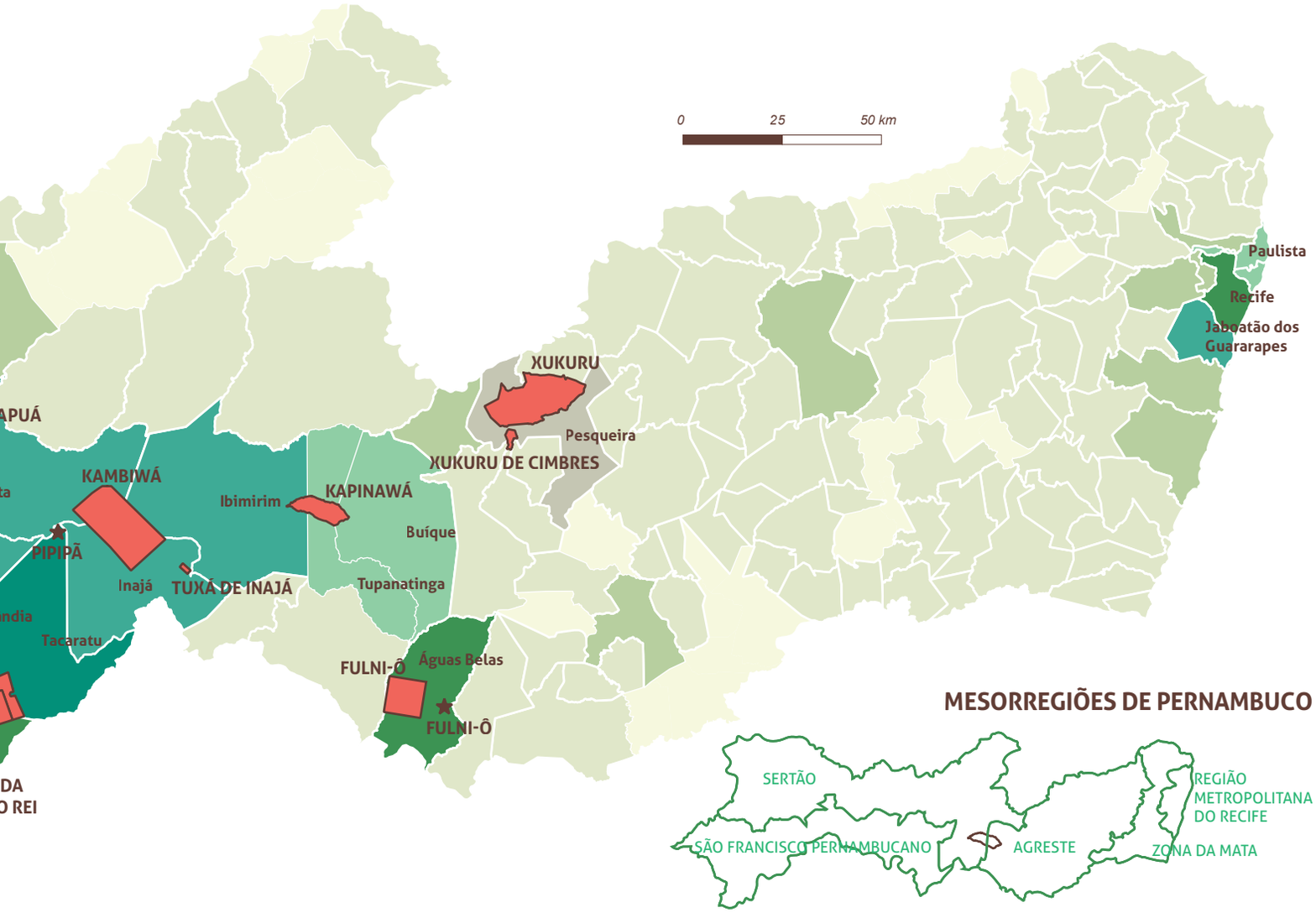
- 0
- 1 - 100
- 100 - 500
- 500 - 1500
- 1500 - 2500
- 2500 - 4000
- 4000 - 6000
- 6000 - 9335

Fontes: IBGE, Funai.
Projeto cartográfico: Marcelino Soyinka.
Setembro, 2016.

POPULAÇÃO INDÍGENA POR T.I. EM PERNAMBUCO*

Povo	População indígena total
Atikum	7.434
Fulni-ô	4.529
Kambiwá	3.201
Kapinawá	2.138
Pankará	2.575
Pankararu	6.401
Pankararu Entre Serras	1.252
Pankaiwká	150*
Pipipã	1.391
Truká	6.822
Tuxá	236
Xukuru	12.719

*Fonte: SESAI (2013). *Dados: NEPE (2011).

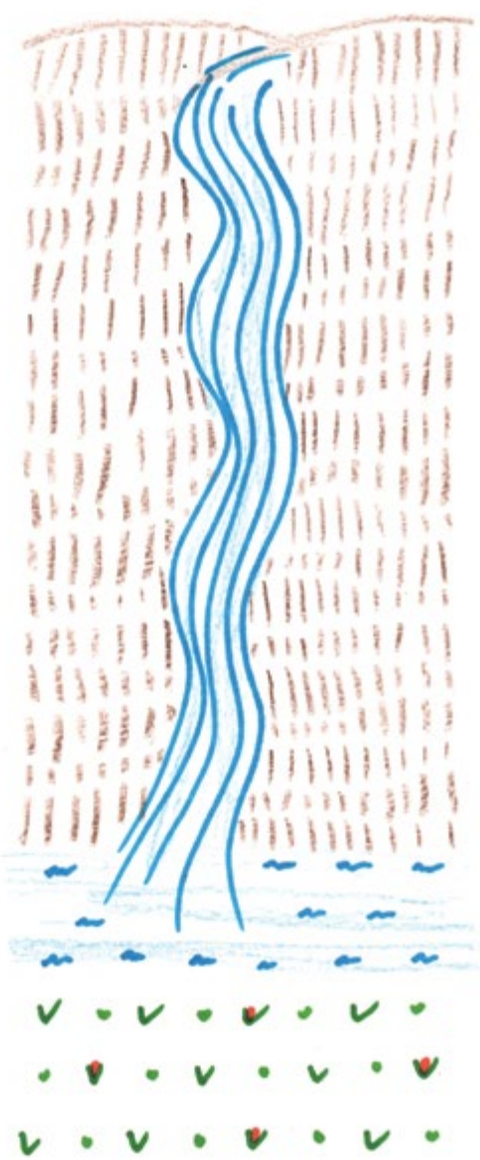


[...] É dividido em cinco mesorregiões administrativas[16], assim denominadas conforme sua localização a partir do litoral para o interior: Metropolitana de Recife, Mata Pernambucana, Agreste Pernambucano, Sertão Pernambucano e São Francisco. [...] A T.I. Kapinawá situa-se entre o Agreste e o Sertão pernambucanos. A paisagem da Região Agreste caracteriza-se por ser uma transição entre as áreas mais úmidas da Mata Atlântica próxima ao litoral e as áreas mais secas do Sertão. Essas características, somadas às variações do relevo e ao já citado clima semiárido da região, fazem com que ao longo da T.I. Kapinawá sejam observados diferentes tipos de vegetação, solo e disponibilidade de água, associados com distintas formas e estratégias de uso e de ocupação do Território [...].

16 A divisão dos estados em mesorregiões leva em consideração os processos sociais, o quadro natural e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (IBGE, 2016).

O TEMPO E A TERRA

Nosso Território possui uma grande diversidade geográfica e ambiental, pois ele está inserido em uma parte do semiárido que está situada na transição entre dois tipos de regiões: Agreste e Sertão. Isso faz com que a paisagem, o clima, o solo, a fauna e a flora sejam diferentes de uma aldeia para outra, como vamos explicar a partir de agora. A T.I. Kapinawá situa-se entre três municípios: Buíque, Tupanatinga e Ibimirim.



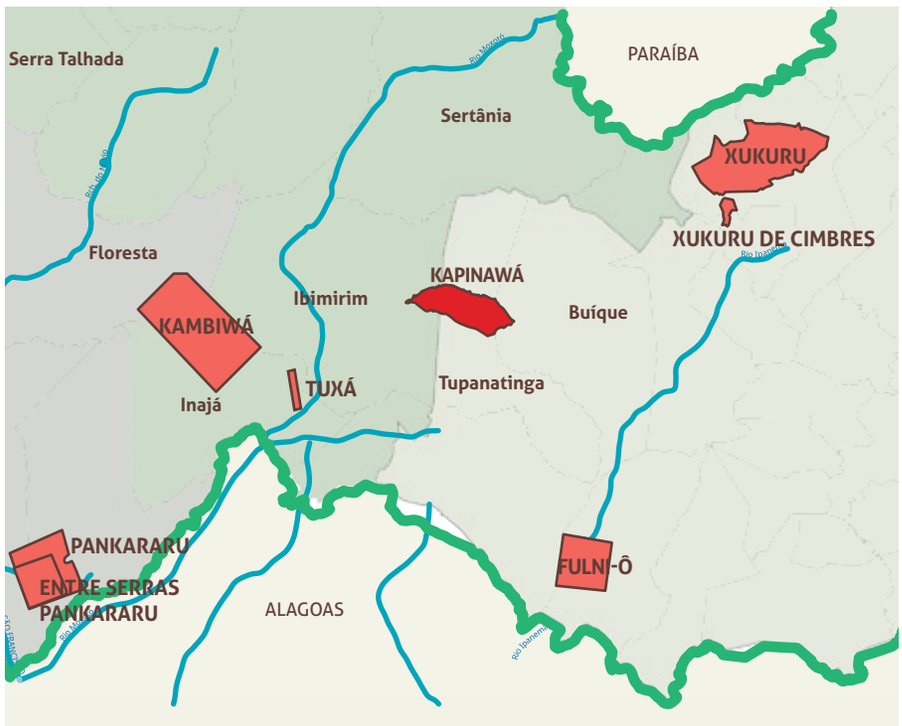
RELEVO «

O relevo do Território Kapinawá é bastante diversificado, com partes baixas e outras bem altas. Nele, destacam-se as serras, as quais possuem diferentes formas e chamam atenção por sua beleza. São nas serras que estão as furnas, as pinturas e as escrituras rupestres, que nossas pessoas mais velhas chamam de *letreiros* e que foram feitos há muito tempo atrás, pelos/as indígenas que vieram antes de nós. É nas serras que está a morada das caboclas e dos caboclos e são lugares sagrados.

As serras são muito importantes, pois em seus arredores estão os alimentos, como a caça e os frutos de algumas árvores. O coco do ouricuri e o cabuim estão entre elas, e, como outras tantas, servem para nosso sustento.

Nos termos da geografia física, o relevo do nosso Território está na transição do Planalto da Borborema para a Depressão Sertaneja.

PLANALTO é a classificação dada a uma forma de relevo constituída por uma superfície elevada (serras), com cume quase nivelado (plano), geralmente devido à erosão eólica (vento), ou pelas águas, e pode ser regular ou não. O Planalto da Borborema, também conhecido como Serra da Borborema, é uma região montanhosa no interior do Nordeste do Brasil. Medindo aproximadamente 400 Km em linha reta norte–sul, localiza-se nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.



CONTEXTO REGIONAL

- T.I. Kapinawá
- Terras indígenas
- Limites municípios
- Limites estaduais
- Hidrografia

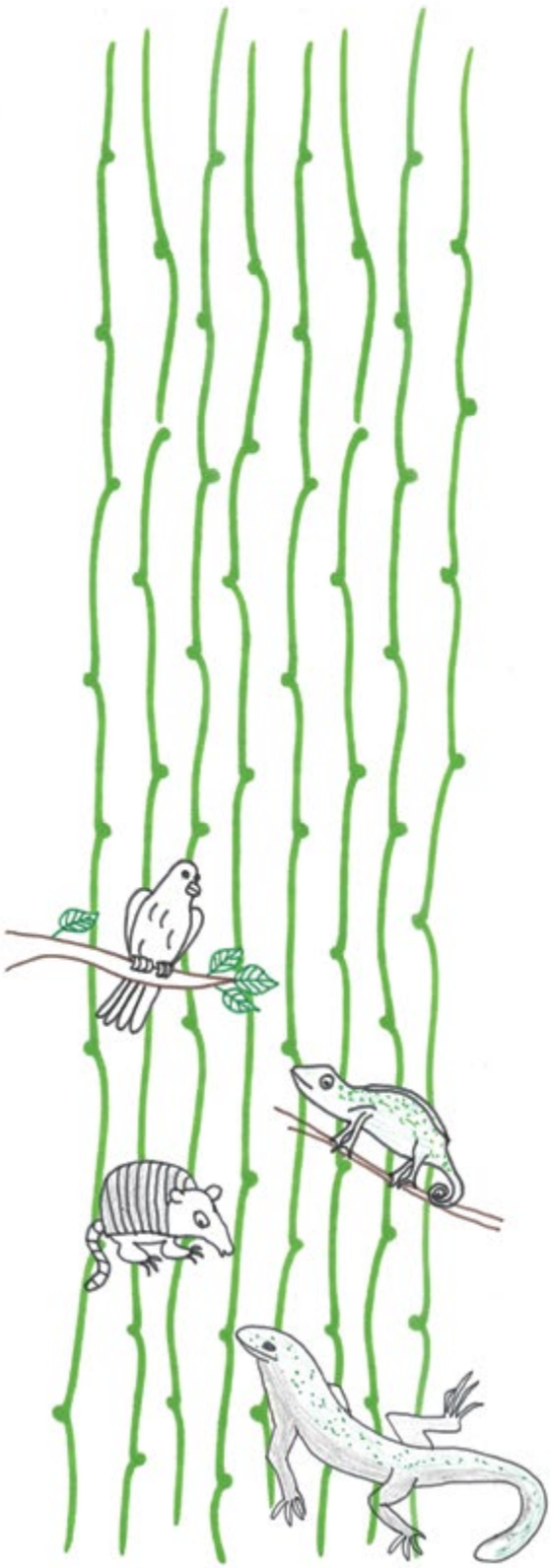
MESORREGIÕES DE PERNAMBUCO

- Agreste Pernambuco
- Sertão Pernambuco
- São Francisco Pernambuco

0 10 20 30 km

GLOSSÁRIO

- **Aqüífero:** depósitos subterrâneos naturais de água.
- **Caducifólia:** termo utilizado para referir-se às espécies de plantas que perdem suas folhas durante um período de suas vidas. No caso das espécies da caatinga, tal característica permite a sobrevivência das espécies durante os períodos de seca, evitando a perda de água ao longo da escassez.
- **Endemismos:** espécies que ocorrem em apenas algumas regiões específicas são denominadas pela biologia como espécies endêmicas, ou seja, exclusivas daquela área.
- **Fauna:** termo que refere-se ao conjunto de animais de uma determinada região.
- **Flora:** termo que refere-se ao conjunto de vegetais de uma determinada região.
- **Fósseis:** são restos preservados de organismos mortos que existiram em eras geológicas passadas.
- **Meridional:** nome que é dado para indicar algo localizado ao **sul** de um ponto de referência.
- **Setentrional:** nome que é dado para indicar algo localizado ao **norte** de um ponto de referência.
- **Taxons:** termo utilizado para referir-se a alguma unidade de classificação das espécies dos organismos pela biologia. Frequentemente, refere-se às espécies, mas pode referir-se a qualquer outra categoria taxonômica, como reino, filo, classe, ordem, família, gênero.



DEPRESSÃO SERTANEJA é uma forma de relevo que se destaca por ter partes altas e partes baixas. A Depressão Sertaneja divide-se nas áreas meridional, ao sul, e a setentrional, ao norte. O estado de Pernambuco está na área setentrional. Vejamos algumas características:

A paisagem da **Depressão Sertaneja** é típica das regiões semiáridas do Nordeste. Apresenta-se com relevo monótono (com pouca variação), suave – ondulado com vales estreitos – e possui ainda elevações residuais (morros dispersos em áreas planas), com altitudes de 500m a 800m que testemunham os ciclos de intensa erosão no passado dessa região. Um exemplo típico da Depressão Sertaneja é ali nos arredores da aldeia Malhador: se observarmos com atenção, vamos perceber a parte alta e a parte baixa, apesar do fato de todo o Território Kapinawá ser assim.

Se utilizarmos outro tipo de classificação geográfica, uma que se baseie nos rios, temos outra informação: a de que o Território Kapinawá está situado na bacia do rio Moxotó, na fronteira com a bacia do rio Ipanema. Vamos ver o significado de alguns termos da geografia:

Bacias sedimentares nada mais são do que grandes áreas de terra onde se encontram alguns minérios, tais como: petróleo, carvão, e fosséis. São formadas durante milhões de anos em áreas de depressão que acumulam espessas camadas de sedimentos e rochas formadas a partir da deposição de material sedimentar que, com o tempo, se consolida e transforma-se em formações rochosas.

Já as **bacias hidrográficas** são o conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, por exemplo, as nascentes de água que desaguam nos rios e oceanos.

NOSSAS MATAS «

Nas matas estão as plantas medicinais e sagradas, como a jurema, que é a base dos nossos rituais. Por isso ela é tão importante para nós.

Mas não é assim para todo mundo. Durante a história, muitos fazendeiros causaram desequilíbrio com o desmatamento desenfreado e as queimadas. Levaram várias espécies de plantas e animais a extinção, inclusive em nosso Território.

Por isso, desde cedo ensinamos as crianças a amarem e respeitarem a natureza, pois é através dela que teremos água, luz, calor e alimentos. Não importa se é caatinga ou outro tipo de vegetação, a natureza precisa ser cuidada e respeitada, garantindo, assim, o futuro de várias e diversas gerações.

NOSSA VEGETAÇÃO É A CAATINGA

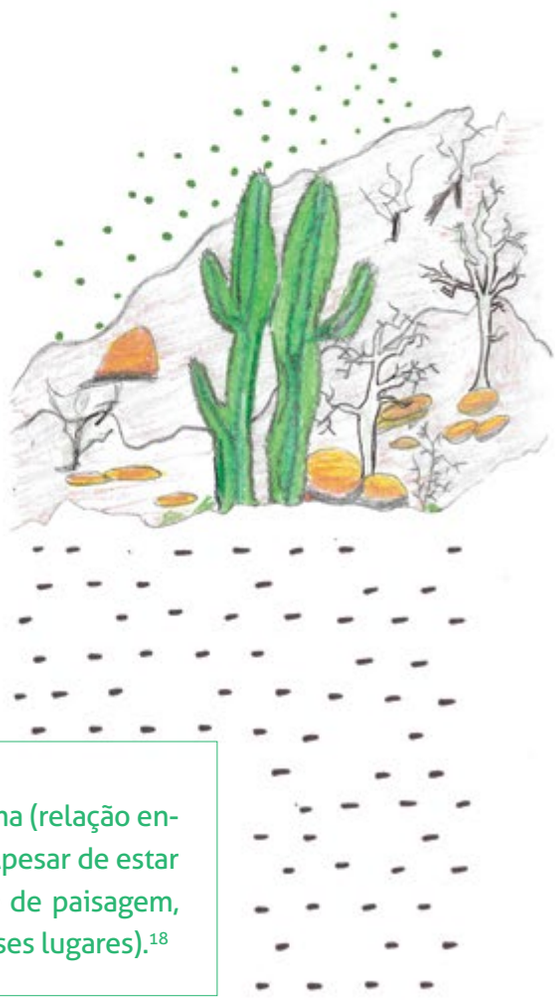
A vegetação do Território é a caatinga, seja no Agreste ou no Sertão. Nela, a fauna e a flora são bem diversas. Pode-se citar como exemplo de diversidade, algumas plantas como: o xiquexique, mandacaru, palmatória, rabo-de-raposa, alastrado, facheiro, angico, jurema-preta, mulungu, caroá, macambira, ameixa, folha-miúda, marmeleiro, coroa-de-frade, jatobá, mororó, maçaranduba, araçá, canelinha, aroeira, cutia, puçá, entre outros tipos. Já os animais, podemos ter como exemplo: preá, peba, tiú, mocó, cassaco, gato-do-mato, cutia, ticaca (cambambá), juriti, rebaçã, tatu, punaré, rolinha, galo-de-campina, tamanduá, entre outros.

No verão, a caatinga é seca, mas no inverno ela é verde. Por isso, esse tipo de vegetação da região é chamada de *caducifólia*[17]: plantas que no verão caem as folhas, mas no inverno, renovam-se sempre. Também tem uma parte da caatinga que é chamada de *hiperxerófila*, que é caracterizada pela maior presença de arbustos e cactos com espinhos.

O termo *caatinga* veio da língua tupi, significa mata branca. É um bioma (relação entre as matas, animais e clima) único, só existe no Nordeste do Brasil. Apesar de estar localizada em área de clima semiárido, apresenta grande variedade de paisagem, riqueza biológica e endemismos (espécies que ocorrem somente nesses lugares).[18]

17 *Caducifólia* significa *folhas que caducam*, ou seja, folhas que caem.

18 Pesquisamos essa informação em: LOIOLA, Maria Iracema Bezerra; ROQUE, Alan de Araújo; OLIVEIRA, Ana Claudia Pereira de. **Caatinga: vegetação do semiárido brasileiro**. Ecologi@ - Revista Online da Sociedade Portuguesa de Ecologia, v. 4, p. 14-19. 2012. Acesso em de novembro de 2015. Disponível em: http://speco.fc.ul.pt/revistaecologia_4.pdf.



VEGETAÇÃO E RELEVO

- Aldeias
- Povoados
- Estrada de terra
- Rodovia pavimentada (PE-270)
- Estrada de areia
- T.I. Kapinawá
- Parque Nacional do Catimbau

UNIDADES DE PAISAGEM

- Vegetação mata
- Vegetação caatinga
- Vegetação - caatinga hiperxerófila (solo arenoso/pedregoso)
- Áreas desmatadas (agricultura/criação)
- Construções/solo exposto

O LIXO É UM PROBLEMA NAS NOSSAS ALDEIAS

Nos dias atuais, enfrentamos alguns problemas com o acúmulo de lixo nas aldeias, pois isso causa doenças. A falta de orientação acerca do assunto, inclusive a falta de alternativas para a reutilização, ou controle de todo o material inorgânico dispensado diariamente pelas residências, é um problema do Brasil inteiro. No caso do nosso Território Kapinawá, um dos exemplos disso acontecer é a falta de coleta seletiva. Aqui, normalmente o lixo orgânico é reaproveitado e o resto é queimado.

O orgânico serve de alimento para os porcos e outros animais, e também serve de adubo. Para esse uso na terra, é preciso ser preparado para virar adubo, as cascas e restos de comida não são colocados de qualquer forma nas plantas. Uma das formas de preparo para adubo, é aterrar por um tempo esse lixo orgânico. Contudo, a grande parte desse material é reaproveitada como alimento para alguns animais, uma vez que muitas famílias Kapinawá criam bichos.

Em relação à parte inorgânica do lixo que é queimada, fazemos isso por falta de alternativas, em uma forma de conter as consequências negativas pelo acúmulo desse material em nossa comunidade. Por saber que a fumaça produzida é tóxica e causa muitos problemas à saúde do ser humano, e também para o meio ambiente, comprova a falta de escolhas que temos nesse problema do lixo.

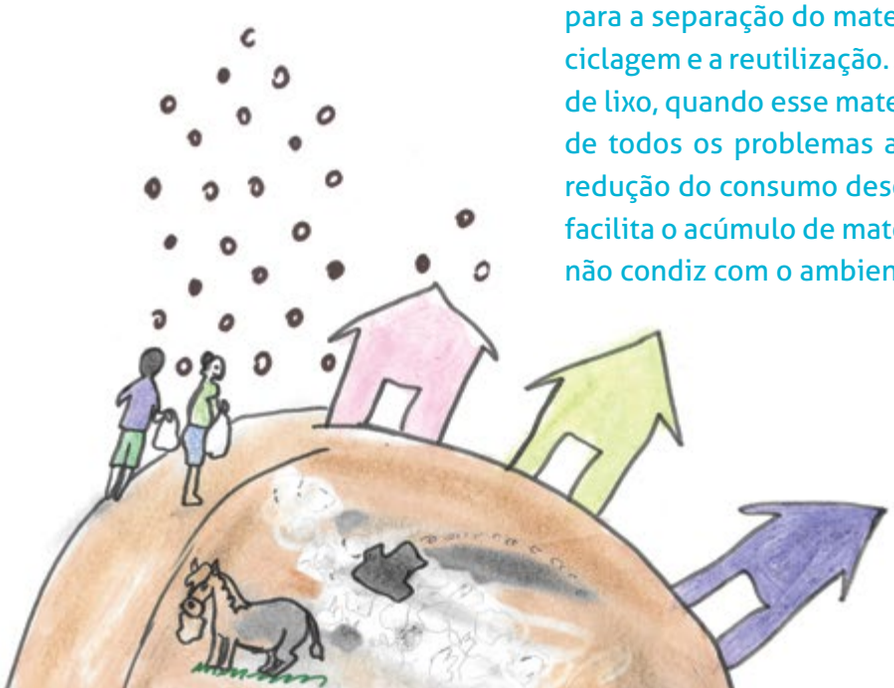
Os plásticos, quando não são queimados ou enterrados, por exemplo, espalham-se facilmente nos roçados, muitas vezes são ingeridos pelos animais, ou ainda, quando chove, são carregados para dentro dos riachos, poluindo a água que os animais de criação e os pássaros consomem.

Temos ciência que, todas essas poucas finalidades que damos cotidianamente ao lixo inorgânico, por falta de alternativas, seja aterrando esse lixo ou até queimando, ainda são prejudiciais ao solo e colaboram para o aquecimento global. O plástico não é o único problema. Além dele, existem as latas e os vidros, que também são jogados a céu aberto e não temos uma solução totalmente livre de problemas causados ao meio ambiente.

Essa falta de alternativas que, não somente nós, índios e índias, enfrentamos, é consequência da ausência de uma política eficaz de saneamento, por parte das secretarias, fundações e demais órgãos competentes do governo municipal, que inclua um processo de reciclagem, com a estrutura necessária para tal, tanto nas cidades, como nas aldeias, e que atente às diversas consequências ambientais.

A maioria das pessoas do nosso povo começou a entrar na busca por alternativas menos prejudiciais ao meio ambiente, em relação ao lixo, quando começou o trabalho dos Agentes Indígenas de Saneamento (Aisan). Em algumas aldeias, já tinham grandes quantidades de lixo acumuladas. Daí surgiu a necessidade de organizar mutirões para limpar as aldeias e, assim, a quantidade de lixo acumulada foi reduzida. Os Aisan orientam as pessoas em como cuidar do lixo produzido em suas casas, como, por exemplo, ao colocar o lixo nos lugares adequados. Quando chove, a água fica acumulada em alguns dos objetos descartados que formam o lixo, e mosquitos se reproduzem, facilitando a proliferação de doenças. Não apenas na T.I. Kapinawá, mas em outros lugares do Nordeste, atualmente, tem acontecido vários casos graves de saúde em decorrência de mosquitos. Por isso, devemos tomar muito cuidado com a água acumulada em poças e também nos objetos descobertos.

É muito importante a implementação da coleta seletiva nas aldeias, para a separação do material descartado: o primeiro passo para a reciclagem e a reutilização. Assim, nossa aldeia fica livre dos montantes de lixo, quando esse material é jogado fora de todo jeito, e se livraria de todos os problemas acerca dele. Contudo, o ideal ainda seria a redução do consumo desenfreado de produtos industrializados, que facilita o acúmulo de materiais difíceis de serem decompostos, o que não condiz com o ambiente natural que vivemos.



O TEMPO E A TERRA EM CADA ALDEIA «

As características de uma aldeia para a outra podem ser bem diversas dependendo da localização delas, vejamos cada uma de acordo com os municípios:

BUÍQUE[19]

Segundo as informações do IBGE, o atual município de Buíque era uma fazenda pertencente a Félix Paes de Azevedo, natural de Alagoas. Em 1752, ele construiu a capela de São Félix de Cantalice, santo ao qual era devoto. Depois da construção da capela, o local foi crescendo e virou um povoado com o nome de *Campo de Buíque*.

Em 1795, virou um distrito com nome de *Vila Nova do Buíque*, e em 1854, foi elevado à categoria de vila. Em 1904, foi elevado para a categoria de cidade com o atual nome, Buíque.

O município está a uma altitude de 798 metros em relação ao nível do mar. Segundo os dados do censo, a população, em 2010, era de 52.105 habitantes.

Uma informação interessante sobre o município é que um importante escritor da literatura brasileira, Graciliano Ramos, foi morador da cidade quando era criança, e escreveu alguns textos sobre esse período.

O município está incluído na área geográfica do semiárido brasileiro. Outra informação é que essa área corresponde aos domínios da bacia hidrográfica do rio Ipanema. Os principais tributários são o rio Ipanema e o rio Cordeiro, e os riachos do Cafundó, Mimoso, do Xicuru, do Brejo, Salgado, do Pilo, Catimbau, Ilha, do Mororó, Piranha, dos Negros, Queimadas, Cajazeiras, Mulungu, Umburaninha, do Jaburu, do Cágado, das Pedrinhas, Barra, do Pinto, Ipueiras, das Cabras, Caldeirão e dos Martins, todos intermitentes. O município conta ainda com o Açude Mulungu, com capacidade de acumulação de 1.280.953 m³.

19 Escrito com informações dos sites: **www.cod.ibge.gov.br/24W** (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade: Buíque). Acesso em dezembro de 2015. **www.pt.wikipedia.org/wiki/Buique** (Buíque. Wikipedia) Acesso em dezembro de 2015.

TUPANATINGA[20]

O município de Tupanatinga, inicialmente, surgiu como distrito em 1938, foi chamado de *Santa Clara* e subordinado ao município de Buíque. Por um Decreto-Lei estadual de 1943, passou a se chamar *Tupanatinga*. Essa mudança de nome ocorreu porque, naquela época, autoridades do governo pediram para o jornalista e historiador Mário Melo rever os nomes das localidades pernambucanas.

A população era de 24.425, em 2010, segundo os dados do censo do IBGE. O relevo dessa região é movimentado, e as altitudes variam entre 650 e 900 metros. A vegetação é caatinga, com muitos arbustos macambira, espinheiro, facheiro, coroa-de-frade, entre outras plantas típicas, no meio de muitas serras. O clima é semiárido e a temperatura é menos quente do que em Ibimirim.

20 Escrito com informações dos sites: **www.cod.ibge.gov.br/PVI** (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade: Tupanatinga). Acesso em dezembro de 2015. **www.pt.wikipedia.org/wiki/Tupantinga** (Tupanatinga. Wikipedia). Acesso em dezembro de 2015

As aldeias com características mais agrestes estão localizadas entre os municípios de Buíque e Tupanatinga. São bastante ricas em água mineral, própria para o consumo, e solo bastante fértil nas muitas áreas de brejo. Plantamos macaxeira, mandioca, etc. Criam-se animais como porcos, galinhas, entre outros animais domésticos. No tempo de chuva, temos milho, feijão, melancia. Vamos falar mais disso a seguir.

Devido à seca que houve nos últimos anos, no município Buíque, o Açude Mulungu, que acumulava muita água e abastecia a cidade, secou. Para a população da cidade não morrer de sede, foi encanada água do Vale do Catimbau para a cidade.

A maior parte dessa água doce é encontrada nas serras e nos brejos do município. Por exemplo, o brejo que fica nas serras no Paraíso Selvagem (Saquim) passa pela Serra do Pinga e vai até a Serra do Pititi, lá a água sai de dentro da rocha e cai dentro de um poço feito de pedra. Outro brejo fica na Mina Grande, esse é no interior do nosso Território, essa água abastece várias aldeias, são águas limpas e minerais. A mata nessas partes já são com ávores mais altas e animais mais diversos como a jibóia, o gato do mato, tiú, entre outros.

IBIMIRIM[21]

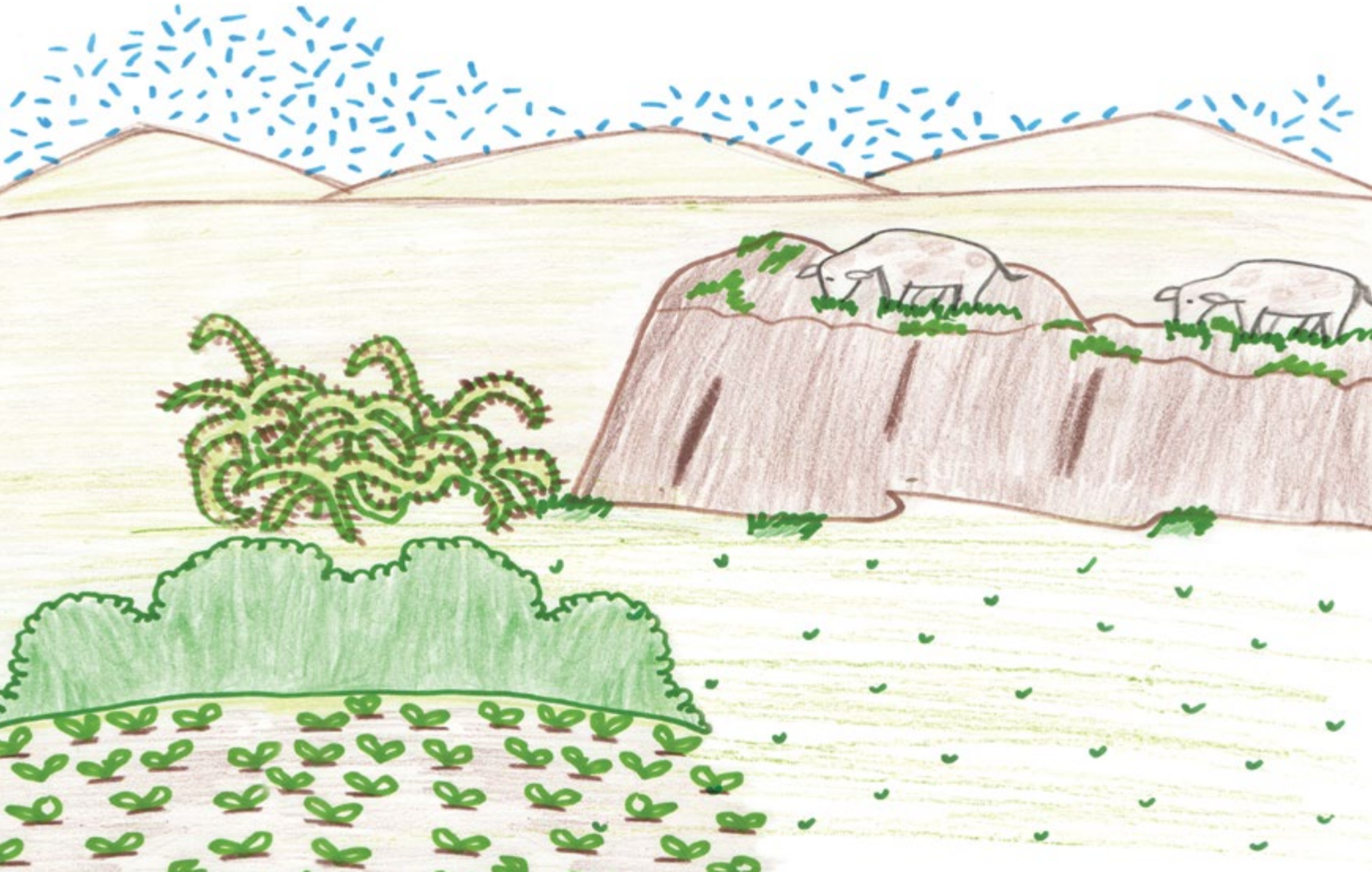
Em fins do século XIX, foi estabelecida uma fazenda de gado na localidade, quando surgiram as primeiras casas nas margens do rio Moxotó. O lugar recebeu o nome de *Cancalancozinho*. Em função do nome ser difícil de pronunciar, padre Cícero aconselhou a mudança do nome para *Mirim*.

Em 1931, foi instituído como distrito, com o nome de *Jeritacó*. Nessa época, era subordinado ao município de Moxotó. Em 1938, o distrito passou a chamar de Mirim e em 1943 mudou para Ibimirim. Em 1953, já como distrito de Ibimirim, passou a pertencer a Inajá. Só foi elevado à categoria de município, de forma legal, em 1963, quando foi separado de Inajá.

21 Escrito com informações dos sites: **www.cod.ibge.gov.br/MIP** (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade: Ibimirim). Acesso em dezembro de 2015. **www.pt.wikipedia.org/wiki/Ibimirim** (Ibimirim. Wikipedia). Acesso em dezembro de 2015.

A população era de 26.954, em 2010, segundo dos dados do censo do IBGE. Nessa região, as temperaturas tendem a ser muito elevadas, principalmente no verão, que chega a aproximadamente 40ºC. Já no inverno, o clima é mais ameno, com temperaturas que variam dos 18ºC a 27Cº.

As aldeias que ficam no Sertão, entre Tupanatinga e Ibimirim, são as mais quentes. Isso acontece de acordo com a quantidade de chuvas que caem na região, pois se não chove, a tendência é esquentar cada vez mais. O clima predominante é o semiárido, quer dizer, é quente e seco. Tupanatinga e Ibimirim têm o clima bem parecido, porém as terras de Ibimirim são mais secas do que as de Tupanatinga. A vegetação também é a caatinga. O relevo é um pouco ondulado, ou seja, as terras são pouco movimentadas, e é assim também dentro das aldeias.



Na aldeia Quiridalho, há muitos paredões rochosos, o solo é seco, típico de caatinga, e na vegetação destaca-se a abundância de arbustos, como rasga-beiço, alastrado, facheiro, mandacaru. O mais curioso é que mesmo nessa região predominar a seca, é nela que reside o acesso mais fácil ao Aquífero Tacaratu-Tucano, que é um grande reservatório natural subterrâneo de água mineral, onde as pessoas que têm recursos financeiros para tal, conseguem cavar poços e, assim, fazer o plantio de milho, melancia e tomate, frutos mais caros de se ter na região por conta da seca. Outras pessoas da comunidade de investimento diferente, criam bodes e outros animais que ajudam na alimentação.

ATIVIDADES PRODUTIVAS, PLANTIO, COLETA E CAÇA «

As famílias do nosso povo mantêm suas formas de subsistência a partir de várias fontes: no plantio e na colheita de alimentos que são vendidos, trocados e servidos para autoconsumo; na criação de animais de pequeno porte e também de gado; e também no extrativismo, ou seja, na coleta de alimentos que nascem livres nas matas, chamados, pelas pessoas mais velhas, de *comida braba*.

Além dessas atividades, também tem gente que vive dos salários recebidos nos empregos nas áreas da educação e da saúde que dão suporte ao nosso povo.

O TEMPO KAPINAWÁ

Desde a época das anciãs e dos anciãos do passado do nosso povo, ser Kapinawá é ter uma forma própria de marcar e acompanhar a passagem do tempo. É essa forma que direciona os agricultores e as agricultoras a compreenderem melhor os fenômenos naturais: como o sol, a lua, a chuva, o vento, entre outros, e assim, nossas pessoas mais velhas fazem suas experiências de acordo com as mudanças do tempo.

AS EXPERIÊNCIAS DAS PESSOAS MAIS VELHAS:

- Segundo elas, quando ouvia-se um trovão bem distante, era sinal que a chuva estava chegando. A crença era tão forte, que as mães e os pais apressavam seus filhos e filhas para correrem com os serviços e irem embora mais cedo. E mesmo assim, era comum que a chuva alcançasse todo mundo, mesmo antes de chegarem em casa. Todos e todas molhados/as, mas, muito felizes, pois sabiam que haveria abundância com a chuva e com os sinais da Natureza Sagrada.
- Outra experiência comum acontecia no mês de junho e era com a fogueira. No dia seguinte da fogueira, cavava-se o chão e media-se um palmo de terra molhada na parte de cima. Se assim fosse, poderia plantar que iria lucrar, mas quando a medida era acima de um palmo e meio na parte de baixo, o ano não era bom.
- No primeiro dia do ano, também podia-se saber como seriam as expectativas pra o ano que chegou. Essa sabedoria era através da observação da "barra do ano": levantava-se às 4h da manhã para observá-la, caso as nuvens estivessem azuis, era sinal de muita chuva; caso a "barra do ano" estivesse avermelhada, era um sinal de seca.
- As pessoas mais velhas falavam que, quando ouvia-se barulhos de zabumba, mesmo distante, era sinal que haveria chuva.
- A orientação também vinha por algumas plantas. Para saber se o ano iria ser produtivo ou não, testava-se o amargoso ou o coco do ouricuri, entre outros.

Esses são alguns acontecimentos identificados e vivenciados pelo nosso povo que, desde tempos atrás, já tinham como base de sobrevivência a agricultura.

Hoje em dia, o *tempo* mudou muito. Os agricultores e as agricultoras ficam muito ansiosos/as aguardando a chuva, vão logo preparando a terra para o plantio, mas, infelizmente, a chuva não chega na época esperada. Assim, não existe mais fartura, pois não se planta mais como antigamente e essa escassez dificulta na leitura dos sinais da natureza.

PLANTIO «

Em nosso povo, as agricultoras e os agricultores de tudo plantam. Sabe-se que por conta da geografia, há uma diversidade de culturas de uma aldeia para outra. Ou seja, o que se planta em uma aldeia, pode não conseguir plantar na outra. Por exemplo, a macaxeira dá mais na região que fica no Agreste (Buíque), por ter o clima de temperatura mais amena. Essa umidade ajuda no desenvolvimento das raízes e na qualidade da planta. Em Tupanatinga, por ser finalzinho do Agreste, entrando para o Sertão, predomina a criação de gado e capim. Já nas aldeias Quiridalho e Riachinho, que já estão no Sertão, as famílias vivem mais da criação de bovinos e caprinos, também por conta do terreno irregular, por ser cercado de serras.

Os tipos de solo variam de região para região. No município de Buíque, por exemplo, existem terras boas para o cultivo de macaxeira e mandioca, onde o solo é mais arenoso, humoso. Em Tupanatinga predomina o mesmo tipo de solo. Já no município de Ibimirim, o tipo de solo é árido e arenoso.

O Território do povo Kapinawá é uma região de planalto e planície, onde pode-se observar que existem áreas com argila (barro) e arenito (areia). Nesses espaços, podemos fazer qualquer tipo de plantio, pois o agricultor sempre aproveita todo e qualquer espaço do solo, tanto para a agricultura como para pasto.

MACAXEIRA

As famílias sempre plantaram macaxeira, servindo não só para o autoconsumo, mas também como fonte de renda. Atualmente, devido à seca, já não se planta como antigamente. Mas, mesmo com dificuldade, quando acontece de chover, mesmo pouco, as pessoas ainda plantam. E geralmente, o plantio é feito nos meses de maio, junho e julho e depende das chuvas. As pessoas mais velhas contam que, nas suas experiências, a época boa do plantio é na fase da lua crescente.

A macaxeira e a mandioca são plantadas assim: corta-se a maniva, cava a cova, coloca o gomo da maniva com *olho* para cima e entope a cova com areia. A macaxeira que plantamos recebe os nomes de: macaxeira-manteiga, macaxeira rosa e macaxeira preta. Com ela, é feito farinha, pé-de-moleque, vaca atolada e goma de tapioca.

Não esquecendo que a macaxeira tem um segredo, segundo as pessoas mais velhas, ela não pode bater, pois se bater, amarga. Além disso, ela também tem o tempo certo para cozinhar, que é entre os meses de junho a agosto. Isso, dependendo da região, pois existem regiões que a macaxeira que se colhe é boa para cozinhar todo tempo, em outras não.

MANDIOCA, PURNUNÇA E MANIÇOBA

A mandioca e a purnunça são plantadas, a maniçoba é encontrada na mata. Da *purnunça* se faz farinha e goma para beiju. Da mandioca, as pessoas fazem farinha para mingau, papa; goma para tapioca; goma para beiju; pé-de-moleque e carimã com a massa puba.

A tapioca sempre foi temperada com o coco do ouricuri e também com manteiga. Hoje em dia, também se recheia com os queijos manteiga e coalho. Existem pessoas que fazem o mingau da massa da mandioca para dar às crianças. Já o beiju com a goma, muitos recheiam com coco e é feito ao forno. As pessoas também comem beiju com leite da mandioca.

Da purnunça, que é uma planta mais resistente, se faz a farinha e a goma para o beiju. Suas cascas e as da mandioca são retiradas, e alguns dias depois, são colocadas para os animais como fonte de alimentação.

A mandioca já foi comercializada por muitos que a cultivavam por quilo ou por saco, dessa forma, eram bem vistos no comércio, mas nos dias atuais, não é mais produzida – plantada, colhida e comercializada – da mesma forma, esse processo foi reduzido.

MILHO

O milho também é cultivado desde o tempo das pessoas mais velhas. Era uma fonte de alimentação e renda. Antigamente, se fazia o plantio, e quando o milho já estava bom para colheita, era colocado de molho, ralado na máquina ou no ralo, e dele era feito o xerém casado, servido com feijão de corda, leite de coco, coco ralado ou pisado na pedra. Do milho, também é feito o cuscuz, a massa para o bolo e o fubá. Toda essa guarnição, serve de alimento para as pessoas e para os animais.

Já foi comercializado por litro, meio litro ou quilo, tornando-se uma fonte de renda. Os tipos de solo ideais para o plantio do milho é o arenoso e o humoso. Ainda hoje, cultivamos o milho para comer maduro, fazer pamonha, canjica e alimentar os animais.

FEIJÃO DE CORDA

O feijão de corda é uma das plantações que sempre existiu. E além de servir para o autoconsumo, também é uma fonte de renda para as pessoas.

No tempo das pessoas antigas, só existia o feijão de corda, o cabrucurso, a fava e o andu. Todas essas sementes sempre foram de grande importância para a sustentabilidade do povo.

O feijão de corda se dá muito bem no solo arenoso; o cabrucurso, a fava e o andu se dão muito bem em solo seco (árido). O feijão de arranca

nasce em terras úmidas, em solo humoso e arenoso. O uso de cada um desses feijões pode variar, segundo o que é dito desde o tempo das pessoas antigas, de acordo com o local de plantio da família.

MAMONA

A mamona sempre foi muito cultivada e a colheita era boa, embora não servisse para alimentar as pessoas das aldeias. Dela, é feito o azeite, que serve de remédio para colocar em ferimentos e também nos umbigos das/dos recém-nascidas/os. Para isso, são feitos os taleiros, e na época das trovoadas, quando não dava tempo de bater e sacudir, uns colocavam nas furnas, como na aldeia Macaco, outros faziam latada de palha. Quando passava as trovoadas, eles tiravam e colocavam exposto ao sol para poder bater e sacudir. Em seguida, colocavam nos sacos e transportavam em carro de boi, cavalo, burro e jumento até os povoados. A mamona era vendida e o dinheiro servia para ajudar no sustento das famílias.

Na atualidade, já não há essa plantação como antigamente, mas ainda existem pessoas que plantam e que fazem o azeite.

ALGODÃO

Algodão é uma planta que as pessoas mais velhas utilizavam muito para fazer linhas. Da linha, eram feitos tecido e roupa, cobertas, sacos, renda e bico pra cobertas de camas, e pavio para fogueteiro. Também era uma fonte de renda. Nos dias atuais, não se faz mais plantio de algodão, pois, com o tempo, foi ficando extinto, não é mais procurado no povo e nem nos comércios, como era antigamente. Isso aconteceu por causa de um besouro chamado bicudo, que, alguns anos atrás, acabou com o algodão.

O algodão era vendido por quilo ou arroba, na própria comunidade. Quando a colheita era boa, as pessoas colhiam não só para o uso próprio, mas também para vender nas cidades e nos povoados vizinhos, tornando, assim, uma ajuda na renda das famílias.

CRIAÇÃO DE ANIMAIS «

Também criamos vários tipos de animais para o sustento das famílias. Temos caprinos, bovinos e suínos. Porém, nem sempre foi assim. Ao longo da nossa história, nem todas as famílias tinham condições de ter criações. Em alguns casos, nossas terras estavam invadidas pelos fazendeiros ou ainda as famílias não tinham condições financeiras de comprar animais para criá-los. Mas, graças à luta dos nossos anciãos e das nossas anciãs, e também das nossas lutas atuais, as condições de vida têm melhorado.

No período recente, temos tido algumas dificuldades: o desmatamento faz com que a pastagem não seja suficiente, o clima mudou, não chove como antes. E, além disso, tem a seca. Ela foi tamanha, tanto gado e cavalo morreram, que na aldeia Quiridalho tem até cemitério de animais.

A CRIAÇÃO DE CAPRINOS »

A criação de caprinos no nosso povo teve início décadas passadas e vem se estendendo a cada ano. O fator climático no nosso Território é favorável a esse tipo de criação. É costume, em quase todas as aldeias, famílias terem seu criatório de cabras por motivos simples: primeiro, pela facilidade do manejo; segundo, pela variedade da serventia.

A criação de caprinos é viável porque o pasto é aberto, ou seja, os bichos vivem soltos na caatinga e dependem pouco de ração. Fornecem carne e leite, pele e adubo orgânico. As raças que melhor se adaptam na caatinga são: Moxotó, Anglo-Nubiana e a Canindé. Essas raças já estão presentes no nosso povo.

COMO APROVEITAMOS:

- O LEITE: o leite de cabra está presente na mesa das famílias de nossas aldeias. É um alimento saudável, de boa aceitação. Dele também fazemos o queijo, a coalhada, a manteiga e o doce.
- A PELE: quando o animal é abatido, sua pele é retirada e levada ao curtume para curtir. Depois de curtida, é utilizada na confecção de arreios para animais, calçados, chapéu, vestuário para o vaqueiro, amarras para chocalhos e instrumentos.
- O ESTERCO (FEZES): utilizamos o esterco caprino na adubação de nossas roças, lerão e nas plantas ornamentais e frutíferas.

Esses animais quando vendidos, são vendidos nas próprias comunidades, ou nos povoados vizinhos, ou ainda nas cidades de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim. Às vezes, eles são vendidos vivos, em outras, são abatidos. São caprinos, bovinos e suínos – de tudo tem um pouco, e tem também a galinha. Além do próprio animal, temos como renda e como incremento na alimentação, o que ele produz,como ovos e leite.

COMIDA BRABA «

Nossos anciãos e nossas anciãs falam que nossas matas oferecem muitos alimentos, existem as plantas que são coletadas e também a caça. Até hoje, alguns desses frutos coletados são preparados para se comer, outros menos: são chamados de c*omida braba*. Muitos deles e muitas delas falam que essa comida era a sustentação das famílias no tempo das secas, no tempo que nossa terra estava invadida por fazendeiros e também no tempo em que as famílias não tinham dinheiro.

São frutos originários no nosso Território, presentes na prática do extrativismo: araçá, ubaia, cutia, maçã-do-mato, umbu-gameleira, babão, juá, quixaba, jabuticaba, azedinha, imburana, amargoso, jatobá, incó, maracujá, murici, maçaranduba, palmatória, coroa-de-frade, rabo-de-raposa, babão, alastrado e o cambuim.

VAMOS FALAR DE ALGUMAS DELAS:

Do **COQUEIRO OURICURI** rende muita coisa. Ele é encontrado na mata.

O COCO DO OURICURI:

- O leite de coco, que serve para colocar no feijão, arroz, macarrão, ovos, juntamente com algumas caças, como o preá, e também a galinha de capoeira. O coco é utilizado como fonte de renda, para se comprar outros alimentos. É comercializado por litro, meio litro e rosário.

- Do coco também é feito o *óleo do coco*, produzido a partir da bola do coco (miolo). Pega a bola (miolo), torra, pisa, coloca um pouco de água na panela e deixe cozinhar por algumas horas, até o óleo ficar pronto.
- O *doce do coco do ouricuri* é feito com o coco pisado, adoçado e acrescentado água fervente.
- Para a *cocada*, segue o mesmo processo, só muda na quantidade de água, que é menor (um copo de água para um quilo de açúcar).
- A *tapioca recheada com o coco do ouricuri* é feita da seguinte forma: peneira a goma e coloca o sal; bota a pedra no fogo e deixa ela esquentar por alguns minutos. Depois, coloca a goma, espalha na pedra, acrescenta o coco pisado, outra camada de goma. Vira e deixa assar mais um pouco.

O TRONCO DO COQUEIRO

Além do coco, o *tronco* do coqueiro também é fonte de alimento, dele é tirado o palmito e o bró:

- O *palmito* é o olho do coqueiro, no interior do tronco. Serve de alimento, e é preparado para consumo da seguinte forma: corta o palmito e cozinha, disso, toma-se o caldo e depois, os pedaços estão prontos para comer.
- O *bró* é feito do pau do coqueiro. As pessoas mais velhas iam para o mato, derrubavam o coqueiro, tiravam a casca grossa, cortavam em pedaços pequenos, lavavam com sete águas, e colocavam no lajeiro para secar. Depois de seco, batiam, tiravam os talos e peneiravam. Logo em seguida, torravam em cacos e servia-se com feijão.
- Com o bró do coqueiro ouricuri, também é feito o *pão* (cuscuz). Para fazer o pão, é colocado um pouco de água para molhar, misturando até ficar úmido para cozinhar. Come-se com carne, que é a caça do mato, por exemplo: cutia, peba, tamanduá – que, por sua vez, é misturada com leite de coco. Nem todas as pessoas se dão com o bró, pois existem pessoas que ficam com o corpo inchado quando comem.

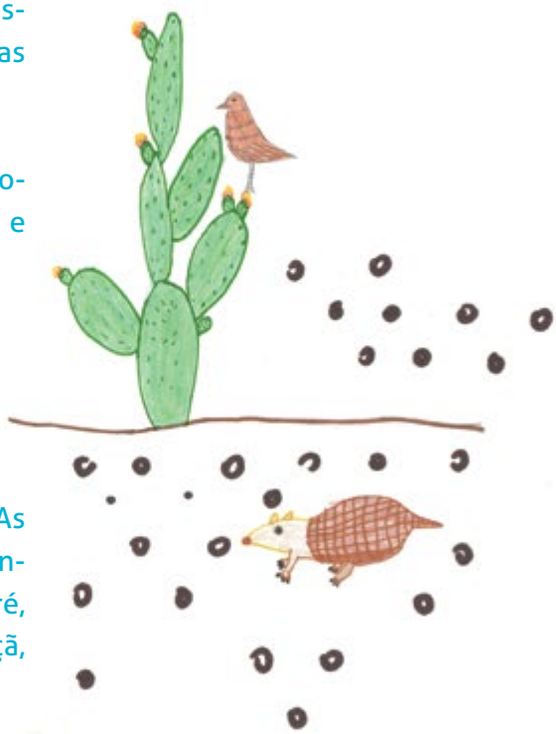
Outra árvore é o **UMBUZEIRO**, O fruto, o umbu, junto com o leite do coco, faz a *umbuzada*: cozinha o umbu, escorre a água, bate e deixa esfriar. Depois, acrescenta o leite de coco e o açúcar, e está pronta a umbuzada.

Da batata do umbuzeiro são feitos o doce e a cocada. Dela também se tira renda, pois vende-se o fruto por litro ou meio litro.

A **MUCUNÃ** é uma planta que coloca bage (vargem). Da bage, é retirado o fruto, que é pisado, lavado com sete águas. Em seguida, a massa é espremida e peneirada. É assim que é feito o pão, para comer com leite e caça do mato.

O **ALASTRADO** é uma planta igual ao facheiro, antigamente, as pessoas mais velhas retiravam a casca e os espinhos e só ficavam as varas, que eram colocadas para assar e eram comidas.

O **BREDO** também é uma planta muito usada para o consumo. É cozido, escorrido e acrescentados os temperos. Ou apenas cozido e colocado o leite do coco do ouricuri.



NOSSO POVO TAMBÉM É CAÇADOR «

Outro tipo de alimento que é encontrado nas matas, é a caça. As principais caças existentes em nosso povo são veado, peba, tamanduá, gambá, preá, cassaco, tiú, camaleão, tatu, cutia, mocó, punaré, gato-do-mato, sericora, cancão, sabiá, rolinha, lambu, juriti, rebaçã, jacu, codorna, asa-branca, entre outras.

Devido à prática da caça desordenada, alguns desses animais foram entrando em extinção e outros não totalmente, mas estão quase desaparecendo. Hoje em dia, encontrar algumas dessas caças é bem mais difícil. As pessoas mais velhas contam que, antigamente, era possível encontrar o caititu, inhabu-pé, burguesa, ema. Nos tempos atuais é fundamental preservar essas espécies, para que não acabem totalmente e as futuras gerações possam conhecer os animais que fizeram parte da alimentação e da história do povo Kapinawá. Sem falar que esses mesmos animais fazem parte da natureza e, mais do que nunca, precisamos nos conscientizar para cuidá-la e preservá-la.

ARTE E ARTESANATO «

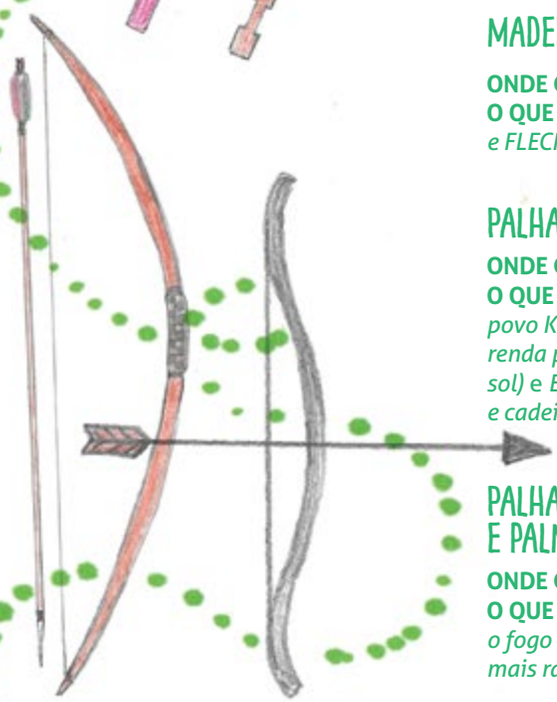
Fazemos nossa arte com o que a natureza nos fornece.

FIBRA DO CAROÁ

ONDE COLETA? *Nas matas.*
O QUE FAZ? *SAIA DE CAROÁ (é um traje que usamos nos rituais sagrados e outros eventos especiais para os/as indígenas) e CORDA (serve para fazer amarração).*

MADEIRAS/CABAÇA

ONDE COLETA? *Nas matas.*
O QUE FAZ? *BORDUNAS, MARACÁ, ARCO e FLECHA.*

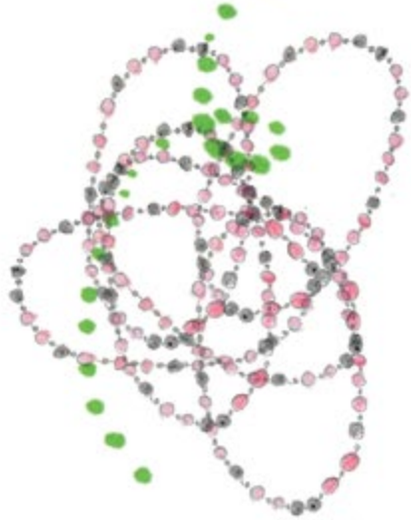


PALHA DO COQUEIRO OURICURI

ONDE COLETA? *Nas roças e na mata.*
O QUE FAZ? *CHAPÉU (é o símbolo do povo Kapinawá. Também é uma fonte de renda para quem produz e nos protege do sol)* e *ESTEIRA (serve de cama, sofá, mesa e cadeira).*

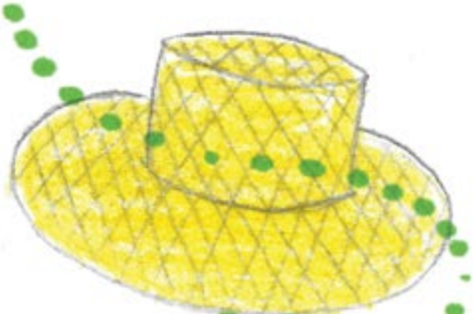
PALHA DE COQUEIRO OURICURI E PALMEIRA

ONDE COLETA? *Nas roças e na mata.*
O QUE FAZ? *ABANO (serve para abanar o fogo de lenha e carvão, para acender mais rápido).*



PENA DE AVE

ONDE COLETA? *Nas roças e na mata.*
O QUE FAZ? *COLAR e BRINCOS (o uso é aleatório).*



SEMENTES, COCO DO OURICURI, PALMEIRA E OUTROS

ONDE COLETA? *É encontrado nas roças e matas.*
O QUE FAZ? *COLAR, PULSEIRA e BRINCOS (o uso é aleatório).*

As pessoas mais velhas das aldeias Julião, Palmeira e Maçaranduba relatam que, arte e artesanato indígenas de antigamente eram o chapéu de palha do coqueiro ouricuri, o aió de fibra de caroá, a esteira da palha da palmeira, brinco de sementes e colar, que eram confeccionados, geralmente, para uso próprio dos índios e índias e também para serem vendidos nas feiras, como fonte de renda pro artesão ou artesã. As matérias-primas eram colhidas nas matas mais próximas e quase todo mundo sabia fazer artesanato.

Os anciãos e as anciãs das aldeias Quiridalho, Santa Rosa, Lagoa, Marias Pretas e Cumbe explicam que, arte e artesanato indígenas eram feitos com barro, madeira de umburana e mulungu, cipó-de-lagartixa, palha de bananeira, sementes de vários tipos, mucunã, sabonete de fedegoso, batata de pulga, fibra de caroá. Colhiam toda essa matéria-prima na mata e faziam os artesanatos nas casas das pessoas mais velhas que ensinavam aos mais novos. Antigamente, não era comercializado, mas hoje são colocados à venda.

Nas aldeias Baixa da Palmeira e Coqueiro, contam que a arte indígena é a borduna, a arte com barro, os artesanatos com a palha e as sementes de vários tipos. São confeccionados com as próprias mãos e as matérias-primas são colhidas nas matas. Na aldeia Mina Grande, antigamente, confeccionavam o aió para carregar água. Também eram feitos colar, pulseira, brincos e borduna. As pessoas antigas eram quem mais trabalhavam o chapéu que é o símbolo do povo, também a esteira de palha de bananeira para servir de cama para dormir, a esteira de palha da palmeira do ouricuri e a panela de barro. Hoje, esse artesanato produzido nessas aldeias é confeccionado para vender no comércio das cidades dos arredores.

As anciãs das aldeias Caldeirão, Pau-Ferro Grosso, Ponta da Várzea e Carnaúba, relatam que, antigamente, o que era confeccionado servia para o uso próprio, e hoje o artesanato é feito pelos professores e professoras de arte indígena, tanto para usar, quanto para vender. As matérias-primas são colhidas nas matas, ou seja, na Mãe Natureza, e existe uma ciência que diz, por exemplo, que as palhas não podem ser colhidas em qualquer época, só quando a lua está escura.

HISTÓRIAS DAS FURNAS E LETREIROS NO NOSSO TERRITÓRIO «

Em nosso Território, há muitos sítios arqueológicos. Para nós, Kapinawá, eles têm muita importância, pois representam a presença de nossos antepassados e nossas antepassadas que viveram nessa terra. Os sítios arqueológicos são chamados pelas pessoas mais velhas do nosso povo de Furnas dos Letreiros, Letreiros dos Caboclos ou Letreiros dos Índios.

Durante nossa pesquisa, entrevistamos essas pessoas mais velhas, que contaram várias histórias sobre esses locais, e falaram sobre sua importância. Dizem que "os mais velhos que deixaram como prova de que eles existiram". Falam que "os sítios arqueológicos representam muitos conhecimentos dentro da nossa cultura, mostrando a forma como viviam nossos antepassados, e assim deixaram marcados seus registros nas pedras". Elas e eles falam que isso aconteceu a três ou quatro séculos atrás, quando os índios e as índias viviam como caboclos e caboclas brabos/as, que dormiam no mato e só viviam de comer as coisas do mato.

OS LETREIROS

Nesse conjunto de sítios arqueológicos, existem vários letreiros que são as pinturas e grafismos rupestres. Eles demonstram que esses locais eram habitados já há muito tempo, é a certeza da presença de nossos antepassados e de nossas antepassadas por aqui.

Os letreiros são encontrados em paredões, painéis, furnas, serras e em caldeirões (que são os buracos nos lajeiros de pedras). A maioria das vezes está em abrigos formados pelas rochas, espalhados por todo Território.

Existem letreiros de várias cores: vermelho, amarelo, preto, branco e cinza. Nós não sabemos a forma que foram feitos, só sabemos que foram feitos pelos índios e pelas índias do passado que viviam aqui. Foram elas e eles que deixaram gravados e desenhados nas furnas. Esses são lugares sagrados para nós.

AS FURNAS

Em nosso Território, há também as *furnas*, que são espécies de cavernas que serviram, tanto de moradia para os índios e as índias Kapinawá do passado que ali viviam, como também de refúgio quando invadiram suas terras e eles e elas tiveram de se esconder, e até pouco recente, na época que fugiam dos fazendeiros.

Em algumas dessas furnas, estão os cemitérios dos/as antigos/as índios e índias, com ossos tanto dentro de potes, como enterrados no chão. Em algumas delas, há também letreiros. Essas, com os letreiros, são chamadas pelas pessoas mais velhas de *Furnas dos Caboclos*.

Hoje em dia, as furnas são consideradas espaços sagrados, pois é lá que está a força e a lembrança dos nossos Encantos de Luz. São locais de conhecimentos e saberes sagrados, lugares de muitas energias positivas, onde buscamos nos fortalecer dançando o ritual.

Desses vários achados arqueológicos, queremos destacar o da aldeia Batinga, em um local chamado de *Furtuoso*. Lá, existem três cemitérios com ossadas expostas e enterradas. Em um deles, existe uma enorme quantidade de carimbos de mão (são impressões de mãos de crianças e adultos que parecem ser de um grupo de pessoas), e é também um abrigo localizado em uma serra. No segundo cemitério, tem uma enorme quantidade de letreiros, e, ao pé do paredão, existe um cemitério. O terceiro fica na Serrinha, e nele aparecem figuras humanas. Adiante, junto às grutas (local de onde se tirava a água para o consumo da comunidade), em um caldeirão soterrado, existem ossos e um artefato semelhante a uma borduna.

Nas Furnas dos Caboclos, na aldeia Mina Grande, as pessoas mais velhas contam que quando se começava a dançar o Toré no ter-

ESSES LETREIROS ESTÃO LOCALIZADOS EM ONZE ALDEIAS DE NOSSO TERRITÓRIO, SÃO ELAS:

- Mina Grande, na Serra da Mina Grande, em paredões.
- Julião, na Serra do Pico, em paredões.
- Caldeirão, nos caldeirões da aldeia, em lajeiros de pedra.
- Coqueiro, na Serra do Coqueiro.
- Ponta da Várzea, na Furna Preta e na Serra da Furna Preta.
- Malhador, na Escadinha, em paredões.
- Entre Malhador e Ponta da Várzea, na Ilia e Baixa da Veada.
- Riachinho, nas furnas Boca da Onça, Capoeira de Antônio Cazuza e Serrote Redondo.
- Quiridalho, na Furna do Morcego e a Serra do Quiridalho.
- Cumbre, próximo ao Cruzeiro.
- Próximo à Batinga, no Furtuoso, em paredões.

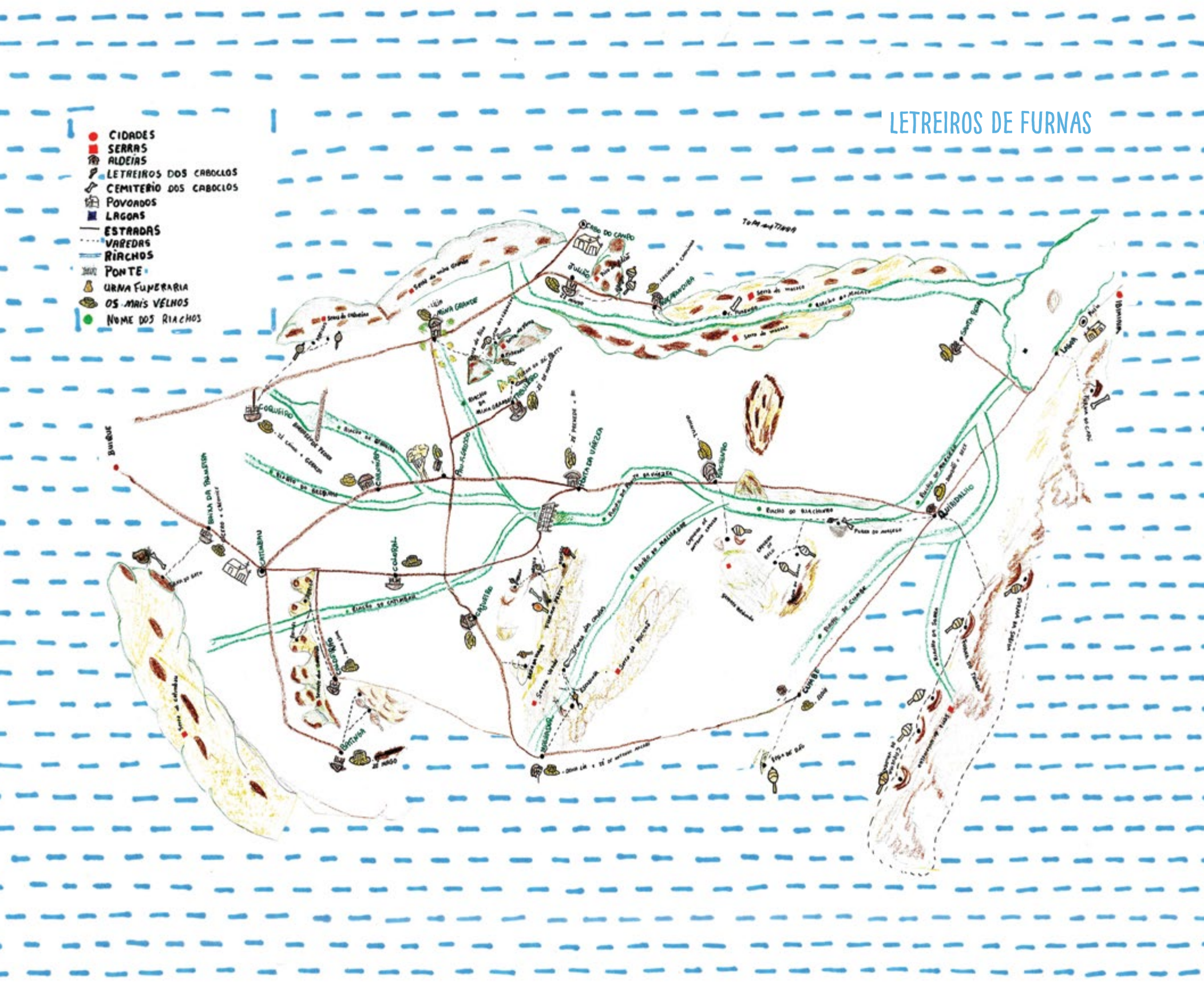
reiro, apareciam tochas de fogo, ou, às vezes, pontos de luz em cima da Serra Grande. Elas contam que são os Encantos de Luz das pessoas antepassadas.

Outra história contada na comunidade fala de uma nascente de água na Serra Grande. Lá, existe uma goteira que pinga dia e noite. Essa goteira sai de dentro de uma rocha, ninguém sabe de onde vem tanta água tão maravilhosa. Os índios e as índias mais velhos/as dizem que essa água serve para curar. Uns dizem que é benta, só que lá tem um segredo: só goteja de acordo com a união da comunidade. Se a comunidade estiver unida, pinga durante o ano todo. Mas se a comunidade se desunir, seca, e só volta a pingar novamente quando toda a comunidade estiver unida. O ambiente é utilizado pelo nosso povo para a realização de rituais como o Toré, quando pedimos proteção ao Pai Tupã.

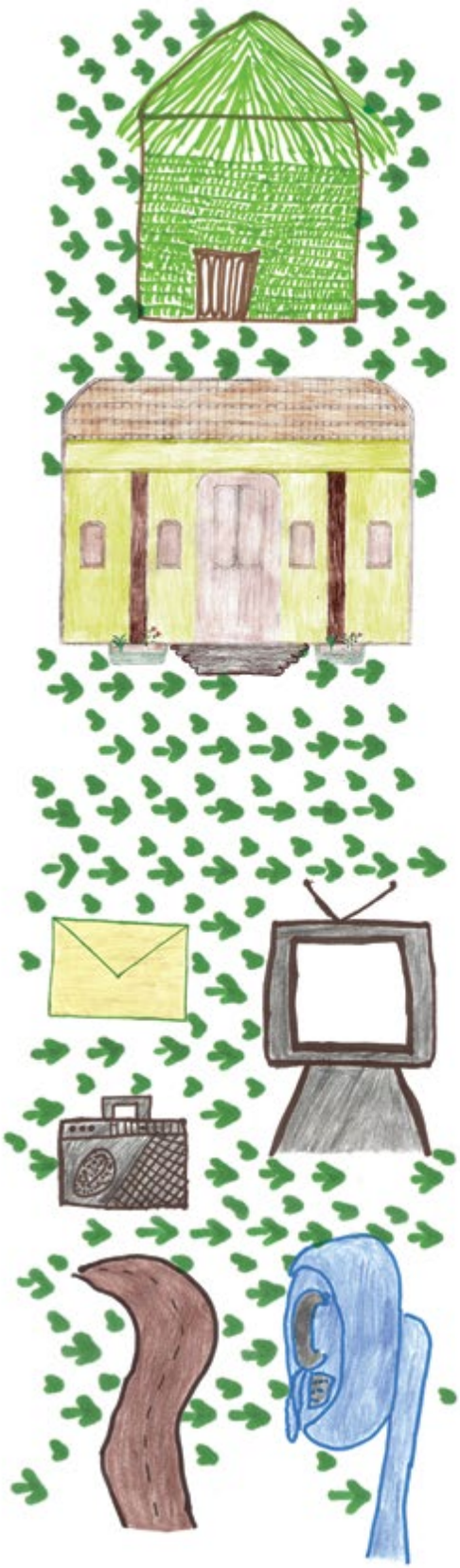
AS FURNAS ESTÃO LOCALIZADAS NAS SEGUINTES ALDEIAS:

- Na Mina Grande, as Furnas dos Caboclos – cemitério com ossos enterrados.
- No Julião, Serra do Pico, Macaco e Maçaranduba, a Furna do Furengo.
- No Coqueiro, Serra do Coqueiro, tem letreiro em uma pedra e um cemitério que fica na furna.
- No Tabuleiro, na Serra do Baixio de Zé Preto, tem letreiro na furna lá encontrada.
- Na Ponta da Várzea, Furna Preta.
- No Malhador, Furna de Canelas.
- No Riachinho, Furna Boca da Onça – tem letreiro, Capoeira de Antônio Cazuza, Serrote Redondo e a Furna do Morcego que tem cemitério.
- Na Baixa da Palmeira, tem furna e cemitério com ossadas dentro de urnas. Tem a Furna do Gato, na Serra da Onça, que fica nas serras grandes, conhecidas como Serra do Catimbau.
- Na Batinga, Furtuoso – cemitérios com ossos.
- Na Serrota, furna com ossos humanos.

LETREIROS DE FURNAS



O DIA A DIA ONTEM E HOJE



CONSTRUÇÃO DAS CASAS «

Todas as casas do povo Kapinawá eram feitas, antigamente, da palha da palmeira do ouricuri, com as laterais trancadas com as palhas, de forma que elas não deixavam nem uma brecha. O teto também era coberto com as palhas sustentadas por madeiras, até fechar todos os espaços. As portas eram feitas de paus, que eram colocados em pé.

Com o passar do tempo, as pessoas foram construindo suas moradias de taipa, montadas com madeiras e tapadas com barro. Nessas casas, o teto é feito com telhas de fabricação própria e o chão é feito com barro. Para a construção desse tipo de casa, é preciso a união da comunidade e, todos/as juntos/as, se divertem ao mesmo tempo que ajudam as/os parentes. O chão, por exemplo, tem que ser aterrado, e esse aterro é feito ao som e à dança do samba de coco. Mas, atualmente, grande parte das casas do povo Kapinawá já são de tijolos e telhas.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO «

Há alguns anos atrás, nas comunidades do povo Kapinawá, os meios de comunicação que existiam eram: carta, bilhete, recado, rádio e búzio. O búzio era feito com o coco do ouricuri, e com o chifre do boi, pois era o que tinha mais durabilidade, pois era assim que as pessoas das comunidades se comunicavam. O búzio era infalível, quando era para passar informações, ou quando falecia alguém na comunidade, era só soprar o búzio que todos já sabiam o que tinha acontecido.

Nos dias de hoje, os meios de comunicação nas nossas comunidades acompanham o desenvolvimento tecnológico, existem vários meios, tais como: celulares, internet, rádio, televisão e o orelhão que está localizado na sede do povo Kapinawá, na aldeia Mina Grande, e também nas aldeias Macaco e Julião.

Hoje, os meios de comunicação fazem com que as informações cheguem com mais rapidez nas casas das pessoas das aldeias. Com a

facilidade que a internet nos proporciona, auxilia nas articulações internas do povo, na agilidade das informações, fortalecendo as lutas de hoje, mas sem deixar as velhas fontes tradicionais.

OS MEIOS DE TRANSPORTE «

Os meios de transporte mais usados por nossas comunidades, antigamente, eram: cavalo, carro de boi, burro e jegue com cangalha e carroça de burro, e nem era todo mundo que possuía, pois eram poucas pessoas que podiam comprar. O cavalo servia para transportar as pessoas de um lugar para outro. Já o carro de boi, a carroça, o burro e o jegue com cangalha serviam para transportar milho, feijão, mandioca, água e lenha.

E nas nossas aldeias, quando adoecia alguém da família, era colocado em uma rede para levar aos lugares onde tinha carro, para seguir até a cidade, ou ia a pé mesmo até o carro. As pessoas das aldeias Caldeirão, Tabuleiro, Colorau, Malhador e Pau-Ferro Grosso tinham que ir a pé até o Catimbau, para pegarem o carro que levava as pessoas para a feira da cidade de Buíque, e, em muitos casos, eles seguiam a pé até a cidade. As pessoas da aldeia Coqueiro, em alguns casos, se deslocavam para o Catimbau e, em outros, iam para a cidade de Buíque. Já as da aldeia Mina Grande, iam a pé para a cidade de Buíque, outras iam para o povoado Cabo do Campo ou, muitas vezes, seguiam para a cidade de Tupanatinga. E nas aldeias Julião, Macaco, Palmeira e Maçaranduba, iam até o povoado Cabo do Campo e seguiam para a cidade de Tupanatinga.

Aquelas pessoas que não tinham nenhum meio de transporte próprio, carregavam as coisas nas costas, tanto da roça para a cidade, como da cidade para casa, com alimentos ou compras para o consumo da família. E andavam quilômetros e mais quilômetros a pé.

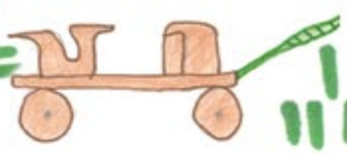
Hoje, nas comunidades, os meios de transporte utilizados, são: carro, moto, bicicleta e caminhão. Contudo, são usados juntamente com os meios de transporte antigos, como: cavalo, burro e bicicleta.

BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS DE ANTIGAMENTE E DE HOJE «

As brincadeiras tradicionais, mais conhecidas como brincadeiras das pessoas mais velhas, têm um significado muito importante para o povo Kapinawá, pois fazem parte da vida e infância dos anciãos e das anciãs do nosso povo. Muitas dessas brincadeiras representam, de certa forma, a nossa cultura indígena. E essas brincadeiras são repassadas de geração em geração, como uma forma de ressignificação, valorização da cultura, também como uma forma de valorizar os processos próprios de ensino e aprendizagem do povo.

As anciãs da aldeia Quiridalho relatam que os brinquedos de antigamente eram as bonecas de pano e as bonecas de sabugo de milho. Antigamente, brincavam também de roda, de gangorra e de balanço. Brincavam de samba de coco ou samba trocado nas tapagens de casa de taipa, que aprendiam com seus pais e suas mães.

Os brinquedos eram feitos pelas próprias crianças, a partir da matéria-prima que existia aqui na comunidade, como, por exemplo: o sabugo do milho ou a espiga do milho quando ainda estavam novinhas, com o cabelo faziam bonecas, e com o sabugo faziam as casinhas para as meninas brincarem. Nas noites de lua cheia, brincavam

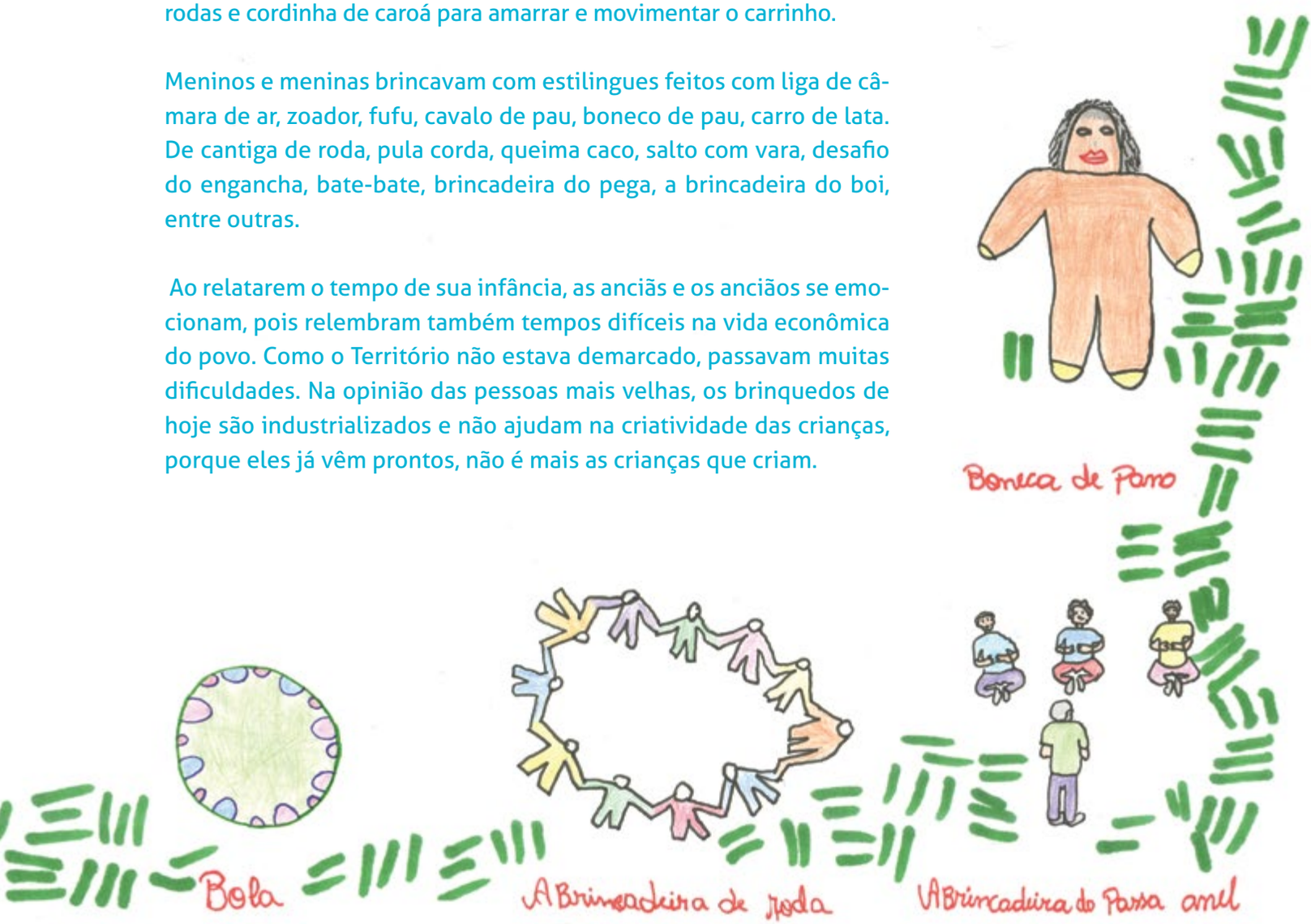


de ciranda, que era uma brincadeira de roda, e ouviam as histórias contadas pelas pessoas mais velhas. Existiam também as bonecas de pano, que eram feitas com retalhos de panos, sobras de tecidos, das mães ou avós que concertavam roupas velhas.

Já outra forma de fazer uma boneca, era com as latas de óleo. As bonecas de lata de óleo eram feitas com a lata de óleo vazia, e as roupinhas eram feitas com sacolas de plástico. Os meninos brincavam com carrinhos de lata, que eram feitos com latas vazias de sardinha e, neles, eram utilizados pedaços de pau, solados de sandálias velhas para as rodas e cordinha de caroá para amarrar e movimentar o carrinho.

Meninos e meninas brincavam com estilingues feitos com liga de câmara de ar, zoador, fufu, cavalo de pau, boneco de pau, carro de lata. De cantiga de roda, pula corda, queima caco, salto com vara, desafio do engancha, bate-bate, brincadeira do pega, a brincadeira do boi, entre outras.

Ao relatarem o tempo de sua infância, as anciãs e os anciãos se emocionam, pois relembram também tempos difíceis na vida econômica do povo. Como o Território não estava demarcado, passavam muitas dificuldades. Na opinião das pessoas mais velhas, os brinquedos de hoje são industrializados e não ajudam na criatividade das crianças, porque eles já vêm prontos, não é mais as crianças que criam.



A EDUCAÇÃO NAS ALDEIAS

EDUCAÇÃO É UM DIREITO, MAS TEM QUE SER DO NOSSO JEITO «

No tempo dos nossos antepassados e das nossas antepassadas, não existia escola. A partir dos anos 1960, começaram a funcionar várias salas de aula, em diversas aldeias do nosso povo, graças à ousadia em improvisar e à criatividade de algumas pessoas da comunidade que providenciaram tanto o espaço, como os materiais para professores/as e estudantes. Alguns/mas professoras/es lecionavam sem remuneração alguma, em casas de taipa, com estudantes sentados/as no chão ou em carteiras improvisadas pelas próprias pessoas daquela comunidade. Nessa época, havia também um certo senhor na comunidade que ouvia as aulas através de um programa de rádio e repassava as atividades para os/as alunos/as.

Somente a partir do final da década de 1970 e começo dos anos 1980 – período no qual o povo começou a organizar-se politicamente para

retomar o Território Tradicional –, foi implantada uma sala de aula jurisdicionada à Funai. Essa escola foi fundada em 1983, e as aulas eram ministradas para crianças e jovens apenas na aldeia Mina Grande. As primeiras professoras foram Maria Bezerra da Silva (Florinda), que ensinava o Mobral, e Adelícia Darneves Cruz, que lecionava o ensino fundamental.

Na mesma década, começaram a funcionar salas de aula em outras localidades do Território Kapinawá, muitas delas por iniciativa das próprias pessoas das aldeias e, por isso, as professoras não eram convidadas a participarem dos encontros pedagógicos da Funai. Com o passar dos anos, as professoras e professores, diante de suas lutas e dificuldades, foram sendo reconhecidas/os pelos governantes municipais que, aos poucos, foram se comprometendo nas contratações dos/as professores/as indígenas das aldeias, e, em seguida, na construção de prédios escolares e na manutenção com materiais didáticos para amenizar a situação de escassez nas escolas.

A educação escolar de antigamente, em nosso povo, não se diferenciava das escolas rurais da região, o formato era o mesmo, tinha que seguir o regimento imposto pela Secretaria de Educação do município no qual as escolas pertenciam, pois a Secretaria impunha fiscalização.

A partir da Constituição de 1988, a Educação Escolar Indígena foi profundamente alterada, e foi assegurado aos/às indígenas, uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue. Assim, a partir dos anos 1990, o nosso povo passou a se organizar melhor em torno das reivindicações acerca da escola indígena, e, para isso, começamos a participar de encontros com os outros povos, formando a Comissão de Professores/as Indígenas de Pernambuco (Copipe). Através da Copipe, passamos a realizar diversas assembleias, conferências, seminários, em busca de parcerias e de fortalecimento no processo de reivindicação coletiva dos povos.

No ano de 1999, através da parceria com o Centro de Cultura Luiz Freire, realizamos um diagnóstico com a participação de toda comunidade Kapinawá sobre a escola que tínhamos e a que almejávamos,

confirmando, dessa forma, o nosso desejo de romper com aquele modelo que nos tinham imposto. Foi com essa trajetória que conseguimos algumas conquistas: Projeto Escola de Índio, publicação da cartilha *Educação se aprende mesmo é na comunidade,* gravação do CD *Meu Povo Canta* e também do DVD *Meu Povo Conta*, entre outras.

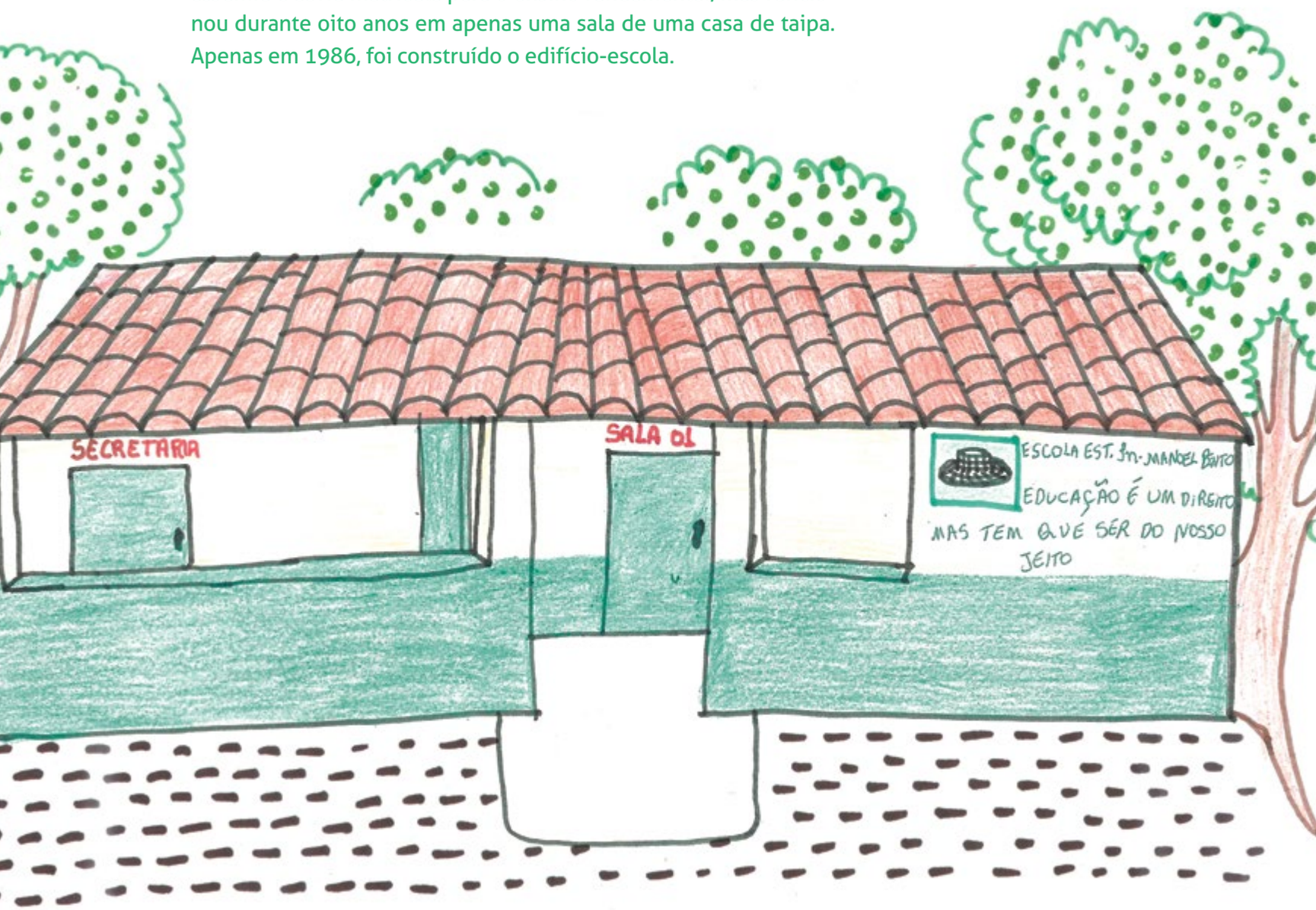
Em 2002, as escolas indígenas foram estadualizadas, e com essa estadualização, passaram a ser geridas pelos/as próprios/as indígenas. A partir daí, as/os professoras/es nas aldeias já podiam elaborar seu próprio calendário escolar, construir Projeto Político Pedagógico (PPP), regimento, proposta pedagógica, inserir conteúdos específicos no currículo, enfim, começar a mostrar uma identidade que era oculta aos olhos dos órgãos responsáveis pela educação de antes. Daí em diante, a Educação Escolar Kapinawá tomou um novo rumo, adquiriu outro sentido, outra função para o nosso povo.

Hoje somos protagonistas da nossa própria história. Temos formações pedagógicas com todos os/as professores/as nos 1º e 2º semestres do ano letivo, além de todos os encontros que forem necessários para a elaboração e execução das atividades pedagógicas. Nesses encontros, acontecem as elaborações de projetos, partilhas de experiências, troca de aprendizados, conscientização, reflexão e estímulo à prática pedagógica, fortalecendo cada vez mais a identidade étnica e a nossa cultura.

Atualmente, o povo Kapinawá conta mais de 10 escolas, as quais vivenciam em sua prática pedagógica a cultura do povo, trabalhando os saberes Kapinawá específicos e da cultura indígena como um todo, contextualizando-os com o conhecimento não indígena, formando a Educação Específica, Diferenciada e com Qualidade. As professoras e os professores, desde 1999, participam de um processo de formação continuada voltada ao currículo intercultural, com encontros inicialmente ministrados pelo CCLF. E, a partir de 2006, esses encontros de formação foram ofertados também pela Secretaria Estadual de Educação, até a conquista do curso de Licenciatura Intercultural, ofertado pela Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 2009.

HISTÓRIA DAS ESCOLAS

- A escola Barão do Rio Branco, aldeia Ponta da Várzea, começou a funcionar no dia 1 de agosto de 1968, em uma casa de sapê. Com o passar do tempo, o número de estudantes aumentou, e o espaço ficou inviável para a atividade escolar. Diante disso, o governo municipal providenciou a construção de um novo edifício-escola, em 1988.
- A escola Saturnino Vieira de Melo, aldeia Malhador, iniciou suas atividades nos anos 1970. Funcionava em apenas uma sala de aula com o antigo Mobral. No dia 12 de março de 1985, o município assumiu e abriu matrícula para o ensino fundamental, mas funcionou durante oito anos em apenas uma sala de uma casa de taipa. Apenas em 1986, foi construído o edifício-escola.



- A escola Firmino Laranjeira, aldeia Quiridalho, foi fundada em janeiro de 1979. O nome é em homenagem à família que doou o terreno para a construção.
- A escola Pedro Bezerra da Silva, aldeia Pau-Ferro Grosso, foi construída em meados dos anos 1980. O terreno foi doado por moradores e moradoras mais velhos/as da comunidade e construída pelas próprias famílias da aldeia.
- A escola Kapinawá, aldeia Mina Grande, foi fundada em 1983, com uma demanda do ensino infantil, fundamental e Mobral. O nome foi atribuído em razão de ser construída em parceria com a Funai.
- A escola Jussara Barbosa, aldeia Caldeirão, iniciou no dia 13 de março de 1985, com 35 estudantes. Apenas em 1997, foi construído o prédio escolar pelo município.
- A escola Manoel Bento, aldeia Baixa da Palmeira, foi fundada em 1985. O nome é em homenagem a um guerreiro do nosso povo.
- A escola Tomás Calixto, aldeia Palmeira, foi fundada em 1993 e possui esse nome em homenagem a uma liderança da comunidade.
- A escola São Marcos, aldeia Coqueiro, começou a funcionar em 1996 e recebeu esse nome por escolha da comunidade.
- As escolas Anjuká, na aldeia Coloral, Batinga, na aldeia Batinga e Lurdes Anjos, na aldeia Igrejinha, foram fundadas em 2012.
- A escola José Canuto de Moura, fica na aldeia Santa Rosa.

A ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS KAPINAWÁ «

A gestão das nossas escolas foi pensada no processo de luta pela criação da escola indígena como específica, e também para que estas escolas não fossem mais geridas pelo município e passassem a ser de responsabilidade do estado, processo que chamamos de *estadualização*. Problematizamos o modelo imposto na lógica do município a partir da análise da nossa organização social e tomamos como referência o jeito próprio de decidir quais saberes e conhecimentos queremos ter nas nossas escolas. Assim, depois de muito repensar, sempre consultando a comunidade e as lideran-

ças, nós professores/as e lideranças, instituímos o nosso modelo de gestão, que atua com mais autonomia e adequação à nossa realidade sociocultural.

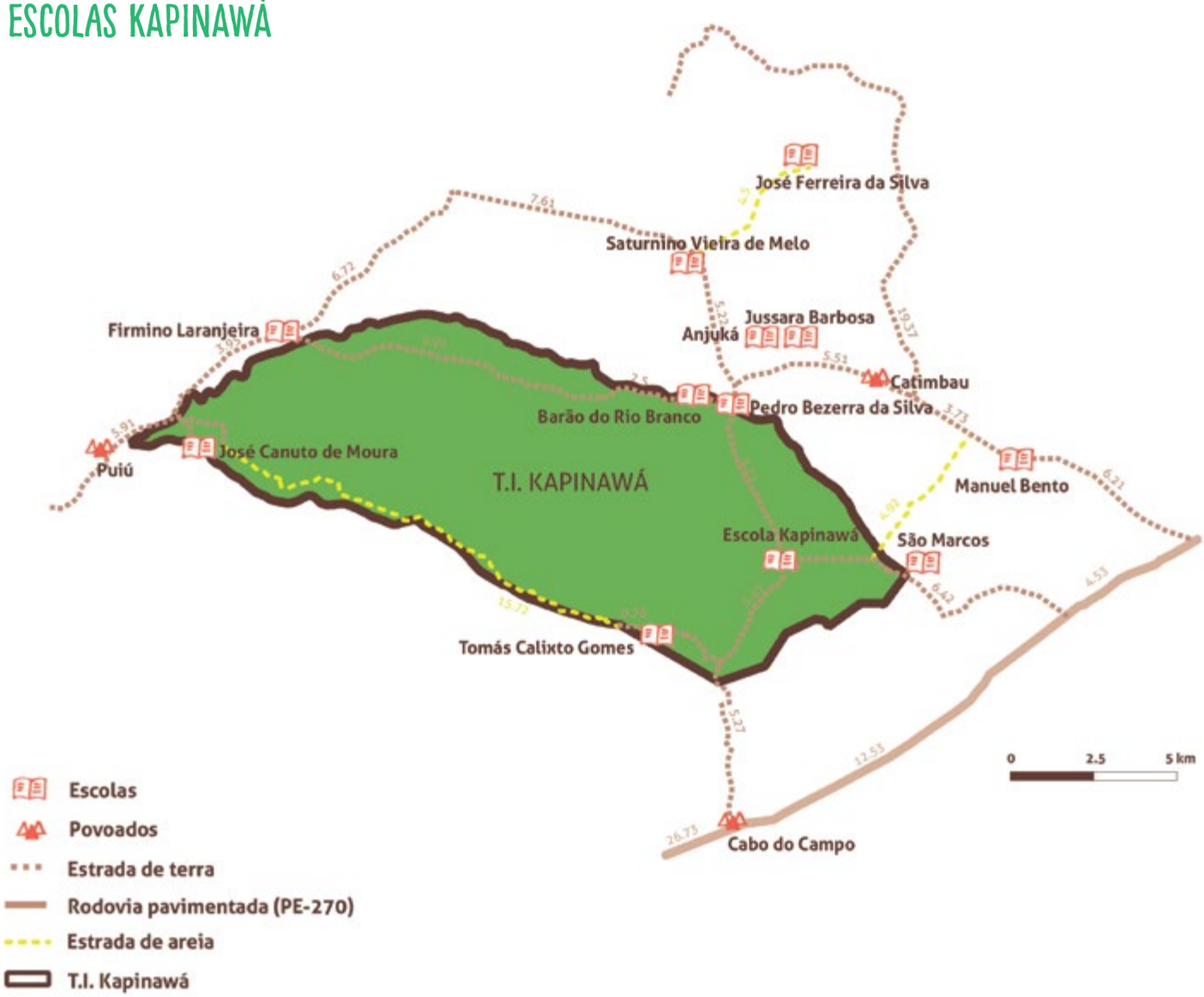
A articulação se dá de forma coletiva. Tem um coordenador geral que mantém diálogo constante com os/as professores/as, membros da gestão e com o Estado – respeitando os/as colegas de trabalho, pois não somos maiores nem melhores do que ninguém. As lideranças são consultadas nos processos decisórios, reunindo-se quando se faz necessário.

Cada escola é composta por um/a coordenador/a pedagógico/a, um/a secretário/a, um/a auxiliar administrativo/a e, em algumas escolas, um/a monitor/a de sala de leitura.

Os/as coordenadores/as das escolas residem na mesma comunidade onde está localizada a escola, ou em comunidades vizinhas, e mantém um bom diálogo com a equipe escolar, as lideranças, os pais, as mães e com a comunidade. São pessoas que devem estar sempre presentes em todas as lutas do povo, reivindicando os direitos e atentos ao cumprimento de seus deveres, e não somente nas questões da Educação Escolar Indígena. São atuantes nas festas culturais e religiosas. Ou seja, são pessoas comprometidas com a Educação Escolar Indígena Específica, Diferenciada, Intercultural e com Qualidade dentro da sua comunidade, compartilhando com responsabilidade e de forma coletiva em benefício dos que convivem em cada aldeia.

A coordenação de cada escola reúne-se quando se faz necessário para trabalhar com os/as professores/as o planejamento e as demais atividades escolares de acordo com o nosso calendário. Reúne-se também com as famílias para tratar de questões referentes à frequência, participação e aprendizado do alunado. Já com a comunidade e lideranças, os encontros com a coordenação acontecem quando existem questões de proporções maiores, em que as tomadas de decisões possam ou não virem a modificar os processos educacionais no povo.

ESCOLAS KAPINAWÁ



GLOSSÁRIO

ADJUNTO E BATALHÃO: quando quer se dizer que o trabalho vai ser feito por um grupo grande de pessoas voluntariamente. Nesse trabalho, elas colaboram umas com as outras, a exemplo do trabalho na roça ou para levantar as casas de taipa.

AGRESTE: (*adjetivo)* termo local que significa "aquele que possui características próprias da região Agreste", em outras palavras, para as pessoas moradoras das regiões citadas no presente livro, significa aquele que é menos seco, menos árido, ao contrário do significado empregado nos dicionários comuns da Língua Portuguesa.

ALUMIADA: iluminada.

AMARGOSO: fruto de uma árvore de grande porte, nativa de nossa caatinga.

APILAR O CHÃO: sedimentar o barro do chão das casas de taipa para ele ficar duro, compacto, próprio para morada de pessoas. É muito comum no nosso povo fazer isso dançando o samba de coco.

ATERRO DA LATADA: aterro semelhante à apilar o chão – sedimentar o barro do chão das casas de taipa para ele ficar duro. Latada – construção que tem pilares em madeira e coberta de palha.

BAGE: vargem.

BANGUÊ: estrado feito de caroá ou cipó e madeira. Ele é carregado por duas pessoas e serve para transportar coisas como barro e areia.

BARRA DO ANO: são os primeiros raios de sol do primeiro dia do ano.

BATATA DE PULGA: planta medicinal utilizada pelo povo no combate à verminose.

BRÓ: comida feita do tronco do coqueiro ouricuri.

BÚZIO (também chamado de búzu): tem como matéria-prima, chifre do boi ou coqueiro, e serve como um instrumento de comunicação.

CALDEIRÃO: é quando a pedra sofre erosão e são formados buracos onde se acumulam água.

COITÉ E CUIA: o fruto do coité é usado quando está maduro para fazer o maracá, ele também é utilizado para fazer cuias, para tanto, é cortado no meio. Essas cuias são utilizadas para funções diversas, como vasilhas para casa.

FECHAR DE VARA: fazer uma cerca de madeira.

FEIJÃO DE ARRANCA, CABRUCURSO, FAVA E GUANDU (OU ANDU): são tipos de feijão que são plantados em nosso Território.

FURNAS E LOCAS: são cavernas.

GARRAFEIRO: a pessoa que faz garrafada, uma mistura de plantas medicinais usadas para cura.

LERÃO: é como chamamos os canteiros da plantação ou das hortas.

LETREIRO: é como as nossas pessoas mais velhas denominam o que, na arqueologia, é conhecida como pintura rupestre.

LOA: forma de canto.

MANIVA: parte inferior da mandioca que não consumimos, no intuito de usarmos para plantar o próximo pé.

MASSA-PUBA: massa da mandioca que passa por um processo de molho, com a finalidade de ficar mais úmida para ser servida como uma espécie de tapioca mais grossa.

MURÃO: novelo de fibra de caroá, algodão ou tecido, unido com cera de abelha, enrolado, deixando um pavio para cima, onde é acendido o fogo.

NOVENA: festejo que dura nove dias, feito para celebrar algum santo importante para o nosso povo.

ALASTRADO: um tipo de cacto.

PURNUNÇA: um tipo de mandioca.

FEDEGOSO: planta medicinal que serve para enxaqueca, gripe e constipação.

LAVADO COM SETE ÁGUAS: sete águas é uma expressão muito usada por nós, que significa passar sete vezes na água corrente. Fazemos isso para tirar da planta os componentes que podem fazer mal às pessoas.

PISAR: semelhante a apilar o chão – sedimentar o barro do chão das casas de taipa para ele ficar duro.

SÃO-GONÇALO: é uma festa e também uma dança. Na dança, as pessoas se dividem em duas filas que se entrelaçam. Festa animada e com muita música.

TAPAGEM DA CASA DE TAIPA: cobrir com barro as madeiras que formam as paredes das casas de taipa.

TERÇO: é quando nos juntamos para fazer uma reza, seja para um protetor como Padim Ciço (Padre Cícero), seja, por exemplo, no mês de Maria, em maio, que as rezas acontecem ao longo de todo o mês.

TRAÇAR O BARRO: preparar o barro para, por exemplo, fazer a tapagem da casa de taipa.

TRIADURA: quando a pessoa torce o pé.

TORÉ: ritual sagrado para nós. Na sua realização, cantamos os toantes e dançamos ao som do maracá, da voz dos puxadores e das puxadoras, e da batida dos pés.

VINHO JURUBEBA: um tipo de bebida fermentada, feita com jurubeba, que é um fruto nativo da nossa caatinga.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO
Conselho de Educação Escolar Indígena Kapinawá – CEEIK
Lara Erendira Almeida de Andrade

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO DOS TEXTOS
Lara Erendira Almeida de Andrade
Caroline Farias Leal Mendonça

REVISÃO DO LIVRO
Ana Paula Ferreira de Lima
Heloisa Eneida Cavalcante
José Augusto Laranjeiras Sampaio
Marcelino Soyinka

REVISÃO ORTOGRÁFICA E EDIÇÃO FINAL
Elizabeth Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Paula K.

MAPAS
Marcelino Soyinka (mapas e SIG)
Paula K. (design)

OFICINAS
Ana Paula Ferreira de Lima
Caroline Farias Leal Mendonça
José Augusto Laranjeiras Sampaio
Lara Erendira Almeida de Andrade
Marcelino Soyinka
Sandro Henrique Calheiros Lobo

APOIO
Associação Nacional de Ação Indigenista – Anaí
Comissão de Professores(as) Indígenas em Pernambuco – Copipe

Olinda, 2016, Centro de Cultura Luiz Freire

ISBN 978-85-92710-01-9

TEXTOS E ILUSTRAÇÕES DOS PROFESSORES E PROFESSORAS INDÍGENAS KAPINAWÁ

ESCOLA ANJUKÁ: *Alexsandra Modesto da Silva; Cirleide dos Santos Silva; Lecildo Bezerra de Souza; Luciana Siqueira Nascimento; Maria da Conceição Beserra da Silva; Maria Lúcia do Nascimento; Rita de Siqueira Santos; Tatiane Laurentino da Silva Siqueira.*

ESCOLA BARÃO DO RIO BRANCO: *Ana Carla de Araújo Silva; Ana Paula de Araújo Silva; Cicero Henrique Bezerra da Silva; Djair Gomes da Silva; Eliane Gomes; Fábio de Moura; Gilvan Beserra de Moura; Heleno do Nascimento Silva; José Modesto da Silva; Josilene Siqueira da Silva; Lindalva Tereza Pereira dos Santos; Lucineide Monteiro; Maria Cherla de Moura Silva; Maria Cristiana Gomes de Moraes; Maria das Dores da Silva França; Maria Eunice pereira dos Santos Silva; Maria Solange Moura dos Santos; Maria Suzi de Oliveira Silva; Marinalva Beserra Cavalcante; Rosilda Gomes de Siqueira; Santiago Gomes da Silva; Sidneia dos Santos Silva; Simone dos Santos Silva; Sivonecia dos Santos Silva; Valdeice Beserra de Siqueira; Vanderli Moura Gonsalves.*

ESCOLA JUSSARA BARBOSA: *Edivânia de Araújo Ferreira; Edna de Araújo dos Santos; Edjane de Araújo dos Santos; Irenilda Gomes da Silva; Josefa de Araújo Silva; Rosenira de Araújo Silva Souza; Rosivania de Araújo Ferreira.*

ESCOLA KAPINAWÁ: *Ailson Beserra da Silva; Ana Paula Beserra Soares; Adenoura Beserra Soares; Avani Monteiro da Silva; Eliece Maria Monteiro da Silva; Flaviana Monteiro de Souza; Jane Carla Bezerra da Silva; José Ilton Beserra da Silva; Joseane Maria Beserra da Silva; Lucimar Florêncio Veríssimo de Moura; Marconi de Araújo Albuquerque; Maria do Socorro Veríssimo da Silva; Maria Eronilda Frazão da Silva; Maria Ivoneide Beserra da Silva; Maria Vilma de Moura Silva; Milton José Beserra da Silva; Quitéria Barbosa de Moura Lemos; Quitéria Beserra da Silva; Quitéria Beserra da Silva; Robério Francisco Maia da Silva.*

ESCOLA MANOEL BENTO: *Cristiane da Penha Cavalcante; Izabel Moreira da Penha Santana; Maria Aparecida Monteiro.*

ESCOLA PEDRO BEZERRA DA SILVA: *Albério Barros de Araújo; Cleonilda Maria da Silva; Erivana da Silva Souza; José Geraldo da Silva; Lindacy Beserra da Silva; Leciane Faustino da Silva; Maria Edneide de Moura; Maria Evilma da Silva; Laudivânia Maria da Silva.*

ESCOLA SÃO MARCOS: *Adavilma Lusinete da Silva; Araci Bezerra da Silva; Edinaldo Ramos dos Santos; Gilsom Ramos dos Santos; Josefa da Silva Oliveira; Lusinete Maria da Silva; Lusia Monteiro de Moura; Robevânia Roseles Beserra Pereira; Roseana Bezerra da Silva.*

ESCOLA SATURNINO VIEIRA: *Alda Maria; Andreia Gomes; Alexsandro Albuquerque Torres; Derly de Moura Gonçalves; Edcarlos Bezerra Cavalcante; Ediel Frazão; José Márcio; José Romildo; José Ronaldo; Maria do Socorro França Siqueira; Maria Eliene da Silva; Maria Elisandra França Siqueira.*

ESCOLA TOMÁS CALIXTO: *Adnalda Barbosa do Nascimento; Denise Ferreira; Leandro Gomes do Nascimento; Leonildo Gomes do Nascimento; Maria Edilma de Oliveira.*

ESCOLAS FIRMINO LARANJEIRAS E LOURDES ÂNGELO: *Maria Patrícia Beserra da Silva; Ana Cristina Beserra da Silva Gomes;José Claudio Beserra da Silva; Gilaine Pereira Rodrigues; Iris Dayana de Lima; Ailton do Nascimento Silva; Juscelino Chaves; Maria Kaline de Magalhães; Roseane da Silva Lopes; Maria Cintia Rodrigues; Cícera Maria da Silva; Cicero Guarino de Santana; Maria Marcia Gomes de Moraes; Maria Fabia; Jailça Paz; Simone Antônia.*

NARRADORES E NARRADORAS DO LIVRO

Aderita Gomes da Silva; Alfredo André; Amâncio Nunes Bezerra; Antônia Quirino Silva Santos; Antônio Gomes da Silva; Antônio Quirino Sobrinho de Siqueira; Aparecida Maria da Silva; Arlindo dos Santos Silva; Arlindo Florêncio de Moura; Audálio Diniz Siqueira; Benício; Candia Maria da Conceição (Candinha); Cícera de Araújo Silva; Cícero Ferreira Borges; Cleonice Monteiro da Penha; Cleonildo Moises Beserra; Dedé Guilé; Dionísio; Elói; Ernestina Josefa da Silva (Nenê Pedro); Euzeane de Araújo dos Santos Silva; Floriano Vicente da Silva; Giovane; Gonçalo de Araújo Silva; Helena Maria da Silva; Inez Beserra da Silva; Irene Beserra da Silva Santos; Irene Bezerra da Silva Souza; Irene Monteiro da Penha; João Antônio da Silva; João Barbosa; João Gomes de Siqueira (João Prachedes); João Pedro; João Terto; José André Filho; José Antônio Beserra; José Bezerra da Silva; José Caetano da Silva (Zé de Caetano); José Claudio; José dos Santos Silva; José Faustino da Silva; José Ferreira da Silva Filho (Zuza); José Florentino da Silva; José Gomes Sobrinho; José Ilton Beserra da Silva; José João da Silva; José João de Santana; José Joel de França; José Manoel da Silva; Josefa Iraci Beserra de Souza; Josefa Maria de Oliveira; Josefa Nunes Bezerra da Silva; Julieta Olindina da Conceição; Maria Justina dos Santos Siqueira (Lia); Lilia; Lina Araújo da Silva; Lourinaldo Florentino da Silva; Luciano Nunes Bezerra Vieira; Lucídeo Ferreira da Silva (Lucido de Timóteo); Lusinete Maria da Silva; Luzia Maria da Conceição; Marconi de Araújo Albuquerque; Maria Antônia da Conceição; Maria Beserra da Silva (Mocinha); Maria Cícera de Araújo dos Santos; Maria Conceição Beserra; Maria da Luiz de Siqueira Souza (Maria de Lolosa); Maria da Penha; Maria da Silva Santos Pereira;Maria das Dores de Moura (Dôra); Maria das Graças; Maria de Florinda; Maria do Carmo Ferreira da Silva (Carminha); Maria Edilma; Maria Edineide de Moura; Maria Etelvina dos Santos Silva; Maria Ferro; Maria Gomes; Maria José dos Santos de Araújo; Maria Justina dos Santos Siqueira; Maria Luca; Maria Selina da Conceição; Maria Olindina de Melo (Marieta); Maria Quitéria da Conceição; Maria Rita da Conceição Silva; Milton; Nadival de Araújo Silva; Neuza Delmira Barbosa da Silva; Pedro Bernardo; Quitéria Maria de Araújo dos Santos; Rafael Antônio de Moura; Robério Francisco Maia da Silva; Roseane Gomes de Siqueira; Roseane Prachenawá; Rosilda de Araújo Silva do Nascimento; Santo de Vidal; Sebastiana Bezerra da Silva (Sesser); Sebastiana Monteiro da Penha; Sebastião Pereira da Silva; Senildo José Bezerra; Tunino; Zé Caimo; Zé de Antônio Macário; Zé de Manezinho; Zé Firmino; Zé Guilé; Zé Mago; Zé Miúdo; Zé Prachedes; Zé Vitor; Zezinho de Pretinha.

PARTICIPANTES DAS OFICINAS DE MAPEAMENTO (PGTA KAPINAWÁ)

NÚCLEO SUL – Coqueiro: *Armando Beserra; Edinaldo Ramos dos Santos; Gilson Ramos dos Santos; José Faustino da Silva.* ***Julião:*** *Leandro Gomes do Nascimento; Leonildo Gomes do Nascimento; Paulo Gomes do Nascimento.* ***Maçaranduba:*** *Maria Edilma de Oliveira.* ***Mina Grande:*** *Ailson Beserra da Silva; Anicélia Beserra Soares; Araci Bezerra da Silva; Beatriz B. da Silva; Claudenoura B. C. da Silva; Clemilda Barbosa de Moura; Eliece Maria Monteiro da Silva; Flaviana Monteiro de Souza; Itamires Caetano da Silva; José Caetano da Silva; José Ilton Beserra da Silva; José Vicente Moisés; Joseane Maria Beserra da Silva; Joseano; Luciene Monteiro da Silva; Loreano Calisto Veríssimo; Lucimar Florêncio Veríssimo de Moura; Lusinete Maria da Silva; Maria Beserra da Silva; Marcelo da Conceição; Maria Ivoneide Beserra da Silva; Milton José Beserra da Silva; Pedro Vitalino; Quitéria Beserra da Silva; Robério Francisco Maia da Silva.* ***Palmeira:*** *Damiana Gomes da Silva.* ***Pau-Ferro Grosso:*** *Irene Bezerra da Silva Sousa.* ***Tabuleiro:*** *Albério Barros de Araújo; José Geraldo da Silva; José Manoel da Silva.*

NÚCLEO NORTE – Baixa da Palmeira: *Alessiane Monteiro Beserra; Cristiana da Penha Cavalcante; Irene Monteiro da Penha; Maria Aparecida Beserra; Maria da Penha Cavalcante; Valdenor Santos.* ***Batinga:*** *Aleksandro de A. Torres; Ed Carlos Bezerra Cavalcante; Edileusa Laura do Nascimento; Eleno Beserra da Silva; Joselma Maximino Ramos; Moacir da Araújo Albuquerque; Valdemir Beserra Cavalcante; Marcio Roberto Albuquerque.* ***Caldeirão:*** *Antônio dos Santos Silva; Edjane de Araújo dos Santos; Edna Araújo dos Santos; Irenilda Gomes da Silva; Rosenira de Araújo Souza.* ***Colorau:*** *Alexsandra Modesto de Silva; Antônio Gomes da Silva; Cirleide dos Santos Silva; Lecildo Beserra de Souza Aldeia; Luciana Siqueira Gomes; Maria Lúcia do Nascimento; Patrícia Siqueira Gomes; Rita de Siqueira Santos; Tatiane Laurentino da Silva Siqueira.* ***Malhador:*** *Andréia Gomes dos Santos; Audálio Diniz de Siqueira; Cidvaldo José Beserra; Ediel Frazão; Geovane José Beserra; José Ronaldo França Siqueira; Maria do Socorro França Siqueira; Senildo José Beserra.* ***Ponta da Várzea:*** *Djair Gomes da Silva; Gilvan Beserra de Moura; José Rhian de S. Lopes; Simone dos Santos Silva.* ***Riachinho:*** *Fábio de Moura da Silva; Heleno do Nascimento Silva.*

NÚCLEO OESTE – Cumbe: *Almeida Beserra Freire; Eloi Bezerra; José Ferreira.* ***Ferrão:*** *José Cícero de Oliveira; Maria Aparecida; Maurício Luiz Cícero Lima.* ***Gerônimo:*** *Josefa Maria de Oliveira; Maria Fabia.* ***Igrejinha:*** *Manoel Magno de Lima Simone; Antônia Bezerra; Cícero Bezerra de Carvalho.* ***Lagoa:*** *Maria Kaline de Magalhães.* ***Marias Pretas:*** *Edvania Beserra.* ***Mudubim:*** *Benedito Barboza de Sousa; Jean Manoel.* ***Pedra Preta:*** *Lourenço Domingos Moura.* ***Quiridalho:*** *Ailton do Nascimento Silva; Alexsandro Rodrigues; Cícera Maria da Silva; Cicero Guarino de Santana; Gilaine Pereira Rodrigues; Iris Dayana de Lima; José Claudio Beserra da Silva; Lucivânia Lima; Maria Cintia Rodrigues; Maria de Lourdes; Maria Patrícia Beserra da Silva; Maria Patrícia Bezerra da Silva; Maria Valéria da S. Santos; Sebatiana Beserra da Silva.* ***Santa Rosa:*** *Cícero Pereira da Silva; Edvan Gomes Beserra; Jucelino Chaves da Silva.* ***Serrota:*** *Edivanilson da Silva.*

Centro de Cultura
Luiz Freire
FUNDO CLIMA
FUNAI
MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE
MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA
BRASIL
FUNCULTURA
FUNDARPE
SECRETARIA
DE CULTURA
GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco
JUNTOS, FAZEMOS MAIS.